

AVEIRO

E O SEU

DISTRITO



FL
908
149

AVEIRO E O SEU DISTRITO

OFERTA DA
JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

DIRECÇÃO
EDICÇÃO
PROPRIEDADE

DA

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

bibRIA



Assinatura anual	20\$00
Número avulso	10\$00

*A Direcção da revista não se considera vinculada
às opiniões dos autores que publica.*



bibRIA



Página Heráldica



OLIVEIRA DE AZEMÉIS

«Coroa mural, tendo pendente por correias um escudo de forma portuguesa e nele, em campo azul, uma oliveira de sua cor, enraizada sobre a porta de uma muralha ameçada, de prata, lavrada de preto e ladeada de duas torres de fortaleza, do mesmo metal e cor.»

Brasão em uso no Concelho; a descrição acima consta dos «Anais do Município de Oliveira de Azeméis», págs. 62.



bibRIA

Eça de Queirós em Oliveira de Azeméis

Pelo Prof. António Magalhães

Apesar de desaparecida do número dos vivos há longos anos, a «Senhora Teresinha» de Vilar, ridente subúrbio de Oliveira de Azeméis, continua presente na memória de muitos: dos mais velhos, porque dela escutaram descrições encantadoras das terras de França, nos tempos em que se contavam pelos dedos os que teriam atravessado os Pirinéus; dos mais novos, porque a cada passo ouvem referências saudosas à veneranda velhinha que falava francês e que fôra ama dos filhos de um homem importante que escrevera muitos livros.

Teresa da Costa se chamou a senhora oliveirense que foi ama de alguns dos filhos de Eça de Queirós, e principalmente da Senhora D. Maria de Eça de Queirós de Castro, falecida recentemente. Aliás, a fotografia que ilustra estes apontamentos, e que muito gentilmente me facultaram os familiares da «Senhora Teresinha», foi oferecida à ama dedicada por aquela ilustre filha do autor de «A Cidade e as Serras». Testemunha a oferta o autógrafo ainda bem visível.

Teresa da Costa acompanhou, ao que consta, a família de Eça de Queirós quando este, em 1889, foi para Paris em missão diplomática; antes estivera já ao serviço dos seus amos em Londres e Bristol. E mesmo após a sua morte, ocorrida na residência de Neuilly, no ano de 1900, continuou, durante alguns anos, ao serviço da família. Mais tarde foi para o Brasil, chamada por uns parentes, vindo a terminar a sua existência em Vilar, onde tinha nascido.

Como teria surgido o contacto inicial entre a família de Eça de Queirós e a «Senhora Teresinha», foi interrogação posta a si próprio, quantas vezes, pelo autor destes apontamentos. A resposta viria a dar-ma o opúsculo publicado pelo investigador Alberto Couto, que em Oliveira de Azeméis passou longos anos da sua vida de exemplar funcionário e criou profundas amizades e simpatias.

Nesse opúsculo, com o título «Eça de Queirós e Oliveira de Azeméis», escreve a certa altura Alberto

Couto: «Embora não me fosse dado encontrar documentos que falem da permanência de Eça de Queirós em Oliveira de Azeméis, tenho como prova respeitável — e suficiente — o testemunho solene da tradição oral,



Foto oferecida pela Sr.ª D. Maria Eça de Queirós a sua ama, a Sr.ª Teresinha do Vilar (1908).

que conta ter sido o autor de «O Primo Basílio» visita assídua do solar do Côvo, a pouco mais de um quilómetro da vila, à margem esquerda da estrada que segue até Vale de Cambra».

«Nos agitados tempos da mocidade, foi companheiro de Eça, na histórica viagem ao Oriente, D. Luís de Castro Pamplona, conde de Resende, e tal viagem é deveras elucidativa quanto à cordial amizade que os ligava. Acontece, ainda, que o conde de Resende mantinha as melhores relações de amizade com seus primos D. Gaspar Maria de Castro Lemos Magalhães e Meneses Pamplona, conde do Côvo, e seu irmão, D. António de Castro e Meneses Pamplona. (...) A condessa do Côvo, D. Sofia Adelaide Ferreira Alves de Castro Lemos, esposa de D. Gaspar, havia de ser, mais tarde, uma das testemunhas do matrimónio de José Maria Eça de Queirós com D. Emília de Castro Pamplona, irmã do conde de Resende.»

«Há, pois, sobejas razões para acreditar na assiduidade de Eça em visitar o nobre solar do Côvo, que, nem sei porquê, me arrasta o pensamento para o paço de Santa Ireneia, a ilustre casa de Ramires... Destas relações, resultou uma viva simpatia, logo transformada em amizade, entre Eça e o irmão do conde do Côvo, D. António de Castro.»

Continuando a estabelecer traços de ligação entre Eça e Oliveira de Azeméis, Alberto Couto refere-se então a personagens, cenas e paisagens de «A Ilustre Casa de Ramires» e de «A Capital»:

«Atingindo este ponto, compete-me revelar que a tradição assevera ter Eça aproveitado a figura de D. António de Castro para criar uma das personagens mais humanas da sua galeria famosa: D. António de Villalobos, o possante amigo de Gonçalo Mendes Ramires. E não é só o que conta a roda de oliveirenses mais apegados a estes assuntos de belas-letas. Diz-me o actual senhor das terras do Côvo que já os antepassados murmuravam a quase certeza de que o D. António de Villalobos era, nem mais nem menos, que seu tio D. António de Castro, invocando de início, a portentosa razão que vem da coincidência de a personagem de Eça ter o apodo de «Titó», enquanto o fidalgo do Côvo era conhecido, entre a gente da casa, por

«Pitó». Convenhamos em que a coincidência é extraordinária e faz admitir, plenamente, as mais ousadas convicções».

Depois de, referindo várias citações de Eça, estabelecer «evidentes aproximações físicas e psicológicas» entre D. António de Villalobos e D. António de Castro, Alberto Couto volta-se para «A Capital» e escreve:

«Tão depressa foi lançada à voracidade do público a edição de «A Capital», logo os oliveirenses descobriram, ou julgavam descobrir, sob a figura de Vasco Pedroso, a personalidade inconfundível e popularíssima de Joaquim Ferreira de Araújo e Silva, o «Joaquim da Botica», estabelecido que fora numa casa já demolida e que existiu no local onde hoje está uma loja de ourives, à esquina da estrada para a estação do caminho de ferro. O estabelecimento do «Joaquim da Botica» era muito frequentado pela rapaziada estudiosa da Universidade de Coimbra que por ali se demorava, em tempo de férias, a manter dois dedos de conversa com fidalgos da região ou desfrutar o proverbial mau génio do velho boticário com partidas sem conta. É inteiramente crível, portanto, que Eça tenha conhecido o «Joaquim da Botica», pois que D. António de Castro também emparceirava na tertúlia.»

Muitos outros traços de união estabelece Alberto Couto, mas as limitações de espaço não me permitem a sua transcrição; repare-se finalmente, nas referências de «A Capital» (pág. 46) à maravilha da «fábrica de vidro» e as visitas de Corvelo «à fábrica de vidro do Côvo» — a fábrica onde pontificava D. António de Castro, que se esmerara na composição de fórmulas vidreiras.

Parece, de facto, não restarem dúvidas das visitas de Eça de Queirós ao solar do Côvo; e porque do Côvo a Vilar distam umas escassas centenas de metros, facilmente se descobre por que razão foi ama da filha de Eça a «senhora Teresinha» de Vilar, hoje figura quase lendária.

Caetano Brandão — Das terras de Azeméis à Roma Portuguesa

Pelo Padre Manuel Pires Bastos

Sempre que vou a Braga, algo de novo me faz vibrar.

Por um lado, reminiscências da meninice, lembranças de oito deliciosos dias passados no cimo da Rua Central, confiando às folhas de costaneira os meus primeiros escritos, laboriosa compilação de histórias de que já nem sequer me lembro, mas que então, saídas da boca da criada trintona de meus tios, me transportavam a não sei que mundos de fantasia. Que saudades, meu Deus!

Por outro lado, Braga fala-me de Caetano Brandão. E Caetano Brandão é um fruto da minha árvore, um pomo mais preciosíssimo gerado do mesmo ramo, do mesmo tronco, da mesma raiz donde brotei, e alimentado do mesmo sol, da mesma pragem, da mesma água que eu bebi.

Braga é a Sé. É a Sé local obrigatório de romagem para mim. Para lá me dirigi, uma vez mais, há cerca de um mês, em visita ao túmulo de Caetano Brandão, o famoso Arcebispo, nado e criado em terras de Azeméis.

Mas algo de novo tinha ainda Braga, nesse dia, para me dar. E para me fazer vibrar.

Encontrava-me na Praça que fica defronte ao Hospital de São Marcos. Nunca me parecera tão bela. E os meus olhos deleitavam-se na traça primorosa do edifício, acariciada por um sol primaveril.

Logo me aflorou à mente a figura cativante de D. Frei Caetano Brandão. Associação de ideias? Talvez! É que eu lera, há muito tempo, que, aquando da sua morte, ali foram venerados retratos seus, como se de um santo se tratasse.

E quis ver. Inquirir.

Da Secretaria do Hospital, o senhor Lopes remeteu-me à sacristia da Igreja. Que «parece-que-sim-senhor»!

E eu fui. Através de compridos corredores, que mais longos se tornavam ante a minha ânsia de encontrar.

E encontrei mesmo! Ali estava Caetano Brandão. Imponente no seu grande retrato. Como um Rei! E ao

lado, noutro quadro grande, imponente também, o D. Frei Bartolomeu dos Mártires, o Arcebispo Santo que Frei Luís de Sousa imortalizou.

Lado a lado, os dois Arcebispos, nascidos em berço plebeu mas elevados, por virtudes e obras, à categoria de vultos nacionais, dominam aquela sala, repartindo as honras do seu reinado. Sòzinhos. Reis incontestados de Braga.



Monumento a D. Frei Caetano Brandão, erigido em Loureiro, sua terra natal.

Valeu a pena esta minha passagem na Roma Portuguesa.

Uma vez mais, Braga fez-me vibrar, ao revelar-me, a uma luz nova, a grandeza do insigne filho de Loureiro.

Abril, 1972.

NOTAS

D. Frei Caetano Brandão nasceu no lugar da Igreja, da Freguesia de Loureiro, em 11 de Setembro de 1740.

Professou na Terceira Ordem da Penitência (vulgo Padres Borrás, ramo da Ordem Franciscana), estudando

em Coimbra, onde frequentou a Universidade e se tornou bacharel.

Exerceu o professorado em colégios da sua Ordem, e foi orador de mérito.

Aos 43 anos (1783) é nomeado Bispo de Belém do Pará, então ainda na administração portuguesa.

Em 1789 regressa à Metrópole, nomeado Arcebispo de Braga.

Espírito profundamente franciscano, impregnou de simplicidade e de doação pelos outros toda a sua vida, mormente como Bispo de Pará e Arcebispo de Braga, onde desenvolveu extraordinária acção pastoral e social.

Morreu em 1805, na capital do Minho.

bibRIA

Oliveira de Azeméis — ontem e hoje

Por A. M.

Ocupando uma área de cento e cinquenta e quatro quilómetros quadrados, o vasto e progressivo concelho de Oliveira de Azeméis estende-se desde os contrafortes da Serra da Gralheira e desce até ao vale onde tem início a extensa planície que a ubérrima Ria de Aveiro fertiliza.

Achados vários de apreciável valor arqueológico demonstram um remotíssimo povoamento da região: são os machados de sílex, desenterrados em Palmaz, a apontar-nos que o homem por aqui exerceu já a sua actividade na idade da pedra polida; machados de bronze, falam-nos de um estado de civilização mais perfeito no homem primitivo; as braceletes de ouro aparecidas em Ossela são consideradas pré-romanas de

origem iberica; o cilindro granítico exposto no átrio dos Paços do Concelho, os inexplorados crastos de S. Martinho da Gândara, Ossela e Ul, bem como outros achados que difícil se torna enumerar num apontamento desta natureza, demonstram à evidência a importância da região nas mais recuadas eras.

Oliveira de Azeméis ascendeu à categoria de concelho por alvará de 5 de Janeiro de 1779, da Rainha D. Maria I. Constituíam-no, então as freguesias de Oliveira de Azeméis, Macinhata da Seixa, Ossela, Pindelo, Carregosa, Mansores, Escariz, Fajões, Cesar, Macieira de Sarnes, S. Roque, Nogueira do Cravo, S. Vicente de Pereira, S. Martinho da Gândara, Santiago de Riba Ul, Madaíl, Válega, Avanca e Couto de Cucujães,



O solar dos Corte-Reais, magnífica construção do século XVII (Praça da República, em Oliveira de Azeméis).

todas elas desagregadas ao concelho da Feira.

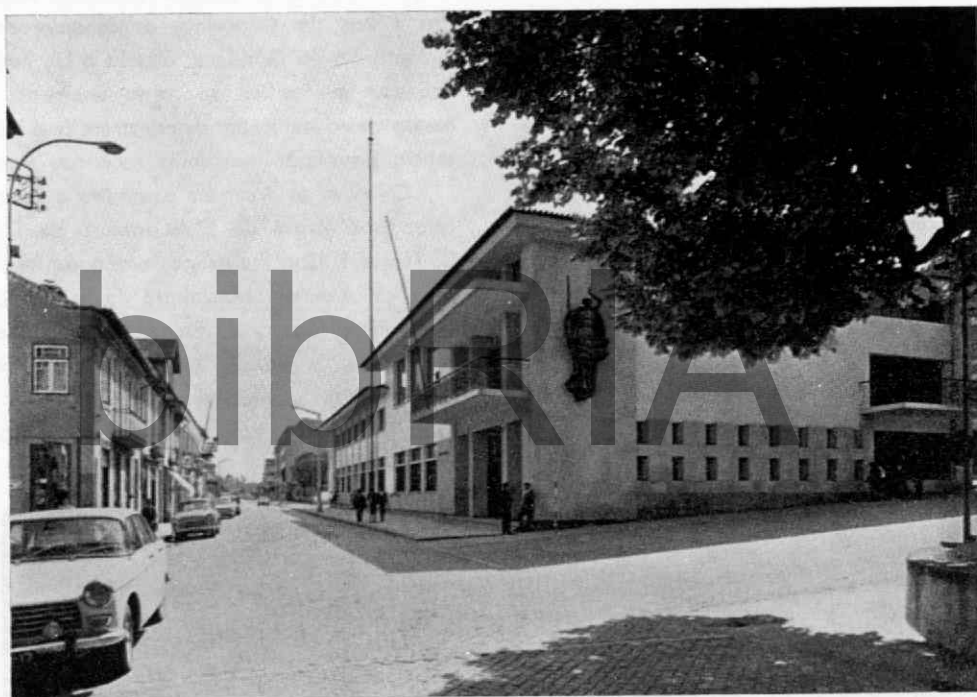
Várias alterações se foram dando no rodar dos anos—sobressaindo, entre elas, a extinção do concelho do Pinheiro da Bemposta, como consequência da reforma administrativa de Mouzinho da Silveira—sendo dezanove as freguesias que hoje constituem o concelho de Oliveira de Azeméis: Carregosa, Cesar, Couto de Cucujães, Fajões, Loureiro, Macieira de Sarnes, Macinhata da Seixa, Madaíl, Nogueira do Cravo, Oliveira de Azeméis, Ossela, Palmaz, Pindelo, Pinheiro da Bemposta, S. Martinho da Gândara, Santiagode Riba Ul, Travanca, Ul e Vila Chã de S. Roque.

Em todos os tempos, tem esta região oferecido à Pátria vultos notáveis, tornando-se absolutamente impossível referi-los todos; não deixaremos, contudo, embora muito resumidamente, de recordar os nomes de D. Simão

Gomes, veneranda figura que tomou parte, como Ministro do Fomento, no Governo Provisório da República. E ao chegarmos aos tempos de hoje, não poderão ignorar-se o nome do Conselheiro Albino dos Reis, «patrono cívico do Distrito», e do laureado escritor Ferreira de Castro, glória da língua portuguesa.

Segundo os números provisórios do último censo da população, o concelho de Oliveira de Azeméis tem uma população de cinquenta e seis mil habitantes, que se reparte pelo exercício das mais diversas actividades.

Beneficiando de uma invejável situação geográfica, o concelho de Oliveira de Azeméis—o segundo, em população, do distrito (logo após o da Feira e antes do de Aveiro)—constitui hoje uma extraordinária força na senda do progresso.



Av. Dr. António José Almeida (Oliveira de Azeméis).

de Sá Pereira, bispo de Lamego; D. Frei Caetano Brandão, bispo de Belém e arcebispo de Braga; D. Frei Sebastião de Ascensão, bispo de Cabo Verde; Frei Simão de Vasconcelos, o frade liberal cuja firmeza de ideais o levou ao fuzilamento; Dr. José da Costa Sousa Pinto Basto, voluntário do Batalhão Académico que com D. Pedro IV desembarcou no Mindelo e com ele lutou abnegadamente até ao triunfo final; conselheiro Araújo e Silva, notável engenheiro de obras públicas; D. Manuel Correia de Bastos Pina, bispo de Coimbra e conde de Arganil; Conselheiro Ferreira da Silva, insigne químico de renome mundial; Dr. Ângelo da Fonseca, médico de renome; Prof. Bento Carqueja, vulto grande da cátedra e do jornalismo; Dr. António Luís

Aqui nasceu a indústria vidreira nacional; aqui se criou um centro notável da indústria de moldes para a indústria de plásticos; a indústria de alumínio e seus derivados conhece um surto espantoso de progresso; prospera a indústria de calçado, de serração de madeiras, e de lacticínios (o concelho produz diariamente 30 mil litros de leite), de exploração mineira, etc.

O ritmo de construção é impressionante; o comércio estende-se e conhece um período de prosperidade; o povo laborioso constrói a golpes de engenho e de audácia um **presente** indiscutível e um **futuro** promissor.

Oliveira de Azeméis—uma realidade a merecer a devida atenção de todos quantos sobraçam a pesada responsabilidade dos destinos da Grei Lusitana.

La-Salette — ex-libris de Oliveira de Azeméis

Por J. C. F.

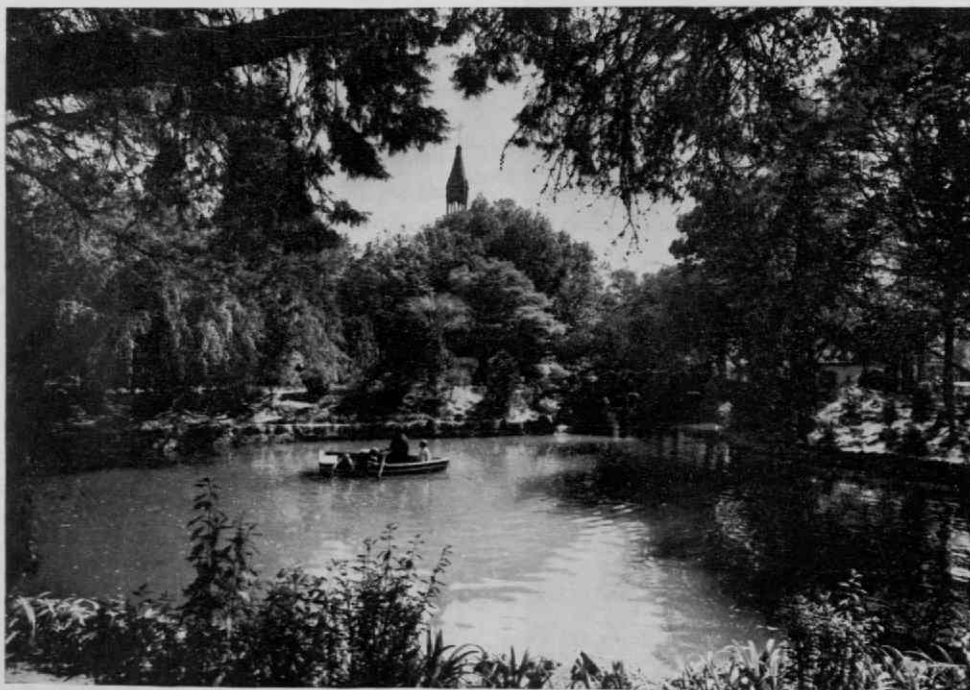
Oliveira de Azeméis, terra privilegiada do distrito de Aveiro, onde ocupa lugar de proeminente importância, possui como sua maior atracção turística, como mais gritante cartaz de propaganda, o Parque de La Salette, avultando nele o Santuário dedicado à Virgem da mesma invocação.

Em 1870 o país foi assolado por grande seca e os habitantes desta vila, profundamente crentes, resolveram implorar a protecção divina. Com esse fim, levaram a efeito cerimónias várias na vetusta Igreja Matriz, após o que se organizou uma procissão de penitência em direcção ao cimo do histórico Outeiro dos Craslos. Ali, o reverendo João José Correia dos Santos, pároco de então, lançou a ideia da construção de uma pequena

ermida sob a invocação de Nossa Senhora de La Salette.

A peregrinação teve lugar em 5 de Julho; exorada a misericórdia divina, havia que cumprir o voto feito. Vencidas dificuldades várias, só cinco anos depois — a 19 de Setembro de 1875 — chegou a imagem da Virgem, que, solenemente benzida, ficou na Igreja Matriz. Concluída a capela no cimo do histórico monte, para ali foi conduzida a imagem devota numa manifestação de fé que ficou célebre na história gloriosa das Terras de La Salette.

O primeiro passo estava dado. Em Maio de 1911, um grupo de dedicados oliveirenses fez distribuir uma circular em que se diz que «nesta bonita e bem situada vila de há muito se reconhecia a necessidade de se



Um recanto do Parque de La Salette.

fazer um jardim ou parque público para distração e recreio não só de oliveirenses como das pessoas que nos dessem a honra da sua visita. «E foi esse grupo de oliveirenses que constituiu a inesquecível Comissão Patriótica Oliveirense, punhado de abnegados que havia de tomar sobre os seus ombros o pesado encargo de levar por diante a ideia de dotar a nossa Terra com o parque que era o seu sonho.

E assim nasceu o Parque de La Salette, que é hoje um cartaz que muito longe tem levado o nome da nossa terra e não desilude aqueles que, sedentos de beleza e ávidos de recreação para o espírito, um dia o visitaram.

Presentemente estão em curso e em projecto obras que tornarão mais atraente a «sala de visitas» da nossa terra e um dos mais belos cartazes turísticos do país. O Parque Infantil «Dr. Artur Correia Barbosa», o Parque de Campismo, a Piscina Municipal, em adiantada fase de construção, a Estalagem de S. Miguel, cuja

primeira pedra será lançada muito em breve, são notáveis realizações que virão concorrer para uma maior valorização deste majestoso recanto — orgulho das terras que se albergam sob o manto protector da Virgem de La Salette.

Turisticamente o Parque está a caminhar a passos largos rumo a um futuro promissor sendo impossível esquecer que La Salette nasceu da religiosidade do nosso povo. Com a projecção que o Parque foi conquistando impunha-se o levantamento de um templo condizente. Por isso, em dado momento foi deliberado demolir a velha ermida e substituí-la por um elegante Santuário que se ergue altaneiro e mais próximo do céu, donde a Virgem deixará cair as suas bênçãos sobre aqueles que, com devoção, sobem ao Monte dos Crastos. Ainda há bem pouco, o Santuário foi enriquecido, mercê da generosidade pública e do entusiasmo de um punhado de abnegados oliveirenses.

bibRIA

Ferreira de Castro (das suas recordações de menino e moço)

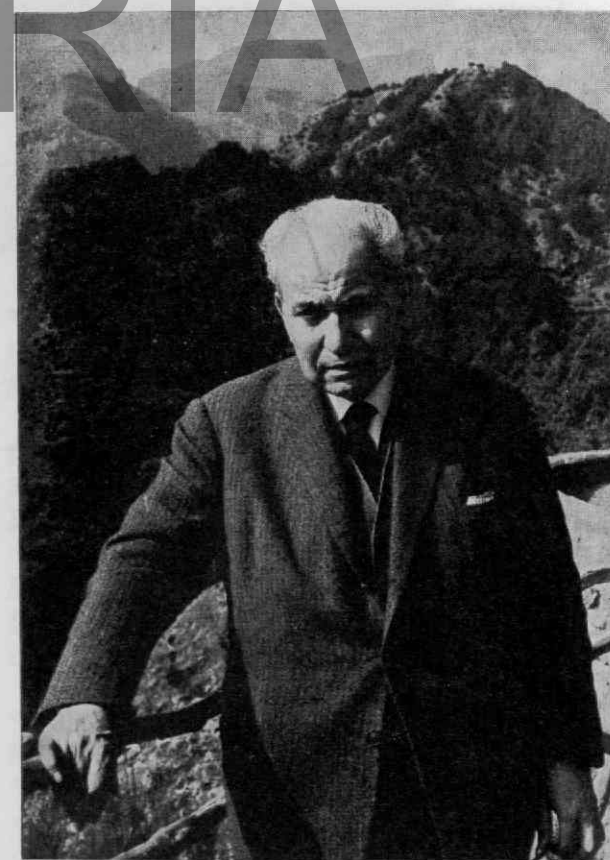
Por João da Silva Correia

Escritor

Já de certa feita ouvimos a Ferreira de Castro, em roda de cavaco entre amigos, que não guardava saudades dos seus tempos infantis e juvenis. Pareceu-nos que nem todos os circunstantes se aperceberam da espécie de acrimónia do autor de «A Selva», em tão estreita confiança. Olhos no chão, alguns; incrédulos, outros,—acabaram todos por dar a mão à palmatória, quanto à asserção do nosso grande escritor hodierno. Sim! Era bem de ver! Quem, como ele, à roda dos treze anos, era logo despejado naquele mundo hostil do Amazonas, à sorte e à mercê, sem mais arrimo que os próprios braços, e sem mais direitos cívicos do que o de morrer onde melhor quisesse, desde que não conseguisse sobreviver àquele sol em brasa que inoculava a morte, como prémio mor dos grandes sacrifícios e grandes provações a vencer, ou por elas ser vencidos. Não havia mais alternativas—viver, se pudesse ser, ou morrer, se tivesse que ser. Estas ridentes perspectivas, imbuídas de um silêncio sepulcral, sem princípio nem fim, tanto podiam ser a ante-câmara da morte, como a ante-câmara da vida, como quase equivalente condenação. Quanta vez, à recordação da sua aldeia natal, e da triste velhinha sua Mãe, se teria escondido, o futuro grande escritor, para chorar, na certeza de que, em Ossela, também ela sofreria, embora sem saber da verdadeira colónia penal em que ele fora cair, mesmo que sem libelo prévio.

Como se tanto não bastasse, em tão insólita via-sacra, havia ainda a praga dos **peles-vermelhas**—os parintintins—como por ali se lhes chamava—e a respeito dos quais tantas histórias terrificantes havia lido, em revistas brasileiras emprestadas por condiscípulos seus amigos, na escola régia, em Sant'António de Ossela. Essas histórias eram totalmente ilustradas, por quadradinhos, a toda a superfície da página. Por baixo de cada quadradinho, a respectiva legenda; de maneira que, legendas e gravuras se completavam, no todo homogêneo da história. O que, então, tanto fizera vibrar

o menino, apavorava-o agora. É que os paratintins sabiam como que voar, na brenha compacta, sem dar senha de presença pelo mínimo ruído. À caça do branco, seta empenhada sempre em riste, sabiam disfarçar-se por detrás de um tronco ou moiteira, na brenha. E quando a vítima se precatasse, logo estava varada do peito às costas, sem ter tempo, sequer, para dar um **ai!** De que servia o rifle ali à mão, se o índio não dava nota da proximidade, até bem perto do desventurado seringueiro?!



Ferreira de Castro na Ilha da Madeira (1967).

Pois é... os paratintins... Tal como brasas solapadas na cinza da lareira, o infante de Ossela não conseguia disfarçar o verdadeiro pavor de que andava tomado. Sem poder deslindar-se de tão urgente preocupação, ao simples zunido de um mosquito, logo tomava o rifle, até mesmo sem ainda ter aprendido capazmente a manejá-lo. Inúmeras vezes, sem conseguir vencer tão penosas mortificações, discernia para consigo: «Há-de ser experiência terrível, isso de ser varado por uma seta, sem qualquer espécie de transição, entre a vida e a morte!»

Assim dobavam os dias e as horas, ao desachego das alegrias, para o nosso pequeno osselense, ainda e sempre mal acadimado, naquele — estranhamente agreste mundo!

E então, malucava consigo mesmo:

Quando calhasse, qualquer dos seringueiros doutras zonas do «Paraíso», que, de raro em raro, por ali passavam, viria dar consigo morto, num lago de sangue. Tira boi e tira vaca, flecha arrancada da arca do peito, levá-lo-iam a enterrar naquele chão adusto, debaixo daquele chão plúmbeo — sem uma lágrima de piedade, e sem um adeus para todo o sempre — a um bafo de maldição que superava o mundo e as suas leis humanas.

Aconteceu que, aquando desta mais recente visita de Ferreira de Castro ao Brasil, lêsemos nos jornais portugueses, contra o que julgávamos saber, que, no regresso a Portugal, viria ele pelo norte do Brasil, a fim de visitar o Amazonas, mas em especial o Seringal «Paraíso». Quedei atônito: o nosso ideal literário fora visitarmos o «Inferno Verde da Amazônia», embora numa visita-relâmpago, para nos ambientarmos. Tal fim em vista, contudo, só podíamos fazê-lo na companhia do próprio autor da «Selva», para podermos deter a exactidão dos seus passos por tão dolorosas paragens. Não me surpreendeu a resposta do grande Escritor e querido Mestre e Amigo, já que, por prescrição médica, tinha que poupar-se a emoções de maior, como não podia deixar de ser essa sua vontade de voltar a ter diante dos olhos o Gólgota da sua meninice e da sua adolescência, a padecer uma odisséia sem par, com a simples finalidade de tornar os ricos ainda mais ricos, pelo preço incomensurável dos pobres ainda mais pobres!

Indagámos de Ferreira de Castro, sobre as notícias insertas nos jornais portugueses, em telegramas do Rio de Janeiro. Confirmou o que já me havia dito pessoalmente. Quando não, teríamos tomado um avião que nos levasse ao Pará, a Manaus, ou aonde fosse, para, em cinco ou seis dias de compenetração espiritual, procurar detectar e tomar as nossas notas ombro a

ombro com o egrégio romancista nosso conterrâneo. Nada de ficção; pretendíamos, muito simplesmente, focar a realidade, e, com ela, um drama já ultrapassado pelas circunstâncias, mas que, nem por isso, deve ser desdenhado pela insensibilidade de uns, e a ignorância de outros. Capacitados de que só mesmo na companhia do glorioso autor de «A Selva», lograríamos produzir o livro ambicioso que trazíamos em mente e do qual desistimos. Daqueles projectos, em suma, que jamais podemos realizar, e que, frequentemente, nem sequer lograríamos realizar à proporção condigna do Mestre dos Mestres.

*

Em determinada ocasião, fomos, como inúmeras vezes temos feito, passar um bocado de tempo com o nosso Amigo, na Pensão Suíça (Macieira de Cambra). Em dado momento, por proposta não nos lembramos de quem, fomos a calcante até Rôge, a contemplar, por mais aquela vez, os rendilhados de cantaria, do cruzeiro e do templo. Deambulávamos por ali, quando Ferreira de Castro, apontando um outeiro ali a um quilómetro escasso, nos informou de que lá tinha ido, uns dias antes, comprar foguetes. Vêem aqueles pardieiros encardidos, que pejam a encosta do outeiro? Pois em cada um deles — pode-se dizer — é uma oficina de pirotecnia.

Mas... foram comprar foguetes?! — estranhou um dos do grupo.

— É certo! Comprar foguetes...

— Para que queriam os foguetes?!...

— Para queimar, claro está!

— E quem os queimava?

— Eu! Pois quem havia de ser?! Sempre lhe digo: uma das coisas que bastante me calhou, ainda que com os meus oito ou dez anos, foi deitar foguetes. Quando havia festas, logo eu me abeirava do fogueteiro. Ele já me conhecia. E, então, complacente, deixava-me deitar os foguetes que muito bem me apetecia, mas escalando ele os intervalos. Quando não, os foguetes não davam para meia missa, dada a sofreguidão com que eu me entusiasmava, até sem dar por isso! Disse-me, certa ocasião, numa procissão da primeira comunhão, em Ossela: «Calma! Calma, meu homem! Isto aqui não é sangria desatada! Queres levar a banca à glória, ou quê?!» Mas ainda quanto ao foguetório de Rôge: logo ao estrondo dos primeiros foguetes, saí-me de lá da lura o vendedor dos foguetes, a correr, desaustinado: «Alto! Alto lá! Quem é que lança os foguetes?!» Apontei-me a mim próprio. «Tem licença?» «Pois não tenho! Mas é preciso licença?» «Pois é! Não

sabia?» «Bem! Eu não sabia! Mas se assim é, fique lá com os foguetes!» Não Senhor! Eu deito os foguetes! Não lhe levo cinco réis por isso!» «Nada! Não Senhor! Eu comprei os foguetes, para ser eu próprio a queimá-los. Assim... leve lá os foguetes, faça o favor! Caso arrumado!» «Pois então» — diz o vendedor dos foguetes — «queira esperar uns instantes, que eu vou buscar a demasia, pelos foguetes que me entrega...» Tive um trabalhão para conseguir que o homenzinho do Senhor aceitasse o meu alvitre. Ele concordou por fim, embora pesaroso. E abanou a cabeça, em sinal de reprovação, acrescentando logo: «Cá por mim, estava

espectáculo sempre velho e sempre novo, que muito aprecio. Em tardes de canícula desenfreada, parece mesmo que partilhámos do prazer dos jovens que chapinham na linfa benfazeja. Estabelece-se, de facto, esse milagroso contágio, mediante o qual chegamos a quinhoar da maravilhosa frescura dos nadadores, em plena euforia. Para mais, o vasto estrado que acomodava os mirones, com grande profusão de cadeiras e mesas, era recoberto por hospitaleiras glicínias, via-se que, por sua vez, gozosas e agradecidas. Café ou cerveja no papo, consulte o relógio, de esconso.

Como grande romancista que é, e com as corres-



Casa natal de Ferreira de Castro, em Oliveira de Azeméis

tudo bem; mas, aqui na vizinhança, há uns trinca-espínhas que desadoram ver camisa lavada no corpo de outrem... Tenho muita penal!»

*

Noutro ano a seguir, o nosso encontro foi nas Taipas, ali, porta a porta com a cidade de Guimarães. Há uns anos que mantemos com Ferreira de Castro o hábito de irmos almoçar com ele, em cada estio que ele vem trabalhar no vasto remanso de Entre-Douro-e-Minho, isolando-se com os seus queridos papéis, das tantas às tantas, irrevogavelmente.

Refeição terminada, propôs Ferreira de Castro irmos à piscina para **vermos os outros nadar** e rir, a espaços desencontrados. Fiquei contente com a ideia. É um

pondentes faculdades de observação e dedução sempre em jogo, Ferreira de Castro comentou:

— As horas vão rodando, pois não é, João da Silva Correia? Sabe? Tinha uma surpresa para si e os seus, mas, ao que vejo, vai-se tornando tarde demais e eu não quero detê-los, à conta de tão pouco.

Palavras não eram ditas, quando, botando os olhos à assistência, o autor de «Terra Fria», deparando com Senhora do seu conhecimento, em fila próxima, tratou de perguntar-lhe:

— Não veio seu Marido, minha Senhora?

— Veio, sim, Senhor Ferreira de Castro. Deve estar lá fora, ao pé da portaria.

— Não sabe se ele trouxe...

Ela não deixou terminar, esclarecendo desde logo:

— Trouxe, sim, Senhor Ferreira de Castro.

— Bem: muito obrigado! Vou-me ao seu encontro.

Debandámos, em chusma, para a portaria. Ali, apresentou-nos o Senhor de muito boa presença, de cabelos quase que por completo encanecidos, de distinto porte e afável trato. Encostado à parede, e próximo de si, um papagaio de enormes proporções, quase da altura do dono, armado em tela oleada de cores berrantes, e muito boas estruturas em cana da índia, ligadas entre si por barbante de não sei quantos fios, compasso muito bem orçado, do qual partia a cauda, também soberbamente proporcionada, de molde a manter o equilíbrio do aparelho em pleno voo, sem o risco de picar a terra e espatifar-se, como tanto acontece com papagaios empiricamente delineados.

Entretanto, Ferreira de Castro chama-me a atenção para as altas qualidades do papagaio:

— Já reparou, João, na robustez evidente desta bela máquina de voar? Completa, pesa muito próximo dos dois quilos e oitocentos gramas. Vai já ver a presteza com que sobe e toma altura, e logo entra a serenar.

Com efeito, foi maravilhoso na subida!...

E já Ferreira de Castro se me aproxima de novo, a segurar a guita do papagaio, com entusiasmo:

— Veja lá, João! Mas segure bem a guita, não vá ele esgueirar-se! Aqui tem! Isto apenas com duzentos e vinte metros de fio. Se lhe dássemos muito mais, o menos que podia acontecer era estalar a trela e o papagaio esgueirar-se.

biblioteca

Duma outra vez que fôramos almoçar com Ferreira de Castro, em Entre-os-Rios: Ao apear-mo-nos, frente à entrada do Hotel, nas Termas de S. Vicente, reparámos que havia por ali música e foguetes, a troco não sei de quê. No grupo, Ferreira de Castro e Esposa; eu e minha Mulher, e uma das nossas filhas, e também uma Senhora nossa conterrânea que estava hospedada no hotel e que, llobrigando-nos, se aproximou muito amavelmente, em cumprimentos. O nosso grande Amigo pediu licença de ir ver não sei o quê. Tivemos um sentimento jocoso do que iria fazer Ferreira de Castro. E disse então para a Senhora D. Helena Muriel:

— Já adivinhei do que foi tratar seu Marido, Senhora D. Helena...

— Eu também já adivinhei — riu ela, por sua vez.

Vimos Ferreira de Castro chegar junto do fogueteiro e dizer-lhe qualquer coisa que, aí, não lográmos adivinhar.

Haverá quem, não por espírito de verrina — bem sabemos — mas pelo esmero de chamar as coisas pelo devido nome, faça a injustiça de considerar que res-

valamos à puerilidade de relatarmos Ferreira de Castro a lançar foguetes ou a levantar papagaios até pouco abaixo da lua. Ou entendemos bem pouco do mundo e da vida, ou os quesitos submetidos a tribunal não têm consistência de maior em desfavor do egrégio romancista desavindo com estultos preconceitos, sem saudades dos tempos infantis, e de adolescente, e de jovem. Ao rol de proveitos e desproveitos, e à proporção de cada qual dos melhores talvez por vinte dos piores, é a falência a caminho! Enquanto isto, este e aquele dos nossos leitores atira-nos, possivelmente, a luva à cara, pela verdade intrínseca expendida ao **Deus dará**, olhos fechados aos resultados.

Se nos entregarmos ao pelourinho, por esse **dize tu, direi eu**, de mexericos de campanário, ainda pior!

Diz-se do velho Henry Ford, que todos os dias dava a sua volta de bicicleta, maior ou menor, isto aos setenta e muitos anos de vida; e de Einstein que não passava um dia sem arrancar uns trinados do seu violino. Gandi passeava com frequência pelas ruas de Bombaim, embrulhado na sua túnica, de roca ao peito e uma cabra pela trela. De Churchill sabemos que não se detinha com vagar em qualquer lado; fosse em vila, cidade, campo ou montanha, desde que por perto não tivesse à disposição um campo de Golf, para bater meia dúzia de tacados. Luís XIV de França, uma redonda nulidade como rei, ao mesmo tempo que era exímio relojoeiro. E do grande condutor de orquestra que se chamou Toscanini, consta que ao mais leve prenúncio de dores de dentes, logo se metia no primeiro avião de Nova Iorque para Roma, em demanda do seu dentista predilecto. Era fácil nomear mais muito distintos entre os distintos, em condições semelhantes.

*

Feito balanço entre os bons e os maus dias que todos fruimos ou padecemos na vida (sempre em mais baixa percentagem os primeiros do que os segundos), olhos postos na ampulheta do destino que nos mede avaramente os dias e as horas, tudo nos resta afundido no turbilhão dos séculos, tanto à margem dos milhares como dos milhões, com a criatura humana invadida pelo terror do destino irreparável da sepultura ou do nada. E verifica-se então que se inverteram conceitos e intenções, como refúgio do que nunca teve princípio nem terá fim.

Ferreira de Castro situa-se em quadrante de credor de uma infância abruptamente banida desde a idade dos treze anos. Nem foguetes, nem papagaios, nem despreocupação infantil, nem quase nada do muito que ficou a débito ao partir de um mundo que considerava mau, para um outro muito pior, e que ele considerava vantajoso sobre vantajoso.

A infância ficou a dever-lhe, a adolescência ficou a dever-lhe, a mocidade ficou a dever-lhe.

Pela lei das compensações, é justo, é equitativo, é justíssimo que lhe caibam agruras pelo menos em parte mínima das grandes alegrias que perdeu e às quais não renunciou de todo em todo—depois do grande nome que conquistou e da grande consideração universal que conquistou.

Santiago de Riba-Ul, Maio de 1972.

NOTAS

- José Maria Ferreira de Castro nasceu em Ossela (Oliveira de Azeméis) a 24 de Maio de 1898. Foram seus pais José Eustáquio Ferreira de Castro e D. Maria Rosa Soares de Castro.
- Bem como seus três irmãos mais novos, fica órfão de pai aos oito anos de idade.
- Na escola primária da aldeia, onde leccionava o professor Alfredo Francisco Portela, veio a obter, em Julho de 1910, aprovação no exame da 4.ª classe.
- A 6 de Janeiro de 1911 sai de Leixões com rumo ao Brasil.
- Durante vinte e oito dias permanece em Belém do Pará sob a protecção dum osselense a quem fora recomendado; mas o protector, querendo libertar-se do estorvo, «despacha» Ferreira de Castro para o seringal Paraíso, perdido na selva amazónica.
- Foi aqui que o modesto empregado de armazém tentou os primeiros voos literários; publica várias crónicas e contos em jornais da região, e prepara o primeiro romance a que dá o título de «Criminoso por ambição».
- Após quatro anos de vida na selva, abandona o seringal Paraíso e regressa a Belém do Pará, onde o conterrâneo o ignora definitivamente. Segue-se um

período de profunda miséria, empregando-se a colar cartazes nas paredes e a trabalhar num barco de cabotagem. Colabora no «Jornal dos Novos» e consegue uma tipografia que publique o primeiro romance, em fascículos, que o próprio autor distribui. Funda o semanário «Portugal» e vê melhorar a sua vida material.

- Em 1920 regressa a Portugal, onde conhece momentos da maior dificuldade. Passa a colaborar em dezenas de jornais e revistas, vendo a sua vida melhorar consideravelmente. Publica «Êxito Fácil», «Sangue Negro», «A Boca da Esfinge», «A Metamorfose», «Sendas de Lirismo e de Amor», «A Morte Redimida», «A Peregrinação do Mundo Novo», etc.
- Em 1928 publica «Emigrantes», obra de grande êxito em Portugal e no estrangeiro; em 1930 aparece «A Selva», obra de renome mundial e traduzida em inúmeras línguas.
- Ferreira de Castro publica depois inúmeras obras, conquistando fama mundial. O seu nome é sugerido para o Prémio Nobel da Literatura. Um grupo de democratas convida-o, em 1958, para apresentar a sua candidatura à Presidência da República; o notável romancista recusa o convite, declarando não se julgar com as condições requeridas pela função.
- Em 1966, aquando das comemorações do cinquentenário literário de Ferreira de Castro, a sua terra natal homenageia-o, descerrando na Praceta D. Maria I, próximo aos Paços do Concelho, um monumento ao emigrante.
- Ferreira de Castro doou a casa dos Salgueiros, onde nasceu, à Câmara Municipal. Ali funciona um pequenino museu, com recordações do laureado escritor, que é extraordinariamente visitado.
- Sabe-se que Ferreira de Castro tenciona construir muito brevemente, próximo à casa onde nasceu, um edifício destinado a uma biblioteca.

A. M.

Pinho Leal no Solar do Côvo

O prestigioso nome do discutido historiador Pinho Leal ficará para sempre ligado a Oliveira de Azeméis.

Para aqui veio, em momento difícil da sua atribulada existência, e aqui viveu, durante alguns anos, exercendo a função de administrador da Casa do Côvo.

Mas acerca da autêntica odisséia de Pinho Leal, deixemo-nos guiar por um estudo do saudoso padre Pereira da Costa, que foi abade de Vila Chã de S. Roque, freguesia a que pertence o Solar do Côvo; aqui fica, também, a nossa modesta homenagem à memória do estudioso sacerdote, cuja vida a sinistra morte ceifou prematuramente.

Estava-se em 1860. O cargo de administrador da Casa do Côvo — antigo, rico e nobre morgadio do concelho de Oliveira de Azeméis — estava vago. Ali, sim, nada faltaria; o dinheiro abundava e eram vastas as possibilidades de percorrer grande parte do país: o conde do Côvo possuía prazos de norte a sul e necessário se tornaria receber foros, fiscalizar caseiros, elaborar novos contratos, sanar pleitos, etc., etc.

Cargo invejável para Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal, que não desistira da ideia arrefugada: escrever um dicionário histórico e geográfico de Portugal.

Um seu grande amigo, que parece ter sido José António Gomes Leite Rebelo, 1.º visconde de Santa Maria de Arrifana, gozava da particular amizade do conde do Côvo, D. Sebastião Maria de Castro e Lemos Magalhães e Meneses. Pinho Leal expõe a pretensão e o visconde de Arrifana logo a apadrinha. Contudo, era preciso descobrir um pretexto para ir ao Côvo e apresentar o candidato a administrador.

Também aqui não houve qualquer dificuldade. Um grande calígrafo como Pinho Leal, homem para imitar qualquer escrita, seria bem capaz de resolver o problema. E, se bem o pensou, melhor o fez... Com incrível perfeição redige uma carta endereçada ao visconde de Arrifana convidando-o para assistir à festa do aniversário natalício do conde do Côvo.

No dia apazado chega o «pseudo-convidado» ao Côvo e pede licença para apresentar Pinho Leal a

D. Sebastião de Castro e Lemos. Depois de trocados os cumprimentos da praxe o visconde começa a agradecer o honroso convite e a felicitar o aniversariante. O senhor do Côvo mostra a maior estranheza, pois nem fazia anos nem tinha dirigido qualquer convite. O amigo de Arrifana exhibe o convite e o visitado fica boqueaberto. Na verdade, aquela letra era a sua. Mas não fazendo anos, só num momento de alienação mental poderia ter escrito tal carta!

No entanto, o amigo e o companheiro não poderiam ir embora sem jantar. E foi durante o repasto que o visconde desvendou toda aquela confusão e explicou a necessidade do estratagemas. A princípio, D. Sebastião mostrou-se deveras irritado e recusou-se a aceitar Pinho Leal como seu administrador. Que perigoso — argumentava, aliás com muita lógica — não seria confiar os negócios a um homem capaz de imitar tão bem a sua caligrafia, e até a assinatura?

O Visconde, todavia, consegue convencer o amigo, e Pinho Leal fica desde logo administrador da casa do Côvo, cargo que viria a ocupar durante seis anos, até 1866.

A princípio tudo corria bem, e Pinho Leal cedo passou a merecer a confiança do seu senhor. Mas, passados tempos, o conde do Côvo verificou que o administrador se dedicava com bem maior entusiasmo à recolha de elementos para o seu trabalho do que à gerência dos bens e prazos que se estendiam por dois terços do país. E teve que o despedir.

Mas Pinho Leal levava consigo o material que lhe permitiria dar realidade ao sonho há tanto tempo acalentado. E quando morreu, em 1884, publicara já dez volumes do notável trabalho a que deu o nome de «Portugal antigo e moderno».

Poucas obras haverá que tenham sido mais violentamente criticadas do que esta de Pinho Leal. Mas se atendermos às condições de trabalho do seu autor, às dificuldades da época, e ao que, efectivamente, ela tem de útil, não poderemos deixar de concordar com Marques Gomes, que a classificou como «um valioso auxílio, guia inseparável e livro de subido valor».

Colóquio «Aveiro rumo ao futuro»

ESTUDO SOBRE O EQUIPAMENTO ESCOLAR DO DISTRITO DE AVEIRO

O **Clube dos Galitos** resolveu, oportunamente, levar a efeito um Colóquio subordinado ao tema «AVEIRO — RUMO AO FUTURO», iniciativa que visava, como claramente se evidenciou no respectivo regulamento, o estudo sistemático e aprofundado de todos os problemas que interessam ao desenvolvimento de Aveiro e do seu Distrito e à valorização das suas gentes.

Assim, em 18 de Dezembro de 1970, e na nova sede deste Clube, teve lugar a sessão dedicada à análise das questões relativas ao Ensino e à Cultura.

No decorrer da mesma, e no seguimento da ampla troca de impressões havida acerca de tal aspecto, o Ex.^{mo} Senhor **Dr. Orlando de Oliveira**, que presidiu, como moderador, sugeriu que o **Clube dos Galitos**, através de uma Comissão a criar para o efeito, estudasse os fundamentos do necessário e premente equipamento escolar do Distrito de Aveiro; e lembrou, para integrarem essa Comissão, os nomes da **Dr.^a D. Maria Ermelinda Ribeiro de Campos**, professora do ensino liceal, Engenheiro Agrónomo **Carlos Manuel Ferreira da Maia**, técnico da Secretaria de Estado da Agricultura, **Dr. Carlos Manuel da Costa Candal**, advogado, **Padre Paulino Gomes**, pároco coadjutor e aluno da Faculdade de Letras de Coimbra, **Maria Fernanda Ferreira Romão**, aluna do 7.^o ano de Letras e de **Rui Manuel Xavier Matias**, aluno do 7.^o ano de Ciências.

Tal proposta mereceu a aprovação unânime dos presentes e o imediato e entusiástico apoio da Direcção do Clube, que logo oficializou e deu como empossada a Comissão em referência.

Esta, após várias sessões para coordenação de ideias e definição das directrizes a imprimir ao trabalho de que fora encarregada, deliberou incumbir: — o Eng.^o Agrónomo **Carlos Manuel Ferreira da Maia**, do estudo sobre «A posição do Distrito de Aveiro no Espaço Económico Nacional (Continente)»; a Doutora **D. Maria Ermelinda Ribeiro de Campos**, do estudo sobre «O Equipamento Escolar do Distrito de Aveiro — Rea-

lidades e Carências»; e **Maria Fernanda Ferreira Romão** e **Rui Manuel Xavier Matias**, de coligir os **Elementos de Estatística** de maior interesse para o fim em vista.

Os referidos membros da Comissão apresentaram os respectivos trabalhos, que vistos e aprovados, se apresentam a seguir, com as conclusões que deles se extraem.

A POSIÇÃO DO DISTRITO DE AVEIRO NO ESPAÇO ECONÓMICO NACIONAL (CONTINENTE)

1 — Com vista a acelerar o processo de crescimento económico em que o nosso País se encontra empenhado, torna-se necessário incrementar os investimentos no sector da educação, mobilizando todos os meios financeiros disponíveis para o efeito.

Nos países mais progressivos, as dotações orçamentais destinadas à Educação chegam a atingir 4 % do P. N. B., enquanto nos países em vias de desenvolvimento, normalmente, essas verbas não atingem 2 % do P. N. B. Daqui resulta um autêntico círculo vicioso — nestas condições, por falta de nível cultural da sua população activa, os países em vias de desenvolvimento não podem alcançar níveis de desenvolvimento económico que lhes possibilitem dedicar maiores investimentos ao Ensino e, assim, cada vez vai sendo mais profundo o fosso que os separa dos países desenvolvidos.

Em 1951, a Suécia destinava 3,04 % do seu P. N. B. ao Ensino, a Holanda 2,45 %, a Suíça 2,33 % e o nosso país, 0,41 % (Ensaio Metodológico de Mapa Escolar para Portugal — Relatório publicado em 1965 pela O.C.D.E.).

2 — A moderna metodologia utilizada no planeamento do equipamento escolar de determinada região, assenta na ponderação de dados demográficos, económicos e geográficos.

Relativamente ao segundo daqueles factores, interessará analisar o grau de desenvolvimento económico, através de um conjunto de indicadores que o permitam descrever, em grandes sínteses e que sejam susceptíveis de interpretação estatística.

Assim, ao debruçarmo-nos sobre o problema do equipamento escolar do Distrito de Aveiro, importará, pois, numa primeira perspectiva, situá-lo no espaço económico nacional, aferindo as suas potencialidades próprias e o sentido dinâmico da evolução das suas estruturas económicas.

Entre os indicadores demográficos susceptíveis de traduzir o potencial económico do distrito, escolheu-se o da **população activa residente com profissão**, a outra grandeza económica utilizada para exprimir o crescimento económico da unidade especial por que se optou, foi o **produto interno bruto**.

Para evidenciar os aspectos dinâmicos da evolução destas grandezas, o Eng.º Trigo de Abreu, no seu trabalho «O crescimento regional em Portugal — análise da sua distribuição», publicado em 1969 pelo Centro de Estudos e Economia Agrária da Fundação Calouste

Gulbenkian, adoptou o método regional-estrutural, introduzido por Dunn em 1958.

Resumidamente, a análise efectuada por aquele autor obedeceu ao seguinte esquema:

- o modelo correspondente à base **produto interno** foi elaborado em relação aos 18 distritos do Continente e 3 sectores de actividade, com dados disponíveis referentes ao período 1953 e 1963;
- no estudo com base na **população activa residente com profissão**, considerou um modelo referente a 18 distritos e a 4 sectores de actividade, no período 1940-1960.

Vejamos, pois, os resultados a que chegou o referido técnico, no estudo a que nos reportamos:

3—ANÁLISE DA VARIAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO ENTRE 1953-1963. Posição do Distrito de Aveiro em relação ao conjunto do país:

QUADRO I

Valores absolutos do produto interno e respectivas diferenças para 1963 e 1953 (1 000 contos) a)

	Continente	Aveiro	Taxas sectoriais	
			Continente	Aveiro
Primário	17 645,5 15 441,7 + 2 203,8	1 063,4 806,7 + 246,7	+ 14,27	+ 30,21
Secundário (b)	27 302,1 13 280,6 + 14 021,6	2 624,5 1 057,3 + 1 567,2	+ 105,58	+ 148,23
Terciário (c)	34 447,0 20 974,9 + 13 472,1	1 256,2 808,9 + 447,3	+ 64,23	+ 55,35
Totais	79 394,6 49 697,1 + 29 697,5	4 944,1 2 682,9 + 2 261,2		
Taxas de acréscimo (%)	+ 59,76	+ 84,29		

(a) — Utilizam-se preços constantes de 1963.

(b) — Inclui indústrias extractivas, transformadoras, construção e obras públicas.

(c) — Inclui a produção e distribuição de energia, além de outros serviços. Fonte: Estimativa do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho.

Da análise do referido quadro, aqui reproduzido, apenas parcialmente com os dados referentes ao distrito de Aveiro, inferem-se as seguintes conclusões:

1. Entre 1953 e 1963 o **produto interno** (a preços constantes de 1963) aumentou **59,76 %** ou seja à taxa média anual cumulativa de **4,8 %**.
2. A responsabilidade deste crescimento distribui-se, de forma desigual, pelos três sectores de actividade considerados. Assim, o **sector primário**, apenas contribuiu com **14,27 %** (taxa média anual cumulativa de **1,3 %**); o **sector secundário** evidencia um crescimento próprio de **105,58 %** taxa média anual cumulativa de **7,5 %**; finalmente, o **sector terciário** acompanha o crescimento geral da economia, com um aumento de **64,23 %** (taxa média anual cumulativa de **5,1 %**).
3. Durante o período em referência, e em relação ao Distrito de Aveiro, verifica-se que o **produto interno aumentou 84,29 %, percentagem apenas ultrapassada no conjunto do País, pelo distrito de Setúbal (97 %)**.
4. Em relação a Aveiro, a responsabilidade deste crescimento reparte-se, do seguinte modo, pelos sectores de actividade considerados:

O **sector primário** contribui com 30,21 % do acréscimo total, enquanto o **sector secundário** assegura a maior expansão, com um crescimento próprio de **148,23 %**; o **sector terciário** acompanha o crescimento económico geral com um

aumento de **55,35 %**, inferior, contudo, à taxa de crescimento médio do mesmo sector, no País (64,23 %).

Conhecida a taxa nacional de crescimento (T), as taxas regionais observadas (ti) e as taxas hipotéticas (ti) estão unidos todos os elementos que possibilitam o cálculo dos parâmetros caracterizadores do quadro inter-regional, segundo o método adoptado.

Trigo de Abreu refere que o aspecto mais saliente que ressalta desta análise, consiste na oposição, quase absoluta, que se observa entre dois grupos de unidades regionais.

O primeiro grupo, definido por um crescimento superior ao crescimento médio nacional é fundamentalmente constituído pelos distritos de Aveiro, Lisboa, Porto e Setúbal, definindo assim uma região de crescimentos rápidos, estimulados com fartas potencialidades.

O segundo grupo, apresenta características opostas e inclui os distritos de Beja, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, caracterizando-se por crescimentos lentos frenados e com fracas potencialidades.

Em posição intermédia em relação a estes dois grupos figuram os restantes 3 distritos: Braga, Bragança e Guarda.

ANÁLISE DA VARIAÇÃO DAS POPULAÇÕES ACTIVAS ENTRE 1950 e 1960 — posição do Distrito de Aveiro em relação ao conjunto do País:

QUADRO II

Valores absolutos da população activa para 1960 e 1950 e respectivas diferenças

Sectores	Continente	Aveiro	Taxas sectoriais (%)	
			Continente	Aveiro
Agricultura, Pesca, Indústria extractiva	1 363 382 1 477 803 — 114 421	71 577 83 335 — 11 758	— 7,74	— 14,11
Indústria Transformadora	668 504 569 303 + 99 201	63 903 45 560 + 18 343	+ 17,42	+ 40,26
Construção e Obras Públicas	213 974 145 075 + 68 899	13 598 8 752 + 4 846	+ 47,49	+ 55,37
Serviços Diversos	861 110 807 325 + 53 785	36 049 34 421 + 528	+ 6,66	+ 1,82
Totais	3 106 970 2 999 506 + 107 464	184 127 172 068 + 12 059		
Taxas de verificação (%)	+ 3,58	+ 7,01		

Fontes: IX Recenseamento Geral da População e X Recenseamento Geral da População.

A partir deste quadro, de que sòmente reproduzimos os dados relativos ao distrito de Aveiro, e de outro idêntico referente ao período 1940-1950, podem deduzir-se as variações da população activa durante os mesmos períodos, bem como as respectivas taxas anuais médias cumulativas, expressas em percentagens, para cada distrito do País, referidos no quadro 3.

QUADRO III

Taxas anuais médias cumulativas (%)

Distrito	Período		
	1940-1950	1950-1960 (1)	1940-1960
Aveiro	+ 1,1	+ 0,7 (+ 7,01)	+ 0,9
Beja	+ 1,5	- 0,5 (- 4,81)	+ 0,5
Braga	+ 1,0	+ 0,1 (+ 1,03)	+ 0,6
Bragança	+ 0,6	+ 1,0 (+ 9,87)	+ 0,8
C. Branco	+ 0,9	+ 0,2 (+ 1,82)	+ 0,5
Coimbra	+ 0,7	- 0,2 (- 1,91)	+ 0,3
Évora	+ 2,0	- 0,3 (- 3,00)	+ 0,8
Faro	+ 1,4	- 0,3 (- 2,58)	- 0,6
Guarda	+ 0,5	- 0,5 (- 5,59)	- 0,1
Leiria	+ 1,0	+ 0,7 (+ 6,81)	+ 0,8
Lisboa	+ 2,3	+ 1,1 (+ 12,03)	+ 1,7
Portalegre	+ 1,9	- 1,0 (- 10,28)	+ 0,4
Porto	+ 1,8	+ 0,8 (+ 8,80)	+ 1,3
Santarém	+ 1,7	- 0,5 (- 5,28)	+ 0,6
Setúbal	+ 3,6	+ 1,1 (+ 11,77)	+ 2,3
Viana do Castelo	- 0,7	- 0,1 (- 0,69)	- 0,4
Vila Real	+ 0,8	+ 0,3 (+ 2,55)	+ 0,5
Viseu	+ 0,3	- 0,2 (- 2,37)	+ 0,0

(1) — Entre parêntesis figuram os acréscimos decenais.

Da análise das taxas regionais de crescimento relativas ao período 1950-1960 conclui-se que os distritos de Beja, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo e Viseu apresentam decréscimas absolutas das suas populações activas. Os acréscimos de maior vulto observam-se em Aveiro — forte crescimento na indústria transformadora —, em Bragança, Leiria, Lisboa, Porto e Setúbal.

Se compararmos estes resultados com os correspondentes ao período 1940-1950, verificamos que, ao nível nacional, o comportamento das taxas de crescimento se processa de modo assaz uniforme em relação ao conjunto dos distritos. Apenas se verificam duas excepções, em Bragança e Viana do Castelo, onde se registam acréscimos em relação ao período anterior, em ambos os casos devido a uma evolução positiva do sector primário.

Em traços gerais e no que se refere à definição dos parâmetros caracterizadores da evolução da população activa no período considerado (1950-1960), podemos agrupar os diferentes distritos da seguinte forma:

1. O grupo constituído por **Aveiro**, Porto, Setúbal e Lisboa permanece no decénio 1950-60 como no vinténio **1940-1960, com crescimentos superiores à média nacional.**
2. 12 distritos — Beja, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu — evidenciam, no período **1950-1960, crescimentos lentos inferiores à média do País.**
3. Bragança e Leiria apresentam crescimentos superiores à média do País, evidenciando contudo fracas potencialidades.
4. Para o caso específico de Aveiro, saliente-se que a despeito do decréscimo verificado nas actividades do sector primário, ter sido superior à baixa prevista segundo o ritmo nacional, **este distrito conseguiu, sobretudo a partir de notável aumento do emprego na indústria transformadora, uma posição que evidencia fartas potencialidades regionais.**

4 — Desta maneira, a análise das variações relativas, quer do **produto interno**, quer da **população activa**, evidencia a permanência, em posição de destaque, de um grupo de quatro distritos, composto pelos de **Aveiro**, Lisboa, Porto e Setúbal.

O progresso económico destes distritos deve-se, fundamentalmente, à importância que neles assumem as indústrias transformadoras, cujo desenvolvimento desencadeia fluxos de capitais e de pessoas, **necessariamente determinante da urbanização do seu espaço geográfico.**

Logo, neste contexto económico, torna-se indiscutível que **as infra-estruturas do ensino médio e superior assumem um papel preponderante e decisivo na aceleração do processo de crescimento, constituindo mesmo o seu principal motor.**

II

O EQUIPAMENTO ESCOLAR DO DISTRITO DE AVEIRO

- 1 — «Uma nação que não valoriza devidamente a inteligência está condenada. O seu heroísmo, as suas magníficas qualidades de relações humanas, a sua finura de espírito, as suas vitórias em terra, mar e ar, não lhe permitirão fugir a um destino inexorável. Hoje sobrevive. Amanhã a Ciência avançará ainda mais e não caberá apelo do julgamento proferido sobre um povo constituído por homens sem instrução.»

A afirmação, da autoria de Whitehead, data já de 1916, mas permanecem muitas das razões que a motivaram. Não admira, pois, que mesmo a nível oficial,

ela seja com frequência recordada. Surgindo como um apelo aos dirigentes de boa vontade, alerta-os para a premente necessidade de promoção cultural dos povos que governam. Sem esta base será impossível estruturar uma sociedade mais perfeita e mais justa, tornar a vida mais digna de ser vivida.

Opõe-se, como é evidente, à concepção aristocratizante de cultura, abrindo a todos sem excepção, o seu acesso, com fundamento exclusivo nos respectivos merecimentos, independentemente de condicionalismos sociais e económicos. Mas opõe-se, igualmente, a transformar a democratização do ensino num processo de massificação.

Diversas iniciativas, algumas das quais a nível particular, (campanha em prol do ensino liceal nocturno), provam a necessidade geralmente reconhecida de ampliar cada vez mais os benefícios da educação, em extensão e em profundidade, por forma a corresponder a este novo espírito.

Igualmente se integra neste despertar cultural a iniciativa do Clube dos Galitos ao promover um colóquio subordinado ao tema: «Aveiro, Cultura e Ensino». Foi então decidido organizar uma comissão que deveria estudar e inquirir das necessidades do distrito, em matéria de equipamento escolar.

Entendemos que, para levar a bom termo tal tarefa, caber-nos-ia, em primeiro lugar, a análise estatística da situação sócio-económico-geográfica e escolar do distrito de que Aveiro é a capital.

Vejamos os dados colhidos e de maior interesse.

2—ELEMENTOS DEMOGRÁFICOS

População distrital — 524 592 habitantes; Continente **8 292 975** (censo de 1960).

População escolar — 83 450 alunos (ano lectivo de 1968/69), o que equivale ao **4.º lugar** no contexto nacional.

Movimento distrital de emigração — 6 218 indivíduos no ano de 1961, o que representa 15,9 % da população e coloca o Distrito em 5.º lugar, quando em confronto com o resto do País.

ELEMENTOS ECONÓMICOS

Repartição da população activa por sectores de actividade:

	1950	1960	
	Distrito	Distrito	Continente
Sector Primário	46,9 %	37,8 %	44,1 %
Sector Secundário ...	33,1 %	43,3 %	32,3 %
Sector Terciário	20 %	32,3 %	23,6 %

O Distrito tem, pois, uma economia de tipo industrial, com agricultura subordinada.

INDICADORES ECONÓMICOS E SOCIAIS DO DISTRITO E SUA POSIÇÃO NO CAMPO FISCAL

Consumo de Electricidade — 618 296 kwh—	4.º lugar no País
Contribuição Industrial .— 111 111	— 3.º » » »
Imposto de Capitais	
(Secção A)— 4 436	— 3.º » » »
(Secção B)— 22 460	— 3.º » » »
Imposto Complementar .— 39 245	— 3.º » » »
Imposto de Selo— 63 309	— 3.º » » »
Imposto de transacções .— 190 407	— 3.º » » »
Imposto sobre Sucessões	
e Doações— 18 771	— 5.º » » »
Contribuição Predial ...— 35 593	— 6.º » » »
Siza— 24 985	— 6.º » » »

(os dados supra representam-se por milhares de contos)

ELEMENTOS GEOGRÁFICOS

Área do Distrito — 2 801 km²

Densidade demográfica — 187,3 habitantes por quilómetro quadrado, contra **93,3** no Continente, o que equivale ao **4.º lugar**.

ELEMENTOS ESCOLARES

Estabelecimentos de ensino existentes no ano lectivo de 1968/69:

Ensino Infantil	8
Ensino Primário	1092
Ciclo Preparatório	65
Ensino Liceal	23
Ensino Técnico	12
Ensino Agrícola	14
Ensino Artístico	3
Ensino Normal	1

Com base nos elementos acima transcritos, debruçamo-nos então sobre o problema que nos fora proposto e que vamos, seguidamente, equacionar:

3—Relativamente ao ensino primário, se, por um lado, em número de estabelecimentos e em frequência a situação parece ser satisfatória (a percentagem de alfabetização é das mais elevadas), já o mesmo não diremos dos edifícios em que este funciona. A carência de locais de trabalho adequados verifica-se não apenas nos centros escolares mais distantes, mas na própria sede do distrito. Nem mesmo nos referiremos à área de recreio, por serem por demais conhecidas as precárias condições em que, nalguns casos, funciona.

Mais clamoroso, porém, é a falta de estabelecimentos oficiais de ensino pré-primário e de creches. É bem certo que no projecto de reforma escolar se aponta para a «generalização da educação pré-escolar»

e se afirma que se torna «desejável que, para tanto, contribuam o Estado e o sector privado». Mas, posta a questão nestes termos, arriscamo-nos a que não se vá além da situação presente. O despacho publicado sobre o mesmo assunto, em 1957, pelo Subsecretário da Assistência Social revela orientação muito semelhante. E, em decreto-lei de 1969, estabelecia-se: «...as entidades patronais que empreguem mão-de-obra feminina devem procurar criar, manter ou colaborar em obras de interesse social, nomeadamente infantários, jardins de infância e estabelecimentos semelhantes, quando a dimensão da empresa o justificar...»

Ora a situação em que, neste domínio, presente-mente nos encontramos, não é de molde a justificar optimismos. E, na verdade, nem as necessidades da criança e da mulher, nem a nossa economia devem depender duma legislação cheia de ambiguidades. **Aveiro precisa, urgentemente, de creches e de jardins-escolas; as nossas crianças precisam de ar, sol e pessoal devidamente habilitado.**

Igualmente nos admira que, frequentando a instrução primária **68 233** alunos no ano lectivo de 1968/69 (em que o Distrito ocupa o 4.º lugar) e tendo **1985** a ministrá-lo, não haja ainda uma Escola do Magistério Primário de carácter oficial.

4—Está o distrito também mal equipado em matéria de estabelecimentos de ensino secundário; os edifícios existentes revelam-se desde há muito insuficientes, o que obriga a regimes de desdobramento, por vezes prejudiciais ao bom rendimento do ensino, situação de que se ressentem, particularmente, alguns alunos do Ciclo Preparatório.

5—Verifica-se, por outro lado, relativamente ao ensino liceal, dado o número de alunos matriculados, a vantagem de desdobrar o único liceu existente na cidade, com secção feminina, em dois liceus independentes. São já hoje quase unanimemente reconhecidos os inconvenientes das grandes unidades escolares. No caso presente referiremos particularmente, a insuficiência da secção feminina em equipamento laboratorial, o que obriga as alunas que frequentam o 3º ciclo a deslocarem-se à sede, para a realização de trabalhos práticos; de uma Biblioteca convenientemente aptrechada, apoio indispensável a uma acção verdadeiramente educativa; a necessidade de requerer com antecedência, à sede, o material didáctico a empregar; a ausência de uma ou mais salas especificamente adaptadas ao uso das técnicas audio-visuais.

Mas, mais grave ainda, parece-nos a inexistência num centro industrial da envergadura de Aveiro, de um Instituto Comercial e de um Instituto Industrial, oficializados.

Documentaremos a nossa afirmação, relativamente à situação industrial do distrito com a indicação da posição ocupada, nalgumas actividades relativamente aos demais centros: Aveiro ocupa o 3.º lugar nas indústrias químicas e de petróleos; de produtos minerais não metálicos e indústrias metalúrgicas, metalomecânicas e de material eléctrico (em 1966).

O produto bruto da indústria ocupa o 4.º lugar com uma percentagem de 10,1 % em relação ao total e podemos acrescentar, com base num estudo de Carlos Almeida e António Barreto (in «Capitalismo e Emigração em Portugal») que, durante o período de 1953 a 1964, só Lisboa, Setúbal e Aveiro viram a sua importância relativa aumentar, neste campo.

Os mesmos autores, acentuam a importância cada vez mais determinante do distrito, relativamente às indústrias químicas e dos derivados de petróleos.

Confiámos pois em que, logo que se inicie a aplicação da projectada reforma escolar, **o caso de Aveiro será tido em consideração e, entre nós surgirá, muito em breve, um Instituto Politécnico.**

6—Entrando, seguidamente, na análise doutras actividades e seus reflexos na escolaridade, debruçar-nos-emos sobre a situação do distrito, enquanto centro pesqueiro de certa envergadura e, que emprega presentemente nessa actividade, segundo os números que nos foram fornecidos pela respectiva Capitania do Porto, **2 375** dos seus habitantes, sendo o 1.º porto bacalhoeiro do país.

Durante o ano de 1966, foram aqui construídas **98** embarcações (1.º lugar no País), cuja tonelagem de arqueação bruta (T.A.B.) foi de **2 352** (2.º lugar no País).

Parece-nos que os próprios números serão só por si suficientes **para apontar também a necessidade de uma Escola Náutica**, anseio que a localização geográfica e as fortes tradições marítimas locais, ainda mais reforçarão.

7—Por sua vez, não é menos grave a situação da agricultura que, embora ocupe ainda, em algumas zonas do distrito, um lugar cimeiro na respectiva economia, está no entanto em regressão. A maioria dos que daqui emigram, para o estrangeiro, legal ou ilegalmente, são oriundos dessa actividade. Referimos, anteriormente, quão elevada é a percentagem de emigração no distrito (apresenta um dos quantitativos mais altos do país).

É manifesta a necessidade de fixar localmente os que restam, quer na própria agricultura quer em actividades de transformação, dela derivados, e fornecer-lhes os meios de tornar o trabalho e a terra mais rentáveis, por forma a reduzir a mão-de-obra a utilizar.

Na proposta de lei de meios para 1970 diz-se, a certa altura que a fim de «acelerar a modernização

da agricultura e de melhorar os rendimentos dela provenientes, o Governo providenciará no sentido de desenvolver a formação profissional agrícola».

Se bem que isso não baste para evitar o afluxo às cidades e a intensificação do movimento emigratório (e Aveiro é um dos distritos em que a taxa de urbanização é mais alta), pois é necessária a reconversão paralela do sector primário, dar-se-á um grande passo, se o Governo providenciar efectiva e rapidamente, **criando no distrito escolas de formação agrícola**, quer a nível de feitores, quer de regentes agrícolas.

Só assim se porá termo ao espectáculo sempre chocante que se depara àqueles que se deslocam às regiões rurais: o número de propriedades abandonadas é cada vez maior e a população das nossas aldeias compõe-se, quase exclusivamente, de velhos, mulheres e crianças, que nelas se mantêm recorrendo aos processos mais rudimentares de laboração da terra.

Deixámos, propositadamente, para o fim, a situação de Aveiro relativamente às suas necessidades em matéria de **Ensino Universitário**. Parece-nos, de resto, que é um problema não especificamente local, mas nacional.

De há muito se vem clamando pela reforma urgente da Universidade, pois, e para além do mais, **«ela ainda hoje é de minorias, de elites presidida por uma concepção académica mandarínica da cultura, enciclopédica, desligada totalmente da realidade social e alheia à revolução industrial»** (Prof. **Marino Dias Guerra**, in «Universidad y Juventud»).

Ninguém ignora, por outro lado, que a vida actual tem exigências cada vez maiores, as quais, e por sua vez, só poderão ser satisfeitas por técnicos com uma especialização profunda. Ora, no nosso ensino superior, ainda não estão organizados muitos dos cursos necessários nos tempos que correm, e apontam-se, como exemplos, os de jornalismo, sociologia e psicologia.

Com poucas Universidades — apenas três — e todas elas ultrapassadíssimas nas instalações e na orgânica, com cursos em que os neles inscritos se elevam a muitas centenas ou até milhares de alunos, com uma aflitiva carência de professores, é evidente que as queixas tinham de surgir, e de todos os lados.

Daí que seja unânime o reconhecimento da necessidade de uma reforma do Ensino Superior.

Onde as opiniões divergem, porém, é na orientação a imprimir a essa reforma, e duas correntes se chocam — uma preconizando que seja mantido o esquema básico que existe, de apenas três centros universitários no País; outra, sem dúvida mais realista e mais decididamente voltada para o futuro, que pretende **Universidades novas — novas na idade e na estrutura**.

O espírito tradicionalista e acanhado dos primeiros não conseguiu, felizmente, impor-se, e se já na Assembleia Nacional o deputado, **Prof. Miller Guerra** defendera com brilho e fundamentos sérios as ideias da outra corrente, esta obteve plena consagração no texto programático da Reforma do Ensino, com o que todos nos devemos congratular.

Na verdade, a disseminação do Ensino Superior pelo País é a única forma de virmos a suprir a actual carência de profissionais com formação universitária, tecnológica e humanística apropriada — com o sistema da centralização das Universidades, um sem número de estudantes teria de perder as esperanças de as frequentar, porque a sua situação económica não lhes permitiria suportar os encargos de deslocação e estadia em centros tão afastados das suas residências.

Ora, numa fase tão melindrosa e decisiva da nossa história como aquela que atravessamos, onde, em poucos anos, teremos de recuperar atrasos de várias décadas, o País não pode continuar a perder elementos válidos por eles não disporem de recursos mínimos, antes tem de desenvolver um esforço sobre-humano para duplicar ou triplicar a frequência universitária, porque disso dependerá o conseguirem-se os técnicos, os cientistas, os investigadores e o pessoal qualificado, imprescindíveis na construção do Portugal de amanhã.

Hoje, apenas 5 % dos nossos jovens em idade escolar atingem a Universidade, e a percentagem de diplomados é ainda mais reduzida. Pois que se criem condições mais favoráveis de acesso, e uma delas, dentre tantas outras possíveis, será exactamente aproximar a Universidade, da casa de cada um.

Com a criação de novas Universidades, revitalizam-se novos centros urbanos, propicia-se-lhes um aumento do nível de vida das suas populações, atenua-se o grau de diferença que agora existe entre as três cidades universitárias e todas as demais, e dentro de alguns anos, o crescimento do País será mais uniforme, como se reconhece necessário.

É facto incontroverso que nos países onde o número de estabelecimentos de ensino e o acréscimo do pessoal docente não acompanham o aumento da população escolar, diminui a eficiência do próprio ensino. Mas como a Universidade «é viveiro de professores, cientistas e técnicos e escola de independência intelectual», multiplicando-as, obvia-se àquele inconveniente, eleva-se o nível cultural e «um povo mais culto é sempre um povo mais livre», como ainda há pouco, e bem, afirmou o Ex.^{mo} Senhor Ministro da Educação Nacional.

Se efectivamente se pretende, como se julga e é indispensável, proporcionar ensino de grau superior e especializado a camadas cada vez mais vastas da população, um único caminho se torna viável, e esse

é o de criar mais estabelecimentos de ensino universitário.

Aliás, este tem sido o sistema seguido noutros países mais desenvolvidos, e o exemplo da Grã-Bretanha é elucidativo — possuía 16 Universidades no fim da Grande Guerra, hoje dispõe de 44!

Ainda que sucinta e incompletamente, supõe-se no entanto evidenciada a necessidade de decididamente se enveredar pela ampliação da rede universitária do País, de resto prevista, insiste-se, no Projecto da Reforma do Ensino Superior em estudo.

9 — Chegou agora a altura de, especificamente, analisarmos uma questão que é fulcral para o desenvolvimento do nosso Distrito — Aveiro merece e necessita de uma Escola do Ensino Superior?

Vejamos:

Se, como afirmámos anteriormente, o problema universitário é nacional, consideramos no entanto, que é especificamente nossa a questão de averiguar até que ponto merecemos e necessitamos de que aqui se localize uma escola a esse nível. Por outras palavras — **justifica-se ou não a criação, em Aveiro, de um estabelecimento universitário?**

Os elementos estatísticos já citados permitem verificar que se trata da capital de um distrito em constante progresso, com uma das mais elevadas taxas de crescimento do País e de largas potencialidades, como se demonstrou no capítulo I deste trabalho.

Mas esse mesmo progresso requer qualificações profissionais cada vez mais elevadas. As solicitações crescentes das diversas actividades económicas indicam a evidente necessidade de formação de dirigentes que a orientem. É urgente que o potencial humano, científico e técnico responda às possibilidades de desenvolvimento da economia regional.

A taxa de escolaridade é, no Distrito de Aveiro, e em todos os graus de ensino, das maiores do País.

E embora não haja elementos seguros quanto ao número de alunos oriundos do Distrito a frequentarem as Universidades, o certo é que podemos estimá-lo, muito por baixo, em 730, partindo do seguinte raciocínio: se no ensino liceal há, no Continente, matriculados 143 970 alunos e no ensino superior o total é de 41 969, a percentagem dos que ascendem daquele a este é de 29 %; ora, como no Distrito há 2 529 estudantes liceais, na base da mesma percentagem, chegamos àquele número.

No entanto, dado o crescimento económico e demográfico do Distrito, até é natural que, mesmo actualmente, o dito número seja bastante superior; e do que não há dúvidas é que, a população universitária potencial do Distrito é enorme, e bastaria a criação de uma Universidade local, para desde logo esta previsão fun-

damentada se tornar uma certeza incontestável.

As deslocações e estadias nos grandes centros universitários — que o são também urbanos — tornam-se, como se sabe, muito onerosas, até porque ali o custo de vida é mais elevado que na província, e este ainda constitui um dos grandes, se não o maior óbice ao aumento da frequência das Universidades.

A população local revela, de resto, plena consciência da necessidade de melhorar o seu nível de cultura. Acontece, mesmo, que todas as reuniões de natureza cultural são aqui objecto do maior interesse e sempre a elas ocorre uma numerosa assistência, ávida de aumentar os seus conhecimentos. Tomemos para exemplo, a série de colóquios organizados pelo Clube dos Galitos, sob o título genérico de «**Aveiro — rumo ao futuro**» ou o 1.º Congresso Nacional de Cinema Amador, também de sua organização, em que um crítico presente chegou a afirmar que seria difícilimo ter-se alcançado, noutro local, o que aqui se conseguiu, em êxito absoluto, em diálogo aberto, em entusiasmo do público, que animou, com a sua participação, todas as sessões que então se realizaram.

Nas mais diversas manifestações culturais, a população juvenil da cidade e a já não em idade escolar, correspondem inteiramente, por elas mostrando um interesse verdadeiramente invulgar, como ainda há pouco sucedeu com a **Exposição retrospectiva de mestre Júlio Resende** — também organizada pelo Clube dos Galitos —, visitada por muitas e muitas centenas de jovens e adultos.

Assim, e aliás de acordo com o seu grau de crescimento económico e nível social, a Cidade mostra-se especialmente receptiva a todos os problemas do Ensino e Cultura e as suas gentes cada vez mais interessadas em se valorizarem técnica e culturalmente.

Desta maneira, em Aveiro, e paralelamente com as suas quase inesgotáveis potencialidades económicas — o arranque do porto provocará uma explosão desenvolvimentista —, existe um ambiente muito favorável à criação de uma Universidade.

Por outro lado, a politização e o tradicional espírito de tolerância das gentes aveirenses, o seu congénito respeito pelas opiniões de cada um, asseguram a tranquilidade com que aqui decorreria a vida académica, com as naturais reivindicações e divergências — inevitáveis e muitas vezes salutares — a processarem-se num ambiente de alto civismo e compreensão total pelos direitos e deveres de cada qual.

Há pois, em Aveiro, estruturas económicas e demográficas, interesse geral, ambiente propício e considerável massa estudantil a aconselharem a implantação do Ensino Superior na cidade.

Esta, por sua vez, tem uma situação geográfica privilegiada, com esplêndidos meios de comunicação

e acessos fáceis, e localiza-se a poucos quilómetros de importantes centros industriais em pleno desenvolvimento — Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Ovar, Espinho. No próprio concelho, são numerosíssimas as grandes indústrias e muitas outras se preparam para aqui se localizar. Por outro lado, a Beira Alta, teria na Universidade de Aveiro o ponto óptimo de escoamento da sua massa universitária, como o terão os seus produtos e matérias primas, através do porto da cidade.

Falámos da indústria distrital, que logo gerou o crescimento das actividades comerciais, e estas e aquela, favoreceu extraordinariamente o ensino universitário em Aveiro, uma vez que, dele sendo os directos e principais beneficiários não deixariam de lhe prestar todo o seu apoio, não apenas material, mas até, e numa primeira fase, cedendo técnicos e dirigentes habilitados — que existem, e não poucos —, que poderiam resolver, em parte, o problema do corpo docente do novo estabelecimento de ensino. Lembramos que o Ministro da Educação da Grã-Bretanha, em 1961, afirmava: — «A indústria e o comércio devem deixar-se penetrar de uma verdadeira fé na educação e de um obstinado desejo de melhorar a formação profissional». Estas palavras, já começaram a ser compreendidas no nosso País, e isso representa um bom passo em frente.

Em Aveiro existem todos os factores positivos enunciados e mais — a cidade vive um período de euforia na construção civil, o que garante possibilidades de alojamento, em condições favoráveis, aos estudantes que deles careçam; dispõe também de todas as infra-estruturas urbanísticas necessárias e em cada dia que passa, a urbe vai-se apetrechando para encarar, confiadamente, a alta missão que o planeamento nacional lhe reserva.

Refira-se ainda, por importante, a existência de diversos imóveis que, com ligeiras e pouco onerosas obras de adaptação, poderiam servir para o funcionamento dos estudos superiores, pelo menos na fase inicial.

Cidade em plena transformação e voltada para o futuro, Aveiro merece, sem favor, a Universidade pela qual empenhadamente se bate; e não só merece, como ela é absolutamente necessária, conforme julgamos ter evidenciado.

De resto, satisfazer aquela tão legítima aspiração redundaria afinal, e principalmente, um considerável benefício para o próprio País, de que o Distrito de Aveiro é importantíssima parcela.

10 — O anteriormente descrito, parece indicar a escolha da cidade para fazer dela um campo de experiências inovadoras no ensino. Fundamentadas nas realidades locais, aqui poder-se-iam gizar estruturas diferentes, que ficariam a constituir passo decisivo na sua renovação.

Fala-se, ultimamente, em Universidade Popular — e porque não em Aveiro?... E porque não fazer de Aveiro um verdadeiro centro-escolar-piloto?...

Há que reconhecer a forma pouco racional como é aproveitado o equipamento escolar de que dispomos. Se, por um lado, este se revela insuficiente, por outro, paradoxalmente, não se faz dele um aproveitamento pleno, não se tira dele a rentabilidade máxima.

Com efeito, as instalações e apetrechamento escolares de todos os graus e tipos de ensino são utilizados para os fins a que se destinam, mas apenas durante cerca de dois terços do ano e, mesmo nesse período, não integralmente.

Ora, não parece impossível admitir, nem mesmo só em futuro remoto, a sua utilização em tempo inteiro e por forma a beneficiarem alunos de todos os graus de ensino, jovens trabalhadores, adultos e até velhos. Tornadas escolas comunitárias, estas funcionariam como centros culturais da cidade, em cujo contexto se inseririam, de forma mais eficaz; deixaria de falar-se do divórcio escola-vida, e os dois termos passariam a articular-se melhor. Façamos frente à insuficiência de uns e à desactualização de outros, pelo recurso à educação permanente; amplie-se o exemplo dado por certas instalações locais, aproveitadas em tempo integral, como sucede com o **Pavilhão Gimno-Desportivo**, com o **Liceu** (onde foram ministradas, ao longo de 9 anos as aulas dos Institutos Alemão, Francês e Inglês e que permitem também, provisoriamente o funcionamento do Conservatório Regional, e onde funciona ainda o Ciclo Preparatório) e com a **Escola Técnica** (também com Ciclo Preparatório e ensino nocturno).

Toda a acção educativa deveria ser completada com um eficiente controle médico-social e superiormente orientada por um centro de investigação psicopedagógica.

Será ambicioso tudo o que se preconiza e sugere, mas não nos deveremos esquecer que o crescimento económico é função de maiores níveis educacionais, não poderemos olvidar que vivemos um momento decisivo, em que se torna absolutamente necessário um grande esforço no caminho do progresso, progresso este que depende, em larga medida, da melhoria do Ensino.

111
ELEMENTOS DE ESTATÍSTICA RECOLHIDOS DA «ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO» DO I. N. E.

ALUNOS MATRICULADOS NO DISTRITO DE AVEIRO SEGUNDO O ENSINO E ANOS LECTIVOS

ANOS	TOTAL GERAL	INFAN-TIL	PRIMÁRIO			SECUNDÁRIO						SUPERIOR		NORMAL	
			TOTAL	Menores em idade escolar	Adolescentes e Adultos	TOTAL	Liceal	Comercial e Industrial	Agrícola	Eclesiástico	Outro	Do qual Eclesiástico	Do qual Magistério Primário		
1962/1963	72 134	79	61 808	58 438	3 370	9 901	3 619	5 584	278	307	113	256	85	90	256
1964/1965	74 608	146	62 783	59 803	2 980	11 424	2 893	7 778	333	300	120	138	101	117	138
1966/1967	77 869	259	65 021	61 494	3 527	12 414	2 966	8 445	294	288	421	38	117	137	38

ALUNOS MATRICULADOS, EM 1968-69, NO DISTRITO DE AVEIRO, SEGUNDO O ENSINO, E PERCENTAGEM RELATIVA AO TOTAL GERAL DO CONTINENTE E ILHAS ADJACENTES

	TOTAL GERAL	INFAN-TIL	PRIMARIO	SECUNDARIO										SUPERIOR		NORMAL	
				Ciclo Preparatório	Liceal	Técnico Profissional			Artístico	Eclesiástico	Universitário	Eclesiástico	Outro				
						Comercial e Industrial	Agrícola	Outro									
Continente e Ilhas Adjacentes	1 396 919	14 536	68 233	73 285	143 970	142 918	3 599	3 338	1 717	6 803	36 101	1 444	4 424	3 238		2 274	
Distrito de Aveiro	83 450	365	961 546	3 894	2 520	7 628	170	—	88	442	—	45	14	51		51	
Percentagem	5,9 %	2,5 %	7,0 %	5,3 %	1,7 %	5,3 %	4,7 %	—	5,1 %	6,4 %	—	3,1 %	0,3 %	1,5 %		2,2 %	
Distritos do Continente com percentagem maior	Lisboa Porto Braga	Lisboa Porto Coimbra e mais 8 distritos	Lisboa Porto Braga	Lisboa Porto Setúbal	Lisboa Porto Coimbra e mais 13 distritos	Lisboa Porto Setúbal	Vila Real Porto Santarém e mais 7 distritos	Lisboa Porto Coimbra e mais 7 distritos	Lisboa Porto Setúbal	Porto Braga C. Branco Santarém	Lisboa Porto Coimbra	Lisboa Porto Braga e mais 9 distritos	Lisboa Porto Évora e mais 6 distritos	Lisboa Porto Braga e mais 12 distritos		Porto Braga Viseu e mais 12 distritos	

PESSOAL DOCENTE NO DISTRITO DE AVEIRO SEGUNDO ENSINO E ANOS LECTIVOS

ANOS	TOTAL GERAL	INFANTIL	PRIMÁRIO Menores em idade escolar	SECUNDÁRIO								SUPERIOR			NORMAL	
				Liceal	Técnico Profissional			Artístico	Eclesiástico	Telescola	Universitário	Eclesiástico	Outro			
					Comercial e Industrial	Agrícola	Outro									
1962/1963	2 397	4	1 734	274	279	12	—	34	28	—	—	14	4	14	14	
1964/1965	2 607	4	1 833	322	347	15	—	19	33	—	—	16	7	11	11	
1966/1967	2 747	10	1 855	327	412	18	—	21	29	37	—	17	11	10	10	

PESSOAL DOCENTE EM 1968-1969 NO DISTRITO DE AVEIRO SEGUNDO O ENSINO E PERCENTAGEM RELATIVA AO TOTAL GERAL DO CONTINENTE E ILHAS ADJACENTES

	TOTAL GERAL	INFANTIL	PRIMÁRIO Menores em idade escolar	SECUNDÁRIO							SUPERIOR			NORMAL	
				Ciclo Preparatório	Liceal	Técnico Profissional			Artístico	Eclesiástico	Universitário	Eclesiástico	Outro		Do qual Magistério Primário
						Comercial e Industrial	Agrícola	Outro							
Continente e Ilhas Adjacentes	55 877	584	29 266	6 576	7 548	7 971	307	678	147	647	975	278	507	393	215
Distrito de Aveiro	3 199	12	1 985	362	304	437	14	—	21	35	—	10	8	11	11
Percentagem do Distrito Aveiro	5,7 %	2,1 %	6,8 %	5,5 %	4,0 %	5,5 %	4,6 %	0,0 %	14,3 %	5,4 %	0,0 %	3,6 %	1,6 %	2,8 %	5,1 %
Distritos do Continente com percentagem maior	Lisboa Porto Braga	Lisboa Porto Coimbra e mais 4 distritos	Porto Lisboa Braga	Lisboa Porto	Lisboa Porto Coimbra e mais 2 distritos	Lisboa Porto Setúbal	Vila Real Coimbra Porto e mais 4 distritos	Lisboa Porto Coimbra e mais 4 distritos	Lisboa	Porto Braga Santarém C. Branco	Lisboa Coimbra Porto	Lisboa Porto Braga e mais 6 distritos	Lisboa Porto Setúbal e mais 3 distritos	Lisboa Porto Coimbra Braga	Porto Beja

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO DISTRITO DE AVEIRO, NOS ANOS LECTIVOS
DE 1962/1963, 1964/1965 E 1966/1967

ANOS LECTIVOS	TOTAL GERAL	INFANTIL	PRIMÁRIO Menores em idade escolar	SECUNDÁRIO										SUPERIOR			NORMAL Magistério Primário
				Liceal	Técnico Profissional			Artístico	Eclesiástico	Teleescola	Universitário	Eclesiástico	Outro				
					Comercial e Industrial	Agrícola	Outro										
1962/1963	1 146	4	1 116	23	12	12	—	3	3	—	—	2	1	1			
1964/1965	1 166	4	1 128	27	12	15	—	3	4	—	—	2	2	1			
1966/1967	1 159	7	1 095	26	13	18	—	3	3	14	—	2	2	1			

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, A FUNCIONAREM EM 1968-1969, NO DISTRITO DE AVEIRO E PORCENTAGEM RELATIVA AO
TOTAL GERAL NO CONTINENTE E ILHAS ADJACENTES

	TOTAL GERAL	INFAN-TIL	PRIMÁ-RIO Menores em idade escolar	SECUNDÁRIO										SUPERIOR			NORMAL	
				Ciclo Preparatório	Liceal	Técnico Profissional			Artístico	Eclesiás-tico	Univer-sitário	Eclesiás-tico	Outro				Do qual Magistério Primário	
						Comercial e Industrial	Agrícola	Outro										
Continente e Ilhas Adjacentes	19 518	274	17 151	1 079	457	171	167	31	13	61	21	25	45	23	21			
Distrito de Aveiro	1 226	8	1 092	65	23	12	14	—	3	4	—	2	1	2	1			
Porcentagem	6,2 %	2,9 %	6,3 %	6,0 %	5,0 %	7,0 %	8,3 %	—	23,0 %	6,5 %	—	8,0 %	2,2 %	8,6 %	4,7 %			
Distritos do Continente com percentagem maior	Porto Lisboa Braga Viseu	Lisboa Porto Coimbra	Porto Lisboa Braga Viseu	Lisboa Porto Santarém Braga	Lisboa Porto Coimbra e mais 5 distritos	Lisboa Porto	Vila Real Braga Porto	Lisboa Porto Coimbra e mais 7 distritos	Lisboa	Porto Braga Santarém	Lisboa Porto Coimbra	Porto Lisboa	Lisboa Porto	Lisboa Porto Coimbra	—			

CONCLUSÕES

1—Analisámos realidades e exigências de «Aveiro — Rumo ao Futuro», no campo do ensino.

Não se pretendeu esgotar o assunto, mas tão sòmente, através de um estudo sério e fundamentado de problema tão vital como é aquele sobre que nos debruçamos, dar uma achega para a sua solução.

De quanto se afirmou, fácil é concluir, que determinados aspectos e questões ultrapassam o âmbito do Distrito, e acerca deles, resta-nos esperar que, tão rapidamente quanto possível, sejam encarados e resolvidos, à escala nacional, como se impõe.

Na verdade, o aumento do nível cultural, com oportunidades iguais para todos e a dinamização da escola, encaminhando-a para uma educação permanente, constituem metas cuja acuidade parece inútil justificar.

2—Mas a nossa preocupação dominante foi Aveiro e o seu Distrito, que desejam e necessitam de um ensino ao nível da sua projecção económica e condizente com a sua explosão demográfica estudantil.

Para tanto, vimos ser instante a necessidade

- a) da criação, com carácter oficial, de estabelecimentos de ensino infantil;
- b) da construção de novas unidades para os ensinos primário e liceal, mas com características adequadas ao fim a que se destinam, nelas se considerando a prática da educação física e o recreio dos alunos;
- c) da criação de escolas de formação profissional adequadas às actividades básicas do distrito, sem esquecer a pesca e a agricultura;
- d) de um aproveitamento mais racional das estruturas escolares existentes e das boas vontades que já há e das que hão-de forçosamente aparecer;
- e) de uma acção médico-social extensiva a todas as actividades escolares e verdadeiramente eficiente;
- f) de um centro regional de investigação psico-pedagógica, que oriente devidamente o quase inesgotável potencial humano de que o Distrito dispõe.

3—No contexto geral do País — e pensando já em termos da Reforma do Ensino, ora ainda em discussão, mas cujas directrizes gerais se supõem fixadas — o Distrito de Aveiro poderá, com relativa facilidade, atin-

gir o mínimo indispensável, no que respeita ao ensino liceal — clássico, técnico e artístico.

Com efeito, neste momento, e em tal domínio, a cobertura distrital pode considerar-se das melhores do País, embora longe do que todos pretenderíamos.

Simplesmente — a partir do ensino liceal nada mais possuímos, e isso tem reflexos imediatos e desastrosos num sem número de alunos que, por carência de meios, se vêem impossibilitados de prosseguir os seus estudos e, conseqüentemente, de se valorizarem; por outro lado, a referida carência representa um dos maiores travões ao progresso económico do Distrito que, embora sendo rápido, seria ainda muito mais sensível, se houvesse técnicos e dirigentes habilitados para as inúmeras funções que os exigem.

Desta maneira, e desde logo, impõe-se criar as infra-estruturas que permitam, a todos aqueles que não podem ou não querem frequentar o Ensino Superior, uma melhor preparação para a vida, e neste sentido se sugere

a criação no Distrito do ensino do Magistério Primário, do Magistério Infantil, da Enfermagem, do Serviço Social, da Educação Física e Náutico

uma vez que para a respectiva frequência, basta o curso geral dos liceus.

4—Mas o esquema proposto continua incompleto, por falta da cúpula, que é o Ensino Superior, cada vez mais uma necessidade e menos um luxo, mas agora ainda quase um privilégio de uns quantos.

A projectada Reforma do Ensino Superior expressamente prevê, na sua Introdução, novos centros universitários, a implantar, prioritariamente, em zonas definidas e a partir de critérios precisos, que enumera.

Ora, na altura própria deste estudo, demonstrou-se, à sociedade, que Aveiro satisfazia todos os requisitos exigidos para ser considerada, com absoluta justiça e inteiro direito de preferência, zona de implantação do Ensino Superior.

Não cabe aqui, como é evidente, repetir argumentos e insistir em dados estatísticos já referidos.

Importa, sim, e apenas, pôr em destaque o interesse e a premência de que se reveste a criação, em Aveiro, dos estudos universitários.

Sabe-se que não será tarefa fácil, nem seriam legítimas pretensões a, de imediato, a Universidade local incluir todos os graus do Ensino Superior — bacharelato, licenciatura, e doutoramento.

Sabe-se, igualmente, que, dentro do Ensino Superiores, nem todos os cursos e especializações poderiam logo aqui funcionar.

Mas ninguém ignora, e isso é que tem fundamental interesse,

- a) que Aveiro dispõe já, em pleno funcionamento, de estabelecimentos de ensino liceal clássico (Liceu), técnico (Escola Industrial e Comercial) e artístico (Conservatório Regional);
- b) que, desses estabelecimentos e de tantos outros congêneres, espalhados por todo o distrito, saem anualmente centenas de alunos com as habilitações bastantes para o ingresso no Ensino Superior;
- c) que muitos mais alunos nele se matriculariam, se a frequência das Universidades os não obrigasse a deslocações e estadias incomportáveis para as respectivas economias familiares.

O conhecimento destas realidades e tudo o mais que anteriormente se disse, aconselha, ou melhor, impõe

- 1.º) Que em Aveiro se crie, com a urgência possível, uma Universidade;
- 2.º) que nela se ministrem os cursos mais adequados às características regionais e necessidades nacionais;

- 3.º) que na escolha daqueles cursos, se tenha na devida conta o facto do Distrito já dispor, e perfeitamente consolidado, do ensino liceal clássico, técnico e artístico;
- 4.º) que, na fase inicial, o ensino universitário em Aveiro se confine ao ciclo de formação básica, embora, a longo prazo e se as circunstâncias o justificarem, se instituam os ciclos de formação complementar e de especialização profissional.

Paul Valery afirmou um dia que «o mundo de hoje já não pode enfrentar o futuro recuando»; pois neste momento, melhor se diria — «o mundo de hoje já não pode enfrentar o futuro, estagnando»

Todos queremos e devemos avançar; para isso, organize-se a Universidade de Aveiro, e então, sim, teremos a Cidade e o seu Distrito no verdadeiro Rumo ao Futuro.

Aveiro, 8 de Abril de 1971

A COMISSÃO,

bibRIA

Homens do Porto — Barcelos e a Vila da Feira

Por Roberto Vaz de Oliveira

Licenciado nas Faculdades de Direito e Letras — Secção de Ciências Histórico-Geográficas pela Universidade de Coimbra

MAESTRO MIGUEL ÂNGELO PEREIRA

Músico e compositor

Na VILA DA FEIRA

«Há naquela fronte um raio de luz que transverbera do interior do crânio, porque lá dentro está o fogo, o génio, a inspiração»

(Alberto Pimentel — in revista «A Esperança»)

Miguel Ângelo Pereira nasceu em Barcelinhos, Barcelos, em 27 de Janeiro de 1843 e faleceu na cidade do Porto em 1 de Fevereiro de 1901. Foi baptizado nesta cidade, por aí viverem seus pais.

Era filho primogénito de Bento de Araújo Pereira, que foi o seu primeiro professor de música e de sua mulher D. Ludovina Rosa de Jesus.

Foi casado com D. Elvira Vidigal de Resende Pereira.

Teve uma vida muito acidentada.

Seu pai emigrou para o Brasil por motivos políticos: para aí foi também Miguel Ângelo, depois de se ter mantido em Portugal, durante anos, auxiliando o sustento da sua casa com o pouco rendimento que auferia, ajudando à missa: aos 8 anos já fazia parte do coro infantil da Igreja da Lapa, no Porto.

No Brasil foi discípulo de Segismundo Talberg e de Francisco Manuel da Silva: aí tirou, no Conservatório, os cursos de composição e piano revelando-se, desde logo, um apreciável músico.

Regressou ao Porto aos 20 anos, iniciando então a sua carreira como professor e compositor.

Como organista foi discípulo do artista Vidor.

A sua biografia, com um resumido estudo sobre a sua obra, está publicada na Grande Enciclopédia Luso-Brasileira, vol. 21, fls. 162.

Dela colhemos muitas das notícias que aqui damos, como já o fizemos no estudo publicado na revista «Aveiro e o seu Distrito» — número 8, de 1969, pág. 63 e seguintes.

Para o seu estudo, podemos ainda citar o Dicionário de Música Ilustrada de Tomás Borba e Fernando Lopes Graça, pág. 362 e 363 — vol. I-Z (2.º) 1958, «O Tripeiro» de 10 de Outubro de 1966, com desenho de Manuel Monterroso e muito especialmente o destacado estudo de Alberto Moreira na mesma revista — O grande pianista e compositor «portuense» Miguel Ângelo — reunido em volume em 1956 sob o título de



Miguel Ângelo Pereira

«Miguel Ângelo. Esboço bibliográfico do talentoso maestro e compositor «portuense».

A ele se refere a Revista Musical.

Guilherme Braga também traçou a sua biografia, com elogiosas referências, no número nove do «Porto Elegante» de 1865.

Alberto Soubiés, na sua História da Música, exaltou

os seus méritos: considera-o um «pianista de talento» que com facilidade abrangia todos os géneros de música.

Durante dezenas de anos evidenciou-se no Porto com as suas composições e audições, em época em que esta cidade contava no seu seio outros grandes artistas.

DOMINGO 15 DE ABRIL DE 1883

MISCELLANEA MUSICAL

QUINZENARIO DE REVISTA MUSICAL

EDITORES—Joaquim Ribeiro & Irmãos

1.º ANNO

VILLA DA FEIRA

NUM. 1

MISCELLANEA MUSICAL

HA muito que em Portugal se notava a absoluta carencia de um jornal que se dedicasse unica e exclusivamente ao estudo e á apreciação das diversas produções musicaes que quotidianamente são postas em circulação, tanto no nosso paiz como no estrangeiro.

Por diversas circumstancias que nos não é dado apreciar, nunca se tractou de preencher tão sensível lacuna, que nem mesmo o nosso pequeno e modestissimo desenvolvimento artistico podia, por forma nenhuma justificar.

A musica, disse Victor Cousin, é, sem contradicção, a arte mais íntima, mais profunda, mais penetrante; physica e moralmente ha entre um som e a alma uma analogia expressiva: para que a alma é um echo onde o som toma uma nova cadencia. O poder supremo da musica é indicar á imaginação um vôo sem limites de prestrar-se com uma docilidade assombrosa a irritar ou a acarinhar os nossos habituaes sentimentos, as nossas predilectas affeições, ao som da mais simples melodia; é sem contestação a arte por excellencia.

Os paizes ainda os mais atrasados n'este ramo de conhecimentos, dispõem d'um e mais órgãos onde de uma maneira especial se ventila as questões musicaes, já cuidando do progresso e desenvolvimento da arte musical, já registrando os diversos committimentos artisticos de seus filhos. Não vimos com pretensões illusorias de obviar a essa falta de uma maneira infallivel. O que contudo asseveramos é que, o que nos falta em forças e competencia sobra-nos em diligencia e boa vontade.

O prezente numero da *Miscellanea Musical*, que hoje vê a luz publica, não é decerto o que poderão vir a ser todos os que se seguirem, em que já a pratica adquirida nos possa pôr no encalço do melhor meio de satisfazer o gosto dos nossos leitores.

Empreenderemos todos os melhoramentos e todas as innovações de que este quinzenario for susceptivel, e todos os progressos n'esse sentido serão postos em pratica no limite de nossas forças e desejos, para o que envidaremos todos os esforços nossos e de boa vontade acolleremos todos os conselhos d'aquelles que se interessam pela vida e prosperidade da *Miscellanea Musical*.

WAGNER E O «LOHENGRIN».

I

A SUBLIME partitura wagnerianna teve um verdadeiro e imponente successo, na sua primeira exhibição no theatro de S. Carlos. O *Lohengrin* foi magistralmente executado não unicamente pelos primeiros artistas mas também pelos côros. A orchestra, excellentemente instrumentada e dirigida pelo insigne maestro Dahman, houve-se brillantemente. A opera foi posta em scena com grande esmero e laxo.

Depois de varias tentativas para levar aqui á scena uma das operas de Ricardo Wagner, tivemos ensejo de assistir a essa primeira audição da opera do excelso compositor da *musica do futuro* e que maior numero de audições tem tido fóra da Alemanha e da Austria.

A musica de Wagner é apenas um assombro de difficuldades e de originalidades, e as suas theorias, tão discutidas em todos os paizes mais adiantados na arte musical, tem soffrido ampla apreciação, pugnando-se pró e contra o systema seguido por Wagner para reformar a musica dramatica. As obras do grande maestro tem-se imposto como uma das formas mais logicas do theatro lyrico e as representações do *Lohengrin* em S. Carlos chamaram a attenção dos que prezam a arte nas suas mais elevadas manifestações e não procuram ouvir uma opera apenas por mera recreação.

Embora a nossa educação musical seja menos cuidada do que na Allemanha, não se segue d'ahi que as composições musicaes que, como as de Wagner, não tem o caracter cosmopolita das mais notaveis produções da arte contemporanea por pertencerem de uma maneira essencial ao paiz que as inspirou e do qual se reflectem dos defeitos e das bellezas, ellas não possam ser apreciadas no conjunto pelos nossos mais distinctos amadores e professores.

As primeiras tentativas de Weber, tendentes a realizar n'um *ensemble* caracteristico a opera nacional allemã, foram secundadas por Wagner ao escrever os poemas das suas operas estrahindo-os, quasi todos, das lendas allemãs. E comprehende-se bem que na Allemanha se procure exaltar o genio de um compositor profundamente nacional, tanto pelo seu nascimento, como pelas suas ideias e tendencias. Wagner soube conservar-se allemão, mas a ma-

Outro tanto, no Brasil, ascendeu ao lugar de organista particular da capela do Imperador.

Entre as suas obras notáveis contam-se a marcha «Progreior» dedicada ao Porto, um «Te-Deum Laudamus» a quatro vozes, a grande orquestra, que foi executado nesta cidade quando aí se inaugurou, na Praça da Batalha, a estátua a D. Pedro V, cantado pelo deão e executado pela orquestra do senhor Silvestre, para tal fim composta por oitenta professores («O Tripeiro» n.º 5 de Setembro de 1956 — fls. 150 e separata fls. 23) e a «Marcha improvisada».

Alberto Moreira no mesmo «O Tripeiro — n.º 3 de Julho de 1956 fls. 87 e citado livro fls. 20, é de parecer que algumas das composições de Miguel Ângelo foram feitas, a convite de algum mestre de Capela — o referido Silvestre ou Canedo.

Este Silvestre — Silvestre de Aguiar Bisarro — era o pai do grande feirense Dr. António Augusto de Aguiar Cardoso, que foi mestre da capela de S. Silvestre no Porto, por si fundada e da qual foi director-proprietário.

Como maior afirmação do seu talento, como artista, Miguel Ângelo compôs uma ópera intitulada «Eurico» com base no livro do mesmo nome de Alexandre Herculano, representada em S. Carlos — Lisboa — em 1870, no Teatro de S. João — Porto —, pela primeira vez em 1874 (onde lhe foi oferecida uma batuta de prata) e ainda nesta cidade repetida por várias vezes. Também foi executada no Rio de Janeiro em 1878.

Legou-nos, ainda: a «Cantata a Luís de Camões» que se diz ter sido escrita em quinze dias e foi executada a 10 de Junho de 1880 na Nave Central do Palácio de Cristal; «Ondina», quinteto de piano e instrumentos de corda, em ré maior; os quartetos de corda, «Scherse» (alla gallega) e «Mi Lá Ré Sol Dó»; «Fantasia Heróica», escrita para peça de concurso para o certame musical de Braga em 1894; «Adamastor», sinfonia a 6 pianos e ainda diversas peças para piano e canto com letra de João de Deus e de outros poetas; a ópera «Iaida», que só foi dada a publicidade depois da sua morte (em parte reproduzida na Revista Musical n.º 7 — fls. 3) e cuja partitura está em Leipzig; «Avalanche»; «Stabat Mater» e um «Libera-me».

Foi ainda Miguel Ângelo quem musicou a «Marcha do Ódio», com versos de Guerra Junqueiro.

Produziu ainda outras obras arroladas na dita Grande Enciclopédia e mencionada Revista Musical, onde se informa ele ter usado o pseudónimo de Sam.

No Porto fundou e dirigiu a «Sociedade de quartetos», que mais tarde foi integrada no Orfeão Portuense.

Foram seus discípulos Óscar da Silva, D. Teresa Amaral, Artur Pereira, Ernesto Maia e D. Maria S. Vasconcelos Leão.

Tinha um temperamento irascível, o que lhe concitou más vontades que muito o prejudicaram, sobretudo depois da publicação da revista musical «Eurico».

Depois de 1885, a par da decadência como artista, deterioraram-se as suas faculdades mentais até que veio a falecer numa casa de saúde do Porto em 1 de Novembro de 1901, deixando um grande nome como maestro, professor de música, organista e compositor.

Miguel Ângelo foi nobilitado por grandes homens do seu tempo, entre os quais podemos citar o arqueólogo e crítico de arte Dr. Joaquim de Vasconcelos e o poeta Guilherme Braga — que lhe dedicou os seguintes versos:

A MIGUEL ÂNGELO PEREIRA

Dante soube moldar na estrofe a santa ideia;
Phidias gravou-a em bronze e à pedra a transmitiu;
Raphaël, com a luz que as almas incendeia,
Dando-lhe uma existência, a tela coloriu.

Tu, como eles também, de glória coroado,
Ouves, cantar-te em roda uns espíritos bons,
E, ao sol da Arte sublime, ó sublime inspirado,
Tu dás à ideia a forma invisível dos sons!

(«Heras e Violetas» — 1.ª edição, fl. 99)

A MIGUEL ÂNGELO

(No benefício do distinto maestro, cantando-se o Eurico)

À vasta inspiração do génio soberano,
Que, em face às multidões, abraza o génio teu,
É viva como o sol, grande como o oceano,
Sublime como a luz, profunda como o céu!

Pulula-te no crâneo a idêa, a forma austera,
Que s'expande depois nuns turbilhões febris,
Como a fervente lava irrompe da cratera!
Como a espuma se arroja aos negros alcantis!

Do triste cismador dos ermos da Carteia,
Cinzelára Herculano a estátua colossal,
Drama que assombra a História, o Cântico, a Epopeia?
Mixto d'inferno e ceu! foco do bem e do mal!

D'Eurico a imensa dôr tu viste-la de perto!...
 Desceste àquelle abismo a aprofundar-lhe o horror,
 E a gente ouve rugir os ventos do deserto
 Na voz que deu à estátua o audaz compositor!

Uma cidade inteira, artista, e que cidade!
 Te vem poisar na fronte a côroa triunfal!
 Lê-se nos seus brasões: «**Trabalho e Liberdade!**»
 Folga, anima-te, exulta, espírito imortal!

Dás glória ao teu país! por entre os portuguezes
 Não podias passar desconhecido e só!
 Perdoa a afronta vã que te assaltou por vezes:
 — Sonha, que em sombras jaz! pô que voltou ao pó!

Quem não há-de sentir orgulho de saudar-te
 No ardente frenesi d'esplêndida ovação,
 Se tens escriptos n'alma os Evangelhos d'Arte?
 Se tu nasceste aqui? se tu és nosso irmão?

(Versos coligidos por Dr. Rodrigo Veloso

— pág. 23)

Ainda se vê outra referência ao maestro numa
 poesia dedicada a Ernesto Pinto de Almeida (21 de
 Maio de 1865).

... ..

2.º ANNO N.º 4 / 26

MISCELLANEA MUSICAL

Quinzenario de revista musical

PEÇAS ESCOLHIDAS UNICAMENTE PARA PIANO

CONDIÇÕES D'ASSIGNATURA

EM PORTUGAL		BRASIL (BOVEDA FRACA)	
ANNO	34000 reis	ANNO	105000 reis
SEMESTRAL	18000 "	SEMESTRAL	55500 "
POR CADA NUMERO	140 "	POR CADA NUMERO	500 "
NUMERO AVULSO	200 "	NUMERO AVULSO	800 "

VILLA DA FEIRA

JOAQUIM RIBEIRO & IRMÃO—EDITORES

1884



Tu vês mais perto ainda um círculo d'amigos,
—Lyras de que o futuro há de extrahir um som,—
Agrupados ali como n'um Pantheon.
Alexandre (Alexandre da Conceição autor das
[Alvoradas]...
Dias (José Dias de Oliveira, autor da Lyra intima)...

Casimiro d'Abreu nascido em Portugal,
Miguel Ângelo, o artista, a cabeça imortal,
Onde está fermentado um futuro mais rico...
O homem que levantou o cadaver de Eurico
Para o dar no teatro às grandes ovações
Que cercam d'ordinário os grandes corações.

(«Heras e Violetas» — 1.ª edição, pág. 61)

Miguel Ângelo deixou dois filhos — Américo Ângelo Pereira e Virgílio Pereira, que também foram músicos distintos.

Este distinguiu-se como maestro e professor de música e por ter organizado o Coral da Câmara das «Pequeninas Cantoras do Postigo do Sol» formado por educandas do Recolhimento das Meninas Desamparadas.

Em 15 de Abril de 1883 fundou-se, na Vila da Feira, um quinzenário de revista musical, intitulado «Miscellanea Musical» da qual foram editores, a princípio, Joaquim Ribeiro e Irmãos.

Com o formato de 0,35x 0,26 tinha 4 páginas com 2 colunas cada.

Alcançou o segundo ano com 6 números e um suplemento: o primeiro reuniu vinte e quatro números.

Cada número era distribuído com uma música tendo algumas a inscrição «Grav. J. Ribeiro — Vila da Feira».

A revista, até ao número 20, foi impressa na tipografia municipal da Feira, onde se imprimiu o primeiro jornal desta vila, intitulado «Jornal da Feira» que era editado pelo seu proprietário Manuel José da Silva Ribeiro, irmão daquele J. (Joaquim) Ribeiro: a partir do número 21 foi editado no Porto, na tipografia de Manuel Luís de Sousa Ferreira.

O segundo ano voltou a ser editado na Vila da Feira — apenas por Joaquim Ribeiro e Irmão: este deve ser aquele Manuel.

Pelo menos, a partir do 2.º ano, os números eram revestidos por uma capa.

No artigo de fundo do seu número 1, sob o título «Miscellanea Musical», que se reproduz em fotografia, diz-se da sua finalidade e oportunidade da publicação.

A esta revista sucedeu uma outra, a que foi dado o título de «Eurico», «quinzenário de revista musical» de que era redactor Miguel Ângelo (Miguel Ângelo Pereira) continuando a ser editores — Joaquim Ribeiro e Irmão: no seu cabeçalho indica-se como seu agente «Agência Geral Raphael Ângelo, Rua Formosa n.º 325 — Porto».

ANNO I SEGUNDA-FEIRA 15 DE SETEMBRO DE 1884 N.º 1

ASSIGNATURAS

CONTINENTE E ILHAS

Anno 3:000

Semestre 1:600

Por cada numero 150

Atulso 200

Anuncios

Na capa, ca. li. lin 4 60 reis.

Reproduções 50 % de abta mento.

EURICO

Quinzenario de revista musical

ASSIGNATURAS

BRASIL

Anno 10:000

Semestre 5:500

Atulso 800

Anuncios

Os srs. assignantes tem 25 % de desconto no preço estabelecido por linha.

EDITORES

JOAQUIM RIBEIRO & IRMÃO

VILLA DA FEIRA

AGENCIA GERAL

RAPHAEL ANGELO

RUA FORMOSA N.º 325

PORTO

REDACTOR

MIGUEL ANGELO

PORTO

EXPEDIENTE

O Miserere de Gregorio Allegri

A REPENTINA affluencia de novos assignantes, collocando-nos na impossibilidade de satisfazer ao seu justo desejo de obter a collecção completa da *Miscellanea* em consequencia de se nos haver esgotado alguns numeros da parte litteraria, determinou-nos a encetar a publicação do *Eurico* em continuação da *Miscellanea*, liquidando com os nossos antigos assignantes a parte correspondente a um trimestre, que tanto representa os seis numeros publicados do 2.º anno.

O *Eurico* apresenta-se, litterariamente, de lança em riste para combater tudo e todos que por obras ou acções venham empanar o brilho da Arte ou prejudicar o bom nome de artista, e de coração magnânimo para exaltar meritos e registrar virtudes onde quer que as haja. Musicalmente, publicará com preferencia as obras de compositores portuguezes de verdadeiro e reconhecido merito e, d'entre as composições de extranhos, escolherá aquellas que possam auxiliar os bons professores na educação musical dos seus discipulos.

A competencia do nosso redactor, garante a execução d'este programma.

A substituição pois, representa um melhoramento que, e d'isto nos persuadimos, não prejudicando os nossos antigos assignantes (a quem pedimos a continuação do seu favor), facultará ás pessoas que agora nos honram ou queiram honrar protegendo a nossa civilizadora empresa, collectar o *Eurico* independentemente da *Miscellanea*.

Todavia, para completar a collecção publicada sob a direcção do sr. Miguel Angelo, é necessario obter o 6.º numero da *Miscellanea* (2.º anno), que esta empresa enviára aos srs. assignantes que o reclamarem pelo preço da assignatura (por numero).

E' ao nosso unico agente em Portugal, sr. Raphael Angelo — rua Formosa n.º 325 — 1.º Porto, que deve dirigir-se toda a correspondencia relativa á administração do *Eurico*.

UMA das mais inspiradas composições de Gregorio Allegri, (musico italiano que viveu no seculo XVII) é um miserere em sol menor, que elle compoz expressamente para a Capella Pontifical de Roma, e que, em consequencia do seu grande merecimento, só se executava nas maiores solemnidades. Guardavam-no cuidadosamente nos archivos do Vaticano, e, o imprudente que lhe tocasse sem auctorisação papal, estava ameaçado de excommunição. Esta ordem era tão rigorosamente observada que, ao proprio Mozart recusaram satisfazer o desejo que manifestou de o ver em seguida a uma audição.

Ha só tres copias d'esta obra. Uma, offerecida ao imperador Leopoldo, da Anstria, outra, ao celebre Padre Martini, e a terceira, que deve estar na Bibliotheca musical dos reis de Portugal, a D. João IV.

A proposito da primeira d'estas copias, conta-se o facto seguinte: O imperador Leopoldo, que não só gostava muito de musica, mas tambem se mettia algumas vezes a compositor, ordenou ao seu embaixador em Roma que pedisse ao Papa uma copia do *miserere* para o fazer cantar na sua capella. O pedido foi satisfeito e em pouco tempo a obra foi copiada e enviada para Vienna, onde estavam então muito bons cantores. Porem, quando o imperador o ouviu, não lhe pareceu tão bom como esperava e concluiu d'ahi que Allegri, não querendo separar-se da sua obra prima, o havia illudido, enviando-lhe outra composição. Mandou immediatamente um embaixador a Sua Santidade para queixar-se de Allegri, que foi logo despedido do Vaticano. O papa indispoz-se por tal modo contra elle que se recusou a ouvir as explicações que queria dar-lhe. Só muito tempo depois, Allegri, por intervenção de um dos cardeaes, obteve uma entrevista com Sua Santidade e pôde explicar-lhe como os cantores de Vienna, não havendo entendido a sua obra, deram á execução um tom differente do que imaginara o compositor. Tudo inutil: por mais explicações que elle desse, o papa, que não sabia nada de musica, persistia na sua opinião de que as

O seu primeiro número foi datado de 15 de Setembro de 1884 e o último (número 5) de 30 de Novembro do mesmo ano.

O formato era semelhante ao da «Miscellanea Musical».

Tinha o mesmo número de páginas com duas colunas cada.

O último número da «Miscellanea», datado de 15 de Julho de 1884, já foi dirigido por Miguel Ângelo: este número ou o seu suplemento foi acompanhado de uma valsa — Polka, deste maestro, dedicada à sua discípula D. Maria S. Vasconcelos Leão.

No artigo de fundo do primeiro número do «Eurico» intitulado «Expediente», os editores informam que esta revista é publicada em continuação da «Miscellanea Musical» e que o último número desta revista (o sexto do segundo ano) já foi publicado sob a direcção de Miguel Ângelo.

A nova revista continuou a pertencer à aludida empresa de Vila da Feira, Joaquim Ribeiro e Irmão, que afirma, naquele artigo de fundo, que a substituição da «Miscellanea» pelo «Eurico» representa um melhoramento e que a competência do redactor garante a execução do programa que enuncia para a nova revista.

Este foi traçado naquele «Expediente» nos seguintes termos: «O Eurico apresenta-se literariamente de lança em riste para combater tudo e todos que por obras ou acções venham empanar o brilho da Arte ou prejudicar o bom nome do artista, e de coração magnânimo para exaltar méritos e registar virtudes onde quer que as haja. Musicalmente publicará com preferência as obras de compositores portugueses de verdadeiro e reconhecido mérito e d'entre as composições de estrangeiros, escolherá aquellas que possam auxiliar os bons professores na educação musical dos seus discípulos».

A citada «Enciclopédia» atribue à actuação dele, nesta revista onde deu expansão ao seu temperamento azedo e conflituoso, a principal causa da sua decadência por, a partir de então, ter perdido o prestígio. No entender dela a publicação da revista «Eurico» teve o «fim único de desenvolver campanhas de baixo insulto contra os artistas e os críticos». Esta decadência acentuou-se quando o público deixou de frequentar os seus concertos e ele deixou de encontrar a devida compensação nas suas viagens ao Brasil.

Alberto Moreira a propósito desta revista diz, no mencionado artigo sobre Miguel Ângelo — (número 10 de Fevereiro de 1957 — fls. 302): — «Miguel Ângelo, que durante quatro gloriosos lustros caminhara de

trunfo em triunfo, havia chegado ao zénite, e o destino, sempre caprichoso, não permitiria que o Artista fugisse por muito tempo em tão alto e ambicionado esplendor!... Algo por culpa sua e muito por faltas alheias, incompatibilizou-se com grande parte da valerosa falange artística portuense e, a pouco e pouco, foi ficando isolado do necessário convívio com a brilhante plêiade musical e literária. Então dera início à publicação do **Eurico**, revista quinzenal quase exclusivamente por ele colaborada, dando à estampa muitas e muitas valiosas composições musicais, mas publicando também alguns artigos de crítica que mais o incompatibilizaram com distintas figuras que o Porto muito estimava.

Ainda assim, o **Eurico** foi uma publicação muito útil e assaz vantajosa, pois além de outras composições de reconhecido valor inseriu, num dos números de Maio de 1885, a esplêndida **Canção de Abril** que Miguel Ângelo compusera, inspirado na poesia do mesmo título escrita pelo lírico poeta Diogo Souto. Esta deliciosa composição foi muito apreciada pela imprensa, e teve extraordinária voga em todo o País, sendo os mimosos versos reproduzidos em vários jornais do Porto e da capital».

Cada número do «Eurico» era distribuído protegido por uma vistosa capa de papel, desenhada e subscrita por Rafael Bordalo Pinheiro.

Este foi sempre um bom companheiro e dedicado amigo de Miguel Ângelo.

«O mais devotado defensor de Miguel Ângelo no Rio de Janeiro, na grande campanha motivada pelo **Eurico**, foi o genial artista Rafael Bordalo Pinheiro, que ali se encontrava desde Setembro de 1875 e que nas páginas do *Besouro*, jornal ilustrado, humorístico e satírico, cujo primeiro número apareceu em 6 de Abril de 1878, exaltou ardorosamente o Artista seu compatriota — e com tão indómita violência ridicularizou os adversários, que estes, enfurecidos «chegaram a armar o braço de uma capoeira para uma facada nocturna, felizmente sem consequências graves» (Alberto Moreira «O Tripeiro» — número 9 de Janeiro de 1957 — pg. 277).

Descrevendo aquela caricatura, Guilherme de Azevedo, no *Ocidente* de 1 de Dezembro de 1878 — *Crónica Ocidental* — diz «no número do *Besouro* que eu contemplo agora, deparo com muitas fisionomias conhecidas...; o maestro Miguel Ângelo, autor do *Eurico*, profundo músico português, aparando na couraça invulnerável da sua grande sobrecasaca os golpes que a crítica joga à sua partitura querida...»

Ainda Alberto Moreira nos informa no cit. número de «O Tripeiro» a fls. 303

Reportando-se a Setembro de 1888:

«Decorrido algum tempo, era Miguel Ângelo convidado para musicar a Marcha do ódio, (dada a público em 5 de Abril de 1890) versos violentíssimos do consagrado poeta Guerra Junqueiro e para os quais Rafael Bordalo Pinheiro compôs ilustrações irónicas e causticantes».

«Eurico» tinha várias secções, como educação musical por Hector Berlioz e outros, com conselhos aos professores de piano por Felix de Couper, pelourinho, noticiário, etc.

Cada número incluía uma música, entre as quais citamos «Melodia» por Rubinstein, a melodia «L'amour d'une femme» de Schuman e «Momentos musicais» de Schubert.

No número quatro de 15 de Novembro de 1884, prestou homenagem ao fundador do «Comércio do Porto» Manuel de Sousa Carqueja.

Os exemplares das mencionadas revistas «Miscellanea Musical» e «Eurico» são hoje muito raros.

Já em Setembro de 1902 a citada «Revista Musical» dizia que as colecções do «Eurico» eram raras e valiosas.

Daquela apenas conheço duas colecções, ambas incompletas, mas que se completam entre si: uma abrange apenas os primeiros vinte e dois números do primeiro ano, com falta do sexto, colecção que hoje pertence ao Dr. Domingos Caetano de Sousa, desta Vila, por oferta que lhe foi feita por D. Gilberta Xavier de Paiva e seu marido Dr. Humberto Xavier de Paiva; a outra, a que só falta o número dois do primeiro ano, pertence ao ilustre maestro António Melo, da cidade de Lisboa.

Do «Eurico» apenas conheço uma colecção completa, encadernada juntamente com a «Miscellanea Musical» também pertencente a este maestro, a quem gostosamente manifesto o meu agradecimento por m'a ter facultado para estudo e para a aquisição das fotografias que, desta revista, aqui se reproduzem.

Conheço ainda um exemplar do número um na posse de Vicente Rebelo da Sousa Reis, da freguesia de Arrifana, deste concelho.

A «Miscellanea Musical» refere-se o «Comércio da Feira» número 33 de 14 de Agosto de 1902, Dr. António Zagalo dos Santos, no Arquivo do Distrito de Aveiro — vol. 9.º pág. 157, A. Carneiro da Silva, cit. vol. Arq. pág. 297, A. Xavier da Silva Pereira, em «Jornaes Portugueses» — pág. 101 e «Bibliophilie Musicale» de Michel Ângelo Lambertini MCMXVIII.

Por sua vez, a «Eurico» referem-se aquelles A. Carneiro da Silva, A. Xavier da Silva Pereira e «Bibliophilie Musicale».

Estudei cada uma destas revistas no meu trabalho sobre «Imprensa periódica da Vila e Concelho da Feira», publicado na revista «Aveiro e o seu Distrito», número 8 de 1969, pág. 60 a 66, onde procurei esclarecer e corrigir as notícias dadas em alguns daqueles autores.

A cidade de Barcelos já prestou homenagem à sua memória dando o seu nome à rua de Baixo, que depois se chamou de José Falcão.

Outro tanto fez a Excelentíssima Câmara Municipal do Porto, dando o nome de Miguel Ângelo a uma das ruas da cidade.

ANTÓNIO CÂNDIDO DA CUNHA

Pintor

NA VILA DA FEIRA

«Tinha de realizar o milagre que, por fortuna sua e nossa realizou, de tirar do visual o sonoro»

(Conferência do
Dr. Jaime Magalhães Lima)

Nasceu na cidade de Barcelos em 11 de Novembro de 1866, sendo filho de José Joaquim da Cunha, construtor civil e chefe da filarmónica local.

Cursou, com brilho, a Academia Portuense de Belas Artes.

Ligou a sua vida ao Porto, durante os 40 anos em que lá residiu, trabalhou e onde veio a falecer a 16 de Outubro de 1926.

Por isso, é considerado filho adoptivo da cidade Invicta.

El-Rei D. Carlos que, juntamente com a rainha D. Amélia, foram grandes protectores de artistas, conhecedor do valor de Cândido da Cunha, subsidiou os seus estudos e conseguiu-lhe uma pensão pelo Ministério das Obras Públicas, proporcionando, assim, a sua ida para Paris onde trabalhou e se aperfeiçoou.

Isto teve lugar depois do pintor ter oferecido àqueles, quando da sua visita ao Porto, o retrato do príncipe D. Luís Filipe.

Nos primeiros tempos da sua mocidade fez um retrato do rei D. Luís que ainda existe na Câmara Municipal de Barcelos.



António Cândido da Cunha.

Os seus quadros, expostos no Salon, alcançaram grande êxito, nomeadamente o «Sagrado Viático» (1898) que foi premiado.

Foi discípulo de João Correa, Jean-Paul Laurens e Benjamin Constant.

A característica predominante do pintor, que dominou toda a sua vida artística, foi o seu amor à paisagem como «pintor elegíaco, enamorado das paisagens crepusculares, plenas de melancolias das sombras envolventes ou da tragédia do sol agonizante» — Fernando Pamplona (Dicionário de Pintores e Escultores — vol. 1, pág. 282).

Foi um romântico, um lírico na pintura, como o foram Soares dos Passos e Guilherme Braga na poesia.

Amou a natureza, na pintura, como Júlio Dinis a amou na prosa mimosa dos seus escritos.

Sem ofender a verdade da natureza, reproduziu-a nos seus quadros através da serenidade da sua alma e do seu coração, aceitando-a como companheira de dias calmos, colhendo as suas paisagens e os seus arrebatamentos sem grandes vibrações de cor ou de movimentos.

Muitos dos seus quadros são verdadeiras fotografias de uma natureza impregnada pela sua própria melancolia.

Segundo o Dr. Jaime de Magalhães Lima, na magistral conferência que leu no Salão Silva Porto por ocasião da abertura da «Exposição de Quadros de Cândido da Cunha» em 13 de Novembro de 1926 — «Tinha de realizar o milagre que, por fortuna sua e nossa, realizou, de tirar do visual o sonoro. Porque a paisagem de Cândido da Cunha é muito mais sonora do que visual; muito mais uma vibração que uma edificação; muito mais emanção do que forma».

Joaquim Costa, que o classificou como «pintor de tonalidades tristes», definiu-o, no artigo que sobre ele escreveu no «Primeiro de Janeiro» de 1926 como «um lírico, de nobre feição elegíaca, um intimista e um concentrado que, mesmo interpretando a natureza, sabia reflectir um pouco a sinceridade do seu drama interior».

Também foi pintor de figura e ilustrador.

Como homem foi íntegro, de moral sã, tão digno e verdadeiro como o foi como artista.

Conta Cláudio Corrêa d'Oliveira Guimarães — no seu artigo «Pintor - Poeta», publicado no «Tripeiro» de Março de 1952, fls. 259 —, que o Rei D. Carlos muito admirava Cândido da Cunha «achando que, superior ainda à sua arte excepcional, estava o seu carácter sem jaça, o espelho cristalino da sua vida sem sombras».



Outro retrato do pintor.

Deixou avultado número de trabalhos que se encontram, em grande parte, recolhidos em museus como Casa-Museu dos Patudos, perto de Almeirim, Palácio Ducal de Vila Viçosa (onde está o quadro «Agar e Ismael no Deserto», oferecido pelo autor a El-Rei D. Carlos em reconhecimento pela protecção que lhe dispensou), Museu Nacional Soares dos Reis, Museu Grão Vasco e agrupados em colecções particulares, como na Quinta do Mosteiro, das filhas do Dr. Luís de Magalhães, Club Portuense, do Dr. Couto Soares e do Conde de Apendurada.

Como aveirense, desejo destacar que o nosso distrito mereceu ao pintor motivo de inspiração, atraído pelas suas belezas naturais: assim, escolheu motivos de Águeda, distinguindo-se uma pintura que faz parte

de Pamplona «Um século de pintura e escultura em Portugal»; «Retratos de Artistas no Museu Nacional de Soares dos Reis».

Podemos acrescentar a «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira» e o aludido artigo de Claudio Corrêa de Oliveira Guimarães — «Pintor - Poeta» em «O Tripeiro» de Março de 1952.

Cândido da Cunha só muito tardiamente se preocupou com a exposição dos seus quadros.

Foi tarde porque a morte surpreendeu-o antes de satisfazer este seu desejo.

Um grupo de amigos e admiradores — Dr. Leopoldo Mourão, Carlos Guerreiro, Dr. Jacinto Magalhães, Eduardo Honório de Lima, Ricardo Spratley, Júlio Pina, Joaquim Lopes, Porfírio de Abreu e Alberto



Exposição de quadros pintados por António Cândido da Cunha

daquela colecção do Dr. Couto Soares — «Por do Sol na Pateira de Fermentelos».

«Entre os céus portugueses, Cândido da Cunha preferiu pintar os empíreos azuis do seu Minho bem-amado, ou os húmidos, tocados de melancolia, de Águeda-a-linda. Os céus escaldantes do Alentejo ou os céus luminosos do Algarve nunca o seduziram» (Claudio Corrêa de Oliveira Guimarães, cit. estudo fls. 258).

Bem andou o grande escritor e aveirense Dr. Jaime Magalhães Lima interessando-se pelo nome e glória do pintor que tanto dignificou o nosso distrito.

Como bibliografia sobre este pintor podemos indicar: «Dicionário de Pintores e escultores» de Fernando de Pamplona (vol. I pág. 282) e ainda a bibliografia por este apontada: Joaquim Lopes — artigo in «Museu» vol. III n.º 7; Guia de Portugal; Fernando

Silva, reuniram-se em comissão e levaram a cabo, depois da sua morte, uma exposição das suas obras, que teve lugar no Salão Silva Porto, da mesma cidade, em Novembro de 1926.

Foi editado um catálogo cujos exemplares são muito raros com breves e eruditas palavras de Joaquim Costa, que finaliza dizendo que os quadros expostos «são o índice moral de uma sensibilidade muito requintada e traduzem a nobre expressão de um espírito que, procurando ansiosamente a Beleza, fez da Arte a sua melhor linguagem, para comunicar aos homens o poema emocionante da sua ternura».

No frontispício anuncia que aquela obra foi premiada com medalha na Exposição Universal — Internacional de 1900 (Paris) e com medalha de segunda classe, em 1896 pelo Grémio Artístico de Lisboa.

Inclui quadros, desenhos e carvões, com o nome dos que, então, os possuíam.

No que diz respeito ao distrito de Aveiro:

Começa por se referir às reproduções que fez de alguns quadros, entre as quais inclui: «Igreja de S. Martinho da Gândara (contra poente); luz crepuscular (Águeda); Trecho de Águeda—1909; Pateira de Fermentelos (carvão) 1924 e arrola como obras expostas:

a) quadros a óleo: Pateira de Fermentelos; rua de Águeda; Águeda; Rua de S. Bento (Águeda); Igreja de S. Martinho da Gândara (contra-poente).

b) a pastel: Águeda; Pateira de Fermentelos.

c) carvões: Igreja de S. Martinho da Gândara; dois sobre a Pateira de Fermentelos; Águeda; Margens da «Pateira de Fermentelos»; arredores de Aveiro; Paisagem Águeda.

Publica-se a fotografia de um trecho da exposição.

Em 1927, publicou-se, no Porto, um opúsculo intitulado «Cândido da Cunha—o Pintor do Mistério da Paisagem—Homenagem Póstuma dos amigos e admiradores do grande poeta», edição fora do mercado.

Com uma abertura sem assinatura, inclui a já referida conferência lida, no Salão Silva Porto, por ocasião da abertura da exposição, por Dr. Jaime de Magalhães Lima, sob o título—Cândido da Cunha o pintor do mistério da paisagem.

Reune, ainda, diversos artigos que sobre ele se escreveram e estavam dispersos em jornais: Cândido da Cunha, por A. Soucasaux («A Opinião», de Barcelona, de 14 de Outubro de 1926); Cândido da Cunha, por Fra. Angélico («Jornal de Notícias» de 20 de Outubro de 1926); Cândido da Cunha, citado artigo de Joaquim Costa («O Primeiro de Janeiro» de 21 de Outubro de 1926); o Pintor Cândido da Cunha, por Júlio Brandão («O Primeiro de Janeiro» de 24 de Outubro de 1926); Cândido da Cunha, pelo Conselheiro Luís de Magalhães («Correio da Manhã» de 30 de Outubro de 1926); Cândido da Cunha, por Guedes de Oliveira («O Primeiro de Janeiro» de 18 de Novembro de 1926); Cândido da Cunha, por Carlos Manuel Ramos (Ilustração Moderna—mês de Novembro de 1926); Cândido da Cunha, por João Augusto Ribeiro (Ilustração Moderna—mês de Novembro de 1926) e Um Grande poeta que desapareceu, por Campos Monteiro (Ilustração Moderna—mês de Novembro de 1926).

O título dado a este meu trabalho define o seu âmbito e delimita a sua fronteira. Do mesmo modo que já fiz no estudo sobre Guilherme Braga e Miguel Ângelo Pereira, vou ao encontro do laço que o prende à história da Vila da Feira, no quadro da sua vida profissional e artística.

Em 1899—Cândido da Cunha foi solicitado para pintar um quadro com a figura da «Justiça», para o Tribunal Judicial da Feira.

Era então juiz desta comarca o Dr. António José Coelho da Rocha.

Foi intermediário entre este e o pintor,—o escrivão-notário desta vila, José Cândido Marques de Azevedo (distinto escritor e poeta), o que se explica por serem conterrâneos.

As suas filhas D. Isabel e D. Berta de Azevedo, devo a gentileza da oferta dos documentos que servem de base a este estudo, que faziam parte do arquivo de seu pai.

Em carta de 11 de Julho de 1899, Cândido da Cunha anunciava a Marques de Azevedo que só na semana seguinte podia remeter o croquis do quadro, por andar muito ocupado com a instalação do seu «novo atelier construído recentemente» e comenta: «A figura da justiça representada segundo a imposição do meritíssimo juiz é dum classissismo banal. A minha ideia é outra, no entanto espero que o meu esboço o satisfaça plenamente».

Em outra carta datada de 20 de Agosto, sem indicação do ano, que julgo ser do mesmo de 1899, diz: «Para não excitar mais a sua curiosidade e a do meritíssimo juiz, remeto-lhe um pequeno croquis do quadro para o tribunal. Nessa meia dúzia de rabiscos está simplesmente a ideia geral. Há detalhes sob o ponto de vista da cor e do desenho que só poderão ser analisados em um outro esboço que oportunamente enviarei. Como vê a figura está sentada em uma cátedra e não de pé conforme a indicação do meritíssimo juiz. Na mão direita tem a espada e na esquerda as táboas da Lei. As balanças estão aos pés sobre um degrau do estrado.

O resto fica completamente a descoberto. Se eu conseguir, como tenho fé, dar-lhe uma expressão austera, grave, em harmonia com uma atitude hierática, fica completo o meu fim.

Tapar-lhe os olhos com um farrapo seria bom se não houvessem outros meios de conceber uma figura representando a Justiça.

Não quero, todavia impor a minha ideia. É bom discutir-se p.^a bem d'um e d'outro».

Em seguida informa não poder dar o quadro pronto no fim do mez de Agosto mas apenas durante o de Setembro.

Conclui: «Eu tenho imensa vontade de fazer uma obra que por todos os modos agrade, mas p.^a isso é também necessário que não me obriguem a fazê-la de **empreitada**».

Afinal, o quadro só veio a completar-se no ano seguinte, pois dele consta a data de 1900.

Junto a estas cartas, estava o parecer do juiz da comarca, Dr. António José Coelho da Rocha, sem data ou assinatura, em que ponderava: «Tenha a bondade de devolver ao Sr. Cândido da Cunha o croquis junto e pedir-lhe para nos enviar logo que possa o segundo, a fim de melhor se poder avaliar o seu pensamento e ideia geral do quadro.



Esboço do quadro «A Justiça». Tribunal Judicial da Vila da Feira

Lembro porém que seria conveniente pôr as balanças na mão esquerda da figura e as táboas da lei aos pés da mesma no estrado e onde estão actualmente as balanças.

Assim respeitava-se mais a história e ficava a figura também mais em harmonia com a lenda da fábula.

A actual cabeça e cara da figura também tem pouca expressão e simpatia e seria bom ver se era possível remediar estes inconvenientes. Mas como somos leigos na matéria o illustre artista resolverá o que melhor entender».

Vê-se que houve dois esbocetos ou croquis.

Não sei a qual se reporta o que se encontrou junto àquelas cartas e aqui se reproduz: deve ser o 1.º, porque o segundo deve ajustar-se já à orientação adoptada no quadro.

A apreciação do juiz parece referir-se ao primeiro, presumindo-se que antes deste o magistrado havia dado o seu parecer, talvez quando encomendou o trabalho.

Este concretizou-se no mencionado quadro, pintado a óleo que, como dissemos, existe numa das salas do Tribunal Judicial desta vila, onde se realizam as audiências do segundo juízo.

Até às obras que o edifício sofreu na passada década de quarenta—esteve na sala de audiências, hoje a do primeiro juízo, por detrás da tribuna do juiz onde agora está praticada a janela da varanda.

Tem a altura de cerca de 2 m. e a largura de 1,50 m., incluindo a moldura que tem cerca de 0,20 m.

Na sua parte inferior tem, do lado esquerdo —Porto 1900 e, do lado direito a assinatura do autor —Cândido da Cunha.

O quadro é bom, interessante e agradável, figurando a justiça com um semblante sereno, sem lhe faltar a devida austeridade, honrando o seu autor.

Está sentada numa cátedra com aspecto hierático e muito geométrico, sobre uma almofada tendo, na mão direita, o livro da lei e, na esquerda, a espada da justiça. Penso que a espada devia estar na mão direita e o livro da lei na esquerda, para que a justiça não seja canhota, visto aquela representar o seu meio executivo, em conformidade com o que está prescrito no livro da lei a aplicar, com a ponderação e equilíbrio ajustados simbolicamente na balança.

Entendo, ainda, que a posição dada à espada, no esboço, alcança uma maior originalidade e corrige, de certo modo, aquele aspecto hierático, dando, à figura, maior elegância.

O artista excedeu-se no desejo manifestado na carta de 20 de Agosto: «Se eu conseguir, como tenho fé, dar-lhe uma expressão austera, grave, em harmonia com uma attitude hierática, fica completo o meu fim».

Os pés repousam no segundo degrau sobre uma almofada enquanto a balança está depositada no primeiro, respeitando-se a ideia que presidiu à do esboço.



«A Justiça»

Quadro a óleo de António Cândido da Cunha
Tribunal Judicial da Vila da Feira

A indumentária está adequada, dando severidade e dignidade à figura; está inspirada nas vestes ainda hoje adoptadas pelos magistrados em exercício de funções.

A do esboceto pode ser mais aliciente, sobretudo em quadro já remetado, pelo efeito das suas cores, mas não preferível. Embora seja possível ter adeptos nos tempos de hoje, não é de estranhar o critério seguido, finalmente, pelo pintor e daqueles que, como eu, ainda creem na veracidade do adágio — «o hábito faz o monge».

No quadro, a cara, de traços distintos, ajusta-se

à serenidade exigida na aplicação da justiça, mas por outro lado denuncia uma severidade que hoje já não encontra ambiente mas que, de facto, se filia num conceito da época.

O juiz, Dr. Coelho da Rocha, já então entendia que «a actual cabeça e cara da figura também tem pouca expressão e simpatia e seria bom ver se era possível remediar estes inconvenientes».

Para a mentalidade de hoje, é preferível uma justiça com a expressão mais carinhosa.

Neste particular o pintor, quando fez o esboço, teve uma visão larga do conceito humano da justiça.

Por certo modificou um pouco a sua primeira interpretação para contemporizar com o temperamento do Juiz, expresso no seu parecer.

Entendo, porém, que Cândido da Cunha dentro do critério que adoptou podia ter dado maior movimento à cara, aliviando o cabelo que se apresenta muito escorrido.

Há, porém, um pormenor que valoriza muito este quadro e distingue o seu autor. A figura está aparentemente com os olhos cerrados mas, quem a analisar de perto, pode verificar que eles estão discreta e levemente entreabertos, abandonando-se a velha interpretação de uma justiça cega, que teve a sua máxima representação na imagem dos olhos vendados.

O pintor já defendia, na aludida carta de 20 de Agosto, esta ideia de uma justiça atenta, no pleno exercício dos sentidos humanos, para melhor encontrar a verdade.

— «Tapar-lhe os olhos com um farrapo seria bom se não houvesse outros meios de conceber uma figura representando a Justiça. Não quero, todavia, impor a minha ideia».

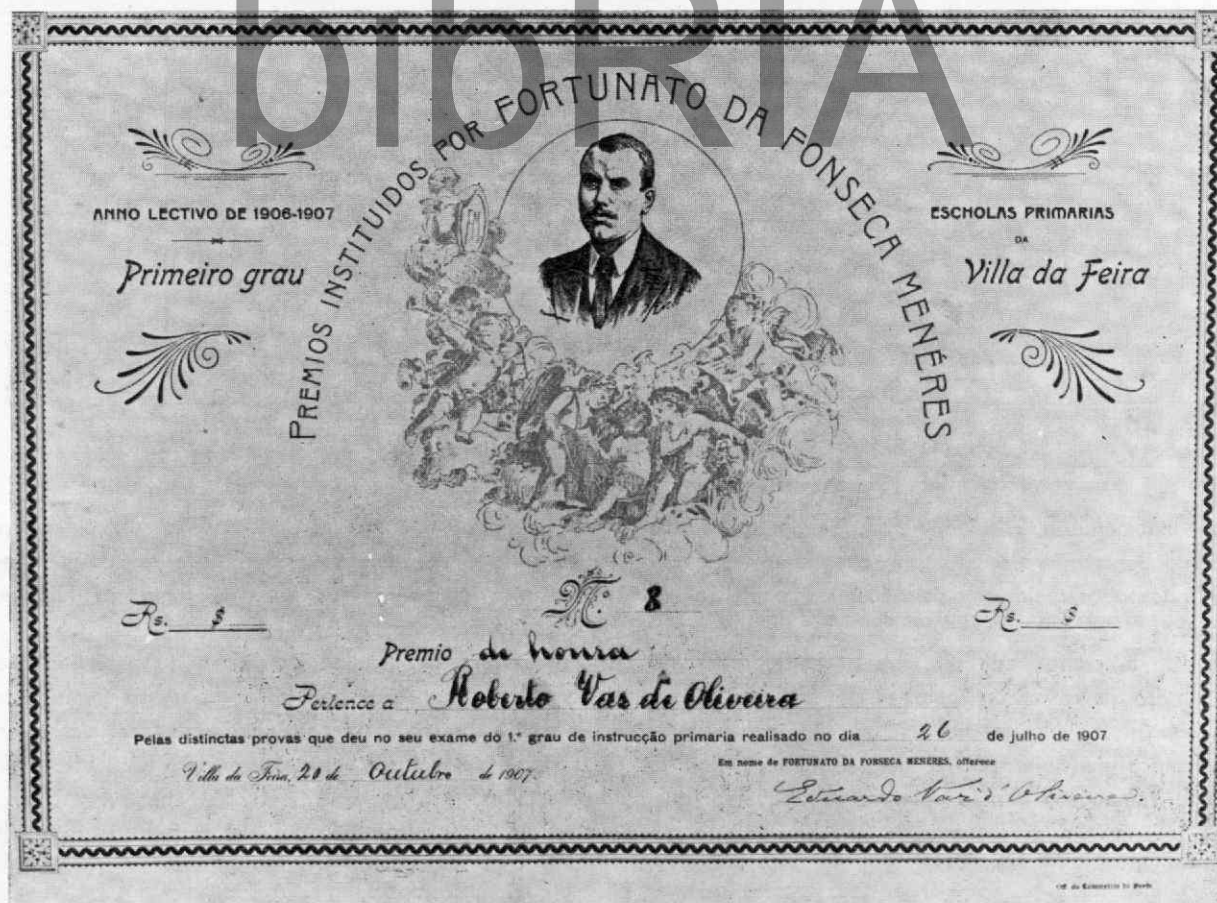
Cândido da Cunha fugiu ao «classicismo banal» que o juiz manifestava no seu parecer (cit. carta de 11-7-99).

Ao fazer estas observações não posso deixar de reconhecer que o quadro foi pintado há 70 anos e que o conceito de justiça e o modo do seu exercício muito evoluíram de então para cá e ainda que o artista é um produto da época e do seu meio ambiente.

Está suficiente e sôbriamente iluminado como melhor convinha ao fim a que se destina e bem se enquadra no temperamento do pintor: é de lamentar, porém, que não esteja em sala de maiores dimensões, onde possa sobressair, dando pleno rendimento ao seu mérito.

A reprodução que se faz do esboço e do quadro e a publicação que também se faz—do teor das cartas do pintor e do parecer do juiz da comarca, oferecem a todos os que me lerem elementos importantes de interpretação, o conhecimento das razões que determinaram o pintor na sua concepção e a oportunidade de fazerem um julgamento próprio.

No referido catálogo da exposição da obra de Cândido da Cunha, há referência a um carvão pertencente a Joaquim Leite, intitulado «Estudo para o quadro» a Justiça (carvão), que deve referir-se ao que acabo de referir.



Diploma — Desenho de Antônio Cândido da Cunha

Apesar dos esforços que empreguei não consegui localizá-lo.

Para terminar informo que Cândido da Cunha desenhou o diploma dos prêmios que em 22 de Outubro de 1907 foram instituídos pelo benemérito Fortunato da Fonseca Meneres para os que, no ano lectivo de 1906-

-1907, se distinguiram no 1.º e 2.º graus, nas escolas primárias da Vila da Feira, cujos exemplares foram impressos nas oficinas do «Comércio de Porto».

Infelizmente o desenho não tem assinatura: sei serem da sua autoria pela referência que lhes é feita no «Progresso da Feira», número 172 de 27 de Outubro de 1907.

FOTOCÓPIAS DOS AUTÓGRAFOS DAS CARTAS DE
CÂNDIDO DA CUNHA E DAS OBSERVAÇÕES DO
JUIZ DR. COELHO DA ROCHA SOBRE O
QUADRO — «A JUSTIÇA»

Alfredo da Cunha
bibRIA

O crucifixo do quadro só pôde
ir na próxima semana. Não
tenho podido fazer pelo motivo
de andar ocupado com as
telações do meu novo atelier
construido recentemente.

Não prometto o quadro
p.º o fim d'esta mes, mas
com a sua assinatura a tra-
tar, provavelmente não le-

para' muitos dias além do fim
do presente mez.

A figura do fustão represen-
ta a segunda e importante do
meretíssimo fustão, e seu classifi-
camos banal. A mesma ideia
e' outra, no entanto, sepa-
ra o meu esboço, e satisfaz
plenamente.

Se culpe, meu che. aus

nao che too reprimido lica-

metratando, e creia me
de Me t.

Me. Art. o. 6.º de 1899

(assinado de Eusebio)

Porto, 11/7/99

fazer como obra que por todos
 os modos aguarde mas p^o com o
 tambem necessaria que mais se
 abrigem a fabelas de anjos
 todos.

Disculpe mas actas breves can-
 siderar as e creia com seu
 Am. Affto V^o do

J. J.
 Candido de Almeida

Cota 24 de agosto

J. J. de Almeida

Meu querido amigo

Longo tempo agozando mais a obra e
 J. J. de Almeida com muita pena
 e de todo o seu poder. O que se
 do p^o e de todo o seu poder. O que se
 J. J. de Almeida com muita pena
 te a obra geral. J. J. de Almeida
 e p^o de todo o seu poder. O que se
 que se p^o de todo o seu poder. O que se
 com muito estorço e com muito
 trabalho e com muito estorço.

Como ves a obra e a obra e a obra

um pouco encolada, e não de pé com
forma e indicações da meretriz.

Fez-lhe uma directa com a sa-

pada e não apanhada as taboas da lei.

Alto balancão sobre as pernas sobre um

degrau do estrado. O rosto ficou com

pletamente a descoberto. Se era com

segredo como tendo fe' dar-lhe uma

explicação auctora grave, um ha-

monia com uma attitude hiera-

tica, feita completa e mais feia.

Talvez lhe as olhas com um olhar

seu seria bom se não se apanhasse

as duas meias de cancheu como p
gera representando a justiça.

Nos quizes todavia, impor um

qualidade e' bom de auctore.

fe' bem de auctore e de auctore.

Nos que a paragem das e ger

parangato as feia parte meiz.

Bom seria, pois que o nome de

se auctore e com o seu meretriz

feiz. Dizendo-lhe que se por to

o meiz de setembro e' que prode

cancheu e trabalho.

Em tanto, immenso variedade

Tinha a barolady de olerolios o bho
barolado de barolado e crasquis jinto, e fesso
doe fova de curiol logo, que fessa, e repun
do, e fova de curiol de fova de curiol, e fova
pensando e ideia geral de curiol.

Lembra fova que seria camuflado
to got as boloncas na mo e esquerda de
figura, e os traboos de lei os fova de mo
na estrada, e curiol actualidade os bolon
cas

Assim respectivamente, mais a histo
ria, e fova a figura de curiol mais a
boloncas com a barolado de fova.

A actualidade de curiol e com de figura
tambem tem fova e fova e fova e fova
e seria sempre a fova de curiol e fova
medevariantes.

Logo como se os de fova na materia
e illustre a fova de curiol e que curiol
entender.

GUILHERME BRAGA

Por lapso deixei de me referir a um episódio que ligou o nome do poeta a esta Vila.

Como é bem sabido, a divulgação de «Os Falsos Apóstolos» provocou reacção no país criando-lhe muitos opositores.

A imitação do que fizera o cónego de Lamego, António Lopes Roseira, um farmacêutico desta Vila queimou, aqui, um exemplar daquela obra.

Um tal José das Chagas, em correspondência que publicou no «Diário da Tarde» de 25 de Setembro de 1871 (pág. 2), diz que o autor dos «Falsos Apóstolos» reagiu atirando ao farmacêutico «quatro quadras com quatro flexas eivadas».

Heliodoro Salgado, no prefácio da 2.^a edição daquele livro apenas publicou três daquelas quadras, omitindo a segunda.

No único exemplar daquele jornal que existe na Biblioteca Nacional de Lisboa está recortado o lugar onde os versos foram publicados.

Tu, bom homem, que sabes o mistério,
Torvo e fatal, das abortivas plantas,
Por um morto credor do cemitério,
Credor da igreja por mil cousas santas;

Tu queimaste na sombra o rude canto
Que ardente me inspirava a nova ideia,
Face a face com Deus no templo santo
Do eterno azul que sobre nós se arqueia!

Tu, de meus versos dispersaste ao vento
Desfeita em cinza a multidão sombria?!
D'alguém, d'alguém talves, n'esse momento,
Ria a caveira, sob a lagem fria...

O Dr. Vaz Ferreira no seu «Ferro-Velho» (Correio da Feira, número 2310 de 7 de Novembro de 1942), comentando este acontecimento, pergunta: — «Como é que o sr. José Chagas disendo que as quadras são quatro, nos apresenta três? Qual era o veneno que as

hervava? Seria o das plantas abortivas que fez o Sr. José Chagas não dar à luz a segunda quadra e substituí-la por pontinhos?»

Registo, mas não sei dar a resposta.

No mesmo artigo o Dr. Vaz Ferreira narra:

«O Guilherme Braga ainda esteve na Feira, hospedado na quinta das Ribas, em Fevereiro de 1874, quando escreveu um folhetim a respeito das quatro «soirées masquês»: as primeiras em casa do Dr. Manuel Bandeira, onde compôs as quadras «Rosas e ortigas», a terceira em casa do António Augusto Duarte Silva e a quarta no bonito palacete ocupado pelo Joaquim Eduardo de Almeida Teixeira, à esquina da praça do Dr. Roberto Alves, dono em seguida desse prédio, onde habita o volumoso tesoureiro de finanças».

A tudo isto tenho que comentar.

Não conheço aquele folhetim, apenas estou informado de uma «soirée masquês» em casa do Dr. Manuel Bandeira, assim como nunca ouvi referir as outras duas últimas.

A casa habitada pelo tesoureiro de Finanças (Felisberto Bordalo de Vilhena) não está situada na esquina da praça do Dr. Roberto Alves, mas na esquina da rua deste nome com a praça do Dr. Gaspar Moreira.

Finalmente, quero mencionar o que a respeito do poeta disse «O Primeiro de Janeiro» de 7 de Novembro do ano findo (1971).

Por ocasião da eleição da Madre Abadessa do Mosteiro de Avé Maria, que se elevava onde hoje está a estação de S. Bento, no Porto, realizavam-se aí festas denominadas **outeiros**, que ficaram célebres com o nome de **abadessados**.

A elas acorriam os mais afamados poetas repentistas «para recitar as suas poesias, glosando os motes que lhes davam freiras ou seculares».

Nas últimas que nele se realizaram, entre os doces, vinhos finos e licores que foram servidos, glosaram, além de outros, Guilherme Braga, Guerra Junqueiro e Manuel Vieira de Andrade.

Creio que o nosso poeta se sentiu bem naquele meio monástico, propício à inspiração do seu temperamento lírico.

Vila da Feira — Casa das Ribas

1971 - 1972

Novas achegas para a personalidade literária de Júlio Dinis e para a sua obra

Pelo Dr. António Tavares Simões Capão

Egas Moniz, na sua obra sobre este autor, informa-nos que **D. Ana Gomes Coelho da Silva teve sempre por seu tio a maior dedicação e a mais devotada estima. Que, após a morte do escritor, ela, seu irmão, o almirante Guilherme Gomes Coelho, sua esposa e seu tio, formaram um pequeno círculo em que o culto pela memória de Júlio Dinis era avigorado nas conversas de todos os dias.** ⁽¹⁾

Claro que não foram só estas as pessoas de família que continuaram a alimentar o culto pelo escritor, como já o demonstrámos em artigo nosso ⁽²⁾, uma vez que seu primo, Dr. António Zagallo Gomes Coelho, veio a possuir os livros da sua biblioteca.

Escrevemos então no nosso ensaio ⁽³⁾ que Anitas promovera uma edição das suas obras que levaram impresso na capa o nome de cada pessoa de família a quem foram oferecidos os volumes publicados: Alberto, Rosa, Laura, Beatriz, Eduardo e Matilde (vid. foto n.º 1). Dissemos ainda que seu primo viera a herdar a biblioteca do Autor, de cujos livros apresentámos dois exemplares que estão na posse de seu neto, Arnaldo Zagallo Gomes Coelho Duarte Silva.

Ora, relativamente à primeira parte das nossas afirmações, vimos fazer uma ligeira correcção, tentando esclarecer melhor o que dissemos: o conjunto das obras de Júlio Dinis saiu da tipografia «A Editora» — Largo do Conde Barão, 50 — Lisboa, em edições correspondentes, com o ano 1911 em todas as capas, variando numa das primeiras páginas entre 1909 e 1910. Assim, «As Pupilas do Senhor Reitor» apresentam 1911 e 1909, 14.ª edição, são prefaciadas pelo romancista portuense Alberto Pimentel, cujo artigo é precedido pela «Carta ao Editor» que serviu de prólogo à edição portuguesa de Leipzig, em 1875, levada a efeito por Brockhaus, da autoria do ilustre aveirense e erudito professor do Curso Superior de Letras, Augusto Pereira de Vabo e Anhaya Galego e Soromenho, nascido em Aveiro em 1834 e falecido em Lisboa a 9 de Janeiro de 1878,

insigne tipo de intelectual que defendia intransigentemente as suas convicções. «Uma Família Inglesa», com os anos 1911 e 1909, 9.ª edição, sem prefácio. «Poesias», 1909 e 1911, 4.ª edição com uma «Advertência do editor» e um prefácio de A. X. Rodrigues Cordeiro. «Os Fidalgos da Casa Mourisca», 1911 e 1910, 9.ª edição, com dois volumes reunidos num tomo, sem prefácio. «Serões da Província», 1911, sem data interior, 8.ª edição, com uma «Advertência» do editor A. R. da Cruz Coutinho. «A Morgadinha dos Canaviais», 1911, 10.ª edição. «Inéditos e esparsos», 1911 e 1910, sem indicação da edição, mas sabe-se que é a 1.ª, com «Palavras Preliminares» de Sousa Viterbo e uma carta do Visconde de Castilho dirigida a Júlio Dinis sobre o romance «Uma Família Inglesa» ⁽⁴⁾.

Partindo, pois, desta edição conjunta das obras de Júlio Dinis, dela teriam saído os volumes especiais, com o nome de cada um dos irmãos indicados e com o oferecimento exarado de Ana Gomes Coelho da Silva.

Foi-nos gentilmente permitido compulsar cada uma destas obras oferecidas a ROSA, verificando nós que sòmente o volume «Serões da Província» não possui a oferta interior manuscrita que, aliás, é igual em todas as outras. Nelas pegámos quase religiosamente, congratulando-nos com o actual possuidor pelo carinho com que têm sido guardadas através dos tempos. O conjunto tem o seu quê de delicado: capa mole cor de vinho, nalguns livros já desbotada, com gravura de flores dourada, em cuja base se ostenta o título de cada uma e a um terço da gravura o pseudónimo do autor; mais abaixo o nome ROSA também dourado, bem como a data ao fundo: **Junho de 1911**; já sabemos que na página inicial interior não há correspondência com as datas da capa, de acordo com as citações que fizemos atrás.

Damos em reprodução fotográfica a capa das «Pupilas» (foto n.º 2) e da página interior com a oferta manuscrita por Anitas (foto n.º 3); outrossim, uma

reprodução de uma fotografia do Dr. António Zagallo Gomes Coelho, mais jovem do que naquela que publicamos no citado artigo, e que é o ANTONINHO a que se refere na carta a Anitas, datada de Ovar, 9-8-63: «Chegou já de Coimbra o primo do Antoninho e por



Da esquerda para a direita, de pé: Alberto Lamas Zagallo Gomes Coelho e Eduardo Lamas Zagallo Gomes Coelho. Sentadas: Matilde Lamas Zagallo Gomes Coelho Picciochi, Beatriz Lamas Zagallo Gomes Coelho Picciochi, Laura Lamas Zagallo Gomes Coelho Picciochi e Rosa Lamas Zagallo Gomes Coelho Duarte Silva.

Fácilmente se deduz que as três primeiras irmãs casaram com três irmãos da família Picciochi de origem italiana. De todos os irmãos, Matilde, que é a mais nova, é a única que ainda vive. Rosa é a mãe do Sr. Arnaldo Duarte Silva, várias vezes citado por nós.

aqui está quasi sempre. Agora mesmo, 4 horas da tarde, já está nos Campos, onde dorme todas as noites». (5) Interessa acrescentar aqui alguns dados biográficos sobre esta personagem da família Gomes Coelho, que foi um pai bastante austero, sobretudo para com as filhas.

O Dr. António Zagallo Gomes Coelho, primo de Júlio Dinis, nasceu em Ovar em 6 de Junho de 1847, oito anos depois do Autor das «Pupilas», filho de António (ou José?) Gomes Coelho e de Rosa Zagallo Gomes Coelho, de Ovar. Formou-se na Escola Médica do Porto, posteriormente ao primo (6). Com medo à tuberculose, a doença devastadora da família, aceitou

um partido médico na Barquinha, onde exerceu clínica mais ou menos durante três anos, dedicando-se, depois do casamento, à agricultura. Casou com Maria Luísa Lamas, ao tempo filha do dono da Quinta da Cardiga, nas margens do Tejo, que pertenceu ao Convento de Cristo de Tomar. Foi pai de seis filhos, entre os quais Rosa Lamas Zagallo Gomes Coelho Duarte Silva, mãe de Arnaldo Zagallo Gomes Coelho Duarte Silva, residente em Nampula. Morreu em Vila Velha de Atalaia, concelho de Vila Nova da Barquinha, em 22 de Novembro de 1913. (foto n.º 4).

*

É do conhecimento geral que Júlio Dinis se mostrou fortemente atraído e impressionado pelo «Pároco da Aldeia» de Alexandre Herculano; mas recebeu também com júbilo «Os Contos do tio Joaquim» de Rodrigo Paganino, obra a que se refere na «Carta ao redactor do **Jornal do Porto** acerca de várias coisas, assinada com o pseudónimo Diana de Avelleda e publicada nesse jornal a 28 de Maio de 1864; volta a ser reproduzida em «Inéditos e Esparsos» (7) e alguns excertos ligados a este problema em «Júlio Dinis e a sua obra» de Egas Moniz (8). Fazemos agora uma transcrição mais longa para verificarmos em que conta tinha Júlio Dinis o seu colega médico e literato:

«Apareceu um finalmente, um livro, cujo autor abençoarei com todas as veras do meu coração. Infeliz! Morreu já.

A meu ver desapareceu com ele um dos mais prometedores talentos de romancista popular, que têm surgido entre nós. O autor era Rodrigo Paganino, o livro «Os Contos do tio Joaquim».

A imprensa havia recomendado pouco este livro (9).

Tem desses descuidos a imprensa. Li-o por isso sem a menor prevenção favorável. Mas era justamente um livro assim que Reine Garde pedia; é deste género de literatura que o povo precisa; é por esta forma que se resolve a importante questão das subsistências intelectuais, não menos valiosa, do que a que ocupa as atenções dos economistas.

... ..

Ora quando eu li o livro de Paganino pareceu-me encontrar nele justamente tudo o que debalde os críticos procuravam nos outros. Aquele, sim, era um livro verdadeiramente escrito para o povo e para as crianças. Livro em que a atenção se prende pela verdade, em que o gosto se educa pelo estilo, em que o sentimento se cultiva por uma moral sem liga, porque é a moral do decálogo e do evangelho; livro escrito segundo o programa estabelecido por Lamartine naquele belo prefácio da «Genoveva» e talvez mais

fielmente observado ainda por o nosso romancista do que por o próprio legislador.

Lembro-me bem que o li a um rancho de raparigas do campo e pude observar como elas o compreendiam sem custo. Não havia uma palavra que ignorassem, uma maneira de dizer que lhes causasse estranheza, as imagens faziam as sorrir pela exactidão, como sorrimos ao ver o retrato fiel de uma pessoa conhecida; não eram caracteres extravagantes, paixões excepcionais, situações inesperadas e únicas o que assim lhes absorvia a atenção; pelo contrário, era por aqueles personagens pensarem, sentirem e viverem como elas, que tanto lhes interessava o livro.

Foi uma grande perda a de Rodrigo Paganino! E, vejamos; aquele volume, escrito para se ler no campo, como eu o li, junto à fogueira que crepita no lar, sobre a ponte rústica que atravessa o ribeiro ou no degrau da ermida que, elevando-se no topo do monte domina a aldeia toda, passou quase despercebido no mundo das letras. Não suscitou esse murmúrio literário, que acompanha certas obras felizes, murmúrio em que se reúne o louvor à maledicência, a hipérbole laudatória à calúnia escandalosa, os guinados elogios às censuras exageradas. Foi um livro anunciado apenas, lido por poucos, comprado por menos, livro cujo autor não tem o seu retrato gravado na «Revista Contemporânea» e que portanto quem quer tem o direito de desconhecer.

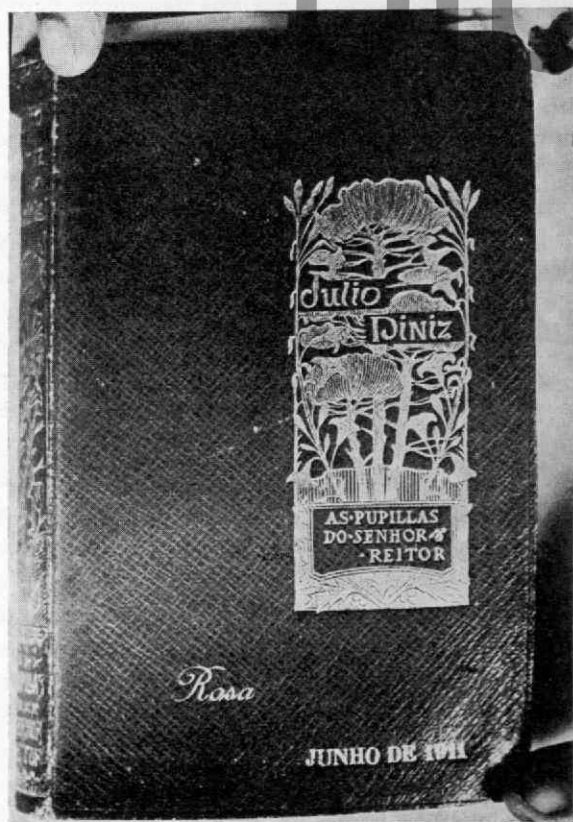


Foto n.º 2

E, apesar de tudo isso, aquele livro, como disse não sei a que respeito de não sei que obra, era alguma coisa mais do que um bom livro, era uma boa acção!

Aceitem-se estas palavras,— não a título de crítica literária—Deus me defenda de pretensões a esse género—mas como um tributo rendido à memória de um escritor infeliz, a quem sou devedora⁽¹⁰⁾ de algumas horas de incomparável prazer, que a sua leitura me proporcionou.»⁽¹¹⁾.

Fizemos intencionalmente esta longa transcrição, porque o autor, para além da crítica literária que faz ao livro de Paganino—embora não a queira considerar assim!—explana todo um programa que se encontra implícito na sua obra: uma tendência democrático-social em que a exigência da educação do povo se manifesta concretamente; a necessidade de uma moral baseada no DECÁLOGO e no EVANGELHO, donde tem que irradiar um conjunto de tipos humanos em que a bondade e a tolerância são obrigadas a aplanar caminhos; uma concepção de vida em que o homem, colocado no agregado familiar e rodeado de uma natureza sã só pode viver pelo amor manifestado em todas as circunstâncias, ainda que os defeitos venham à superfície, mas sempre com possibilidades de correcção; uma comiseração premente pelos infelizes; e um delicado mas generalizado humor crítico que faz sorrir com amargura e fere sem causar sangue.

Seja qual for a obra do autor que tenhamos presente, não lhe escapam estas características e não há dúvida de que ele era uma sensibilidade muito apurada.

Ora, para além das ideias expendidas e da intercomunhão de ideais, havia naturalmente uma coincidência temperamental entre Herculano, Paganino e Júlio Dinis. Não nos parece que a carta de Gomes Coelho a Alexandre Herculano, de agradecimento pela saudação elogiosa às «Pupilas»⁽¹²⁾ e pela oferta destas ao considerado mestre das letras pátrias, mostrasse a subserviência com que especularam alguns críticos mal intencionados. Herculano era homem capaz de, com sinceridade e abertura, apreciar e fazer um julgamento cabal da obra; e, quando fez isso, quando saudou o talento do jovem escritor, não foi por qualquer imperativo estranho ou de pedido; não precisava e, além disso, que razões há para denegrir o carácter do recolhido de Vale de Lobos? Por seu lado, Gomes Coelho ter-se-á sentido com razão lisongeado e, no entusiasmo da sua sensibilidade, agradeceu como o coração lhe ordenava; não há, pois, o rastejar de quem solicita benesses; há o agradecimento sincero e justificado de uma alma delicada que se via aplaudida por quem considerava de valor. Vale a pena, a este respeito, ler a carta de A. Soromenho a Brockhaus, de 1874, onde se faz uma ligeira apreciação do carácter de Júlio Dinis.

No balanço das críticas da sua obra, o número das positivas sobreleva em quantidade as menos favoráveis; mas foram estas totalmente prejudiciais? Não foram. Ajudaram a apurar a obra, até a dar ao autor uma noção mais exacta da sua responsabilidade literária; algumas, diga-se de passagem, foram mesmo justas.

Note-se também que não se entendendo com Camilo Castelo Branco, o aparecimento das «Pupilas» obrigou o grande escritor a curvar-se, como ressalta da carta que escreveu a Castilho, afirmando que **iam nova progenies** aparecia e que era altura de arrumarem as coisas para lhe dar lugar. Aliás Castilho, mestre puritano, não foi da mesma opinião.

O Dr. Egas Miniz chama a atenção para a crítica feita a este autor em geral e acentua que «o sucesso foi espontâneo, dizem os coevos e atestam-no os testemunhos insuspeitos da maioria dos seus críticos. Nem todos, porém, fizeram coro». (13)

Efectivamente, houve alguns que encontraram muito que apontar negativamente. Se Sampaio Bruno oferece um dos melhores ensaios críticos, um dos melhores estudos publicados sobre a obra de Júlio Dinis no séc. XIX (14), o mesmo já não se pode dizer de Andrade Ferreira (15), Fernandes Costa e Pinheiro Chagas, que, a propósito do estilo é rebatido — e muito bem quanto a nós — por Guilherme Braga. Mas há um dos grandes críticos desse mesmo século que também não alinhou com certos aspectos da obra de Júlio Dinis e que não tem sido indicado como de facto era merecedor, pois parece até ter passado despercebido: é Barreto Moniz. Nesta ordem de ideias, passamos a transcrever a crítica que extraímos de um dos seus ensaios:

«Não tendo nos olhos o estonteamento da visão, nem sentindo nas mãos o temor da paixão, Júlio Dinis pôde observar e descrever com verdade aspectos da vida e contornos de almas a que uma sensibilidade delicada e vibrante dava interesse e comoção. A sua convivência com escritores ingleses, psicólogos por educação e gosto, levou o mesmo a entremear as suas narrações de comentários em que a seriação dos pensamentos e as metamorfoses dos sentimentos eram objecto de observações exactas e finas. Incapaz, porém, de grandeza pela mediocridade dos seus talentos e dos seus desejos, excluído, pela pusilanimidade da sua imaginação, da pintura da realidade crua e feia, encerrado num optimismo de convenção e numa espécie de snobismo de felicidade burguesa e usando, além de tudo, de uma língua desleixada e pobre, a sua importância é secundária. Os seus romances são quadros amáveis em que sobre um fundo verosímil se movem figuras plausíveis, mas a timidez e as lacunas da pintura

impedem que sejam considerados como reproduções cabais da Vida Humana.» (16)

Barreto Moniz, que nem ao próprio Eça, de quem era amigo, agradou com o seu estudo crítico onde inclui este parágrafo, criando uma situação de afastamento entre si e o criador do nosso romance realista, não pode também agradar-nos. Se bem repararmos, descobrimos o velho sistema de crítica, começando pela apresentação das virtudes para depois se carregar a tinta dos defeitos! Na verdade, começa por apontar as facetas positivas, para, no fim do segundo período, afirmar que **a sua importância é secundária**, deduzida da **mediocridade dos seus talentos e desejos** e da utilização **de uma língua desleixada e pobre**; deste modo, enquadra-se na linha dos críticos negativos acima apontados; finalmente, conclui que os seus romances não podem ser **considerados como reproduções cabais da Vida Humana**.

Respeitamos as opiniões do prestigioso crítico, mas não as aceitamos, por não concordarmos, nem em relação a Júlio Dinis (negativas) nem em relação a Teófilo Braga sobre «Miragens Seculares», em que nos parece apresentar-se subserviente perante o seu antigo professor.

Da crítica que transcrevemos, concluimos, salvo melhor opinião, que Barreto Moniz não conhecia Júlio Diniz nem os ambientes e tipos descritos e se limitou a seguir críticas anteriores; observando bem, há uma certa contradição implícita que nos desagradava. Barreto Moniz estaria já profundamente integrado na escola realista, naturalista até, e daí torcer-se perante ambiências que o ferem pela pureza e simplicidade, por traços precisos, e em que se movem personagens envoltas por um amável clima de doçura que os espíritos agrestes e acicatados pela filosofia positivista insistem em não compreender. Fica, com efeito, **excluído da pintura da realidade crua e feia**, não por **falta de talentos**, mas porque, nas suas intenções, não havia lugar para essa crueza e fealdade. É quanto a nós um acto de vontade própria de Júlio Dinis, não de impotência literária ou intelectual, ou de insuficiência como quer Fernandes Costa.

Quanto ao facto de usar **uma língua desleixada e pobre**, lembramos a opinião de Andrade Ferreira ao afirmar que o seu estilo era **repintado e lambido**; poderíamos transcrever muitas outras frases em que se propõem denegrir a simplicidade e a facilidade de expressão; mas nós continuamos a preferir esta linguagem (não Língua) apreensível por todos, aos arrebicados jogos de conceitos dos críticos intelectuais; e consideramos que, na maioria das deficiências então destacadas, topamos nós muitas das suas vantagens e virtudes. Não se pense, no entanto, que ilibamos de defeitos toda a obra do nosso Autor; não; isso seria

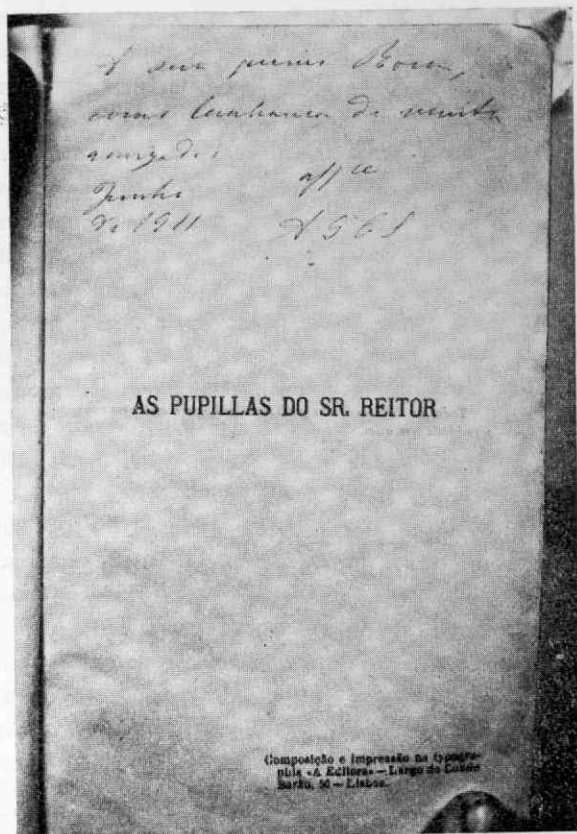


Foto n.º 3
A sua prima Rosa,
como lembrança de muita
amizade,
Junho
de 1911
office
A G C S
(Ana Gomes Coelho da Silva)

tomar uma atitude de repulsa pela capacidade dos outros e de desconhecimento de alguns passos menos felizes da sua obra; mas, como até nesses pontos ela se torna simpática e atraente, nós não queremos atinar senão com uma crítica equilibrada e justa, nada tendenciosa.

Eça de Queirós, aliás, não foi da mesma opinião nas «Farpas», ao pedir tréguas por um momento na sua cruzada de ironia; mas lastimou que Júlio Dinis não se tivesse tornado popular: «Tanto é o nosso mal que esse espírito excelente não ficou popular». Não acreditamos que assim fosse; a obra de Júlio Dinis já estava largamente difundida entre o povo como ainda hoje está. Eça é que não teria conhecimento disso. «As Pupillas do Senhor Reitor» são uma das obras mais divulgadas entre o povo português, como já confirmamos por meio de um inquérito nosso.

Com efeito, a resposta a todas as críticas que foram feitas a Júlio Dinis foi dada pela massa popular; poderão os intelectuais ter abandonado a obra por não corresponder às suas aspirações e julgá-la até comezinha; poderão achar nela grandes defeitos de

tessitura, de linguagem **raffiné**, com que se esconde muitas vezes o balofo da intelectualidade. O que é certo é que a obra de Gomes Coelho tem saído em edições sucessivas e os leitores sentem nela figuras e linguagem com que se identificam. Em verdade, não podem ser os actos violentos nem a realidade crua e feia o que os atrai; não é esse o vínculo que irmana; isso afasta. Porque é que «O Barão de Lavos» de Abel Botelho, que podemos enquadrar, à maneira francesa do Naturalismo, nos estudos amplos de análise de **Patologia Social**, como queria o seu autor, morreu? Porque é que foi restricta a divulgação desta obra quando o romance realista de Eça abriu caminho e venceu?

Qualquer resposta a estas perguntas traria consigo o desenrolar de variadíssimas justificações; mas para nós basta-nos isto: é que não podia sentir o apoio de um consenso comum porque não era portador de uma moral; ainda que nela se encontrem tipos verdadeiros, infelizmente, a obra é imoral e, mais do que isso, amoral. Teve que ser lançada fora da família portuguesa onde não encontrou nem podia encontrar lugar; melhor, a família portuguesa afastou-a do seu convívio propositada e deliberadamente.

O veredicto da crítica da obra de Joaquim Guilherme Gomes Coelho foi dado pelo povo. Por isso, o editor de «Inéditos e Esparsos»⁽¹⁷⁾ diz, em nota nesta obra, o número das edições e os milhares de exemplares saídos até 1900:

«As Pupillas do Senhor Reitor» ...	14 ed. — 28 000 ex.
«Uma Família Inglesa» ...	9 » — 16 000 »
«A Morgadinha dos Canaviaes» .	9 » — 14 000 »
«Serões da Província» ...	7 » — 12 000 »
«Os Fidalgos da Casa Mourisca» ...	8 » — 13 000 »
«Poesias» ...	4 » — 7 000 »

Estes números parece que nos dizem qualquer coisa. São bastante elucidativos. Eça de Queirós não tinha razão. Alberto Pimentel, em 1872, arriscara uma opinião que o futuro tem confirmado: «De Gomes Coelho só morrerá o homem; o escritor ficara».⁽¹⁸⁾

Este livro de «Inéditos e Esparsos» apresenta um conjunto de trabalhos verdadeiramente dignos de interesse pelo muito que nos dão a meticulosidade de Júlio Dinis, da sua maneira de pensar e agir quer do ponto de vista privado, quer do ponto de vista político-social e literário, quer do ponto de vista humorístico, sentimental e muito íntimo. É uma obra apaixonante para os estudiosos da personalidade do autor, pois que confirma muitas opiniões expressas a seu respeito

e nos revela facetas do seu carácter muito esclarecedoras.

Achámos a primeira parte do livro, isto é, a que apresenta as NOTAS do escritor, muito reveladora do seu método de trabalho: o «Índice das cartas literárias a propósito dos meus livros», o «Rendimento das minhas obras», as «Ausências», além de curtas transcrições de autores estrangeiros, ingleses e franceses, breves opiniões sobre críticos e críticas das suas obras, etc. — tudo isso faz parte de um espólio maravilhoso aí reunido, digno de estudo com maior profundidade.

A propósito das «Ausências» quero sòmente recordar aquelas em que menciona Aveiro — 1864 e 1867 — se bem que o autor se refira a esta cidade num maior número de cartas e nestas nos dê por vezes as suas impressões sobre a povoação e as suas gentes.

Para o aveirense menos dedicado a estas leituras, as suas citações terão o valor de curiosidades bairristas que o devem desvanecer.

Das cartas apresentadas na 1.ª edição de «Inéditos e Esparsos», duas são datadas de Aveiro (1864 e 1866); em seis fala da cidade ou refere-se a ela ligeiramente (5 de 1863; 1 de 1864).

Apresentamos cronologicamente as citações de algumas e, quando for necessário, faremos os comentários que acharmos convenientes; interessa desde já



Foto n.º 4

O Dr. António Zagallo Gomes Coelho, pujante de vida, numa fotografia pouco posterior à sua formatura.

saber que Júlio Dinis costumava deslocar-se e permanecer durante algum tempo em Aveiro — porque aí possuía uma pessoa de família, como veremos numa das cartas, — procurando o melhor clima para a sua doença.

Na carta datada de Ovar, 11 de Maio de 1863, dirigida ao seu amigo Custódio Passos, diz-lhe: «Falei aqui com o José Correia, que me pareceu um tanto arrependido de ter deixado Aveiro». Ainda a Custódio Passos, de Ovar, 11 de Maio de 1863: «Conto por toda a semana que vem partir para Aveiro.» e, quase na parte final da mesma carta, depois de escrever que está fatigado da monotonia das planícies, afirma: «— Uma montanha, pelo amor de Deus! // Aveiro julgo que é a mesma coisa. Se for ao Bussaco, o contraste deve fazer-mo apreciar ainda mais».

Na carta de Ovar, 14 de Maio de 1863, para D. Rita Cassia Pinto Coelho, sua prima e madrinha do baptismo, que ele trata familiarmente nas cartas por **Ritinha**, quase no fim, escreve: «Não sei quando partirei para Aveiro; em todo o caso escreva-me a Ritinha para aqui que é mais que provável encontrar-me ainda.» Ao seu amigo Passos, de Ovar, 16-5-1863, informa: «Para falar a verdade, nem sei bem o que me obriga a demorar-me ainda; é certo porém que, tencionando partir para Aveiro no domingo que passou, ainda para domingo que vem tenho um passeio projectado com a família Correia e não posso dizer em que dia da semana próxima seguirei viagem.» Ainda a Custódio Passos, de Ovar, 12 de Junho de 1863, diz-lhe a finalizar a sua carta: «Parece-me que já não vou a Aveiro. Um parente meu em casa de quem tencionava hospedar-me, tem de partir para Lisboa. Mandou-me dizer que ficava a casa às minhas ordens; ora isto é motivo para nem entrar na cidade, pois teria de aceitar o convite, o que, na ausência dele, me não convém.» E de Ovar, 3 de Julho, de 1863, escrevia-lhe ainda sobre o mesmo assunto: «Em primeiro lugar, desde que principiei a sentir que robustecia em Ovar, fui adiando a minha partida intimidado pelas descrições téticas que os facultativos daqui me faziam de Aveiro; em segundo lugar concorreram cartas de família em que se me pedia que me demorasse até que se pusesse em exploração o caminho de ferro, para me visitarem; em terceiro, a saída de Aveiro de um primo em casa de quem de tinha de hospedar, porque na ausência dele seria eu obrigado a aceitar a hospitalidade da família, que conheço pouco ou nada e, por isso, a viver pouco à vontade, condição indispensável para eu viver bem».

Note-se desde já que, no final deste trecho transcrito, Júlio Dinis não exprimiu bem as suas ideias, querendo dizer uma coisa absolutamente diferente do que escreveu; fez uma ligação de pensamento não de expressão, pois a **condição indispensável para ele**

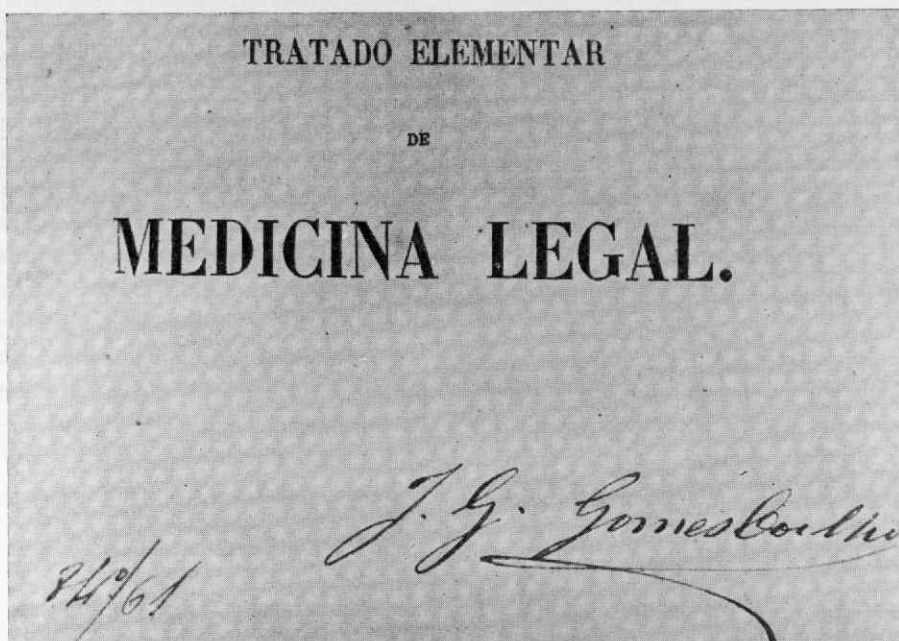


Foto n.º 5

viver bem não era o que lhe saiu da pena; e estes defeitos de escrita acontecem a toda a gente, quando se escreve sem preocupações de carácter literário a um amigo ou a uma pessoa de família.

As duas cartas mais interessantes sobre Aveiro são de 1864; a primeira, escrita de Aveiro, também a Custódio de Passos, dá-lhe conta das suas impressões sobre a cidade e do que pensa fazer. Vale a pena transcrevê-la quase na totalidade para regalo dos amantes de Aveiro:

«Aveiro, 28 de Setembro de 1864

Meu Passos

Escrevo-te de Aveiro. São 7 horas da manhã do histórico dia de S. Miguel. Acabo de me levantar. Acorde-me o silvo da locomotiva. Abri de par em par as janelas a um sol desmaiado que me anuncia o inverno.

A primeira coisa que este sol alumiou para mim, foi a folha de papel em que te escrevo; aproveito-a como vês, consagrando-te neste dia os meus primeiros pensamentos e o meu primeiro quarto de hora.

Aveiro causou-me uma impressão agradável ao sair da estação; menos agradável ao internar-me no coração da cidade, horrível vendo chover a cântaros na manhã de ontem, e imensas nuvens côr de chumbo a amontoarem-se sobre a minha cabeça, mas, sobretudo intensamente aprazível, quando, depois de estiar, subi pela margem do rio e atravessei a ponte da Gafanha para visitar uma elegante propriedade rural que o primo, em casa de quem estou hospedado, teve o bom gosto de edificar ali.

Imaginei-me transportado à Holanda, onde, como sabes, nunca fui, mas que suponho deve ser assim uma coisa nos sítios em que for bela.

Proponho-me visitar hoje os túmulos de Santa Joana⁽¹⁹⁾ e o de José Estêvão, duas peregrinações que eu não podia deixar de fazer desde que vim aqui.

A casa em que eu moro fica fronteira à que pertenceu ao José Estêvão. Há ainda vestígios das obras que ele projectava fazer-lhe e que, por sua morte, ficaram incompletas. Tudo isto se vendeu, e dizem-me por uma ninharia.⁽²⁰⁾

Cheguei a Aveiro um pouco dominado pela apreensão de que talvez viesse a ser infeccionado pelos eflúvios pantanosos da terra e cair atacado pelas sezões, circunstância que não obstante o colorido local que me havia de dar, nem por isso me havia de ser muito agradável.

Nada porém de novo me tem por enquanto sucedido, e continuo passando bem, e, o que é mais, engordando.

Tua mana continua melhor?

O Eugénio de quem fui companheiro de viagem de Ovar até Aveiro, deu-me notícias favoráveis dela e espero que melhor as daria hoje se a visse.» Etc., etc.

Como vemos, a carta dá-nos pormenores curiosos através de uma pessoa que sabia observar e para quem a região pantanosa em que foi edificada a cidade e que a rodeia não seria propícia ao seu estado de saúde. Tem o seu interesse.

A que escreve do Porto a Eugénio Luso, em 27 de Outubro do mesmo ano, dá-nos o pormenor atraente de imagens fixadas durante uma digressão, onde se completam as impressões sobre Aveiro e em que nos dá um tema seu preferido que irá fixar nas «Pupilas do Senhor Reitor» em 1866 (folhetins), ao falar da Chiquinha do João da Esquina, a **trigueira** dos versos de Daniel.

Vejamos esse belo passo da carta, em que recorda a excursão:

«A catástrofe do caminho na estrada de Pombal a Leiria, os esquecimentos e abstrações de Manuela Rey; as efusões de incómoda amizade daquele espi-rituoso alcobacense, os sorrisos da sua inocente patrícia; a cerveja de Bass, o arrebatamento amoroso do jumento que eu cavalguei; os percevejos da Batalha e a lâmpada romana que tanto sorria a seu mano Augusto, aquelas barbacãs arruinadas do castelo de Leiria, donde caíam pedras de instante a instante; tudo isto e outras muitas coisas se me renovam na memória, sem que as possam ofuscar as outras recordações, embora mais recentes, que me ficaram de Aveiro, da sua ria, do seu mexilhão, dos seus ovos moles e sobretudo das suas belas trigueiras. Porque de facto, não sei se concorda comigo, em Aveiro há trigueiras como em parte nenhuma.»

Por fim, como não podia deixar de ser, temos uma carta datada de Aveiro, 17 de Setembro de 1866, e dirigida à sua sobrinha Annitas que ele tanto estimava e com quem tão frequentemente se correspondia. É uma carta simples que fala de si próprio, do prazer de receber notícias dela, do interesse pela saúde das pessoas de família, do aniversário do Guilherme e da saúde do Alberto, cuja tosse anunciava a doença de família de que viria a morrer.

Vamos transcrever a parte inicial da missiva, por apresentar o único vínculo de pensamento com a cidade:

«Recebi a minha carta que me escreveste, inspirada por um pouco de mau humor imperdoável. Eu por aqui tenho andado e passeado com o fim de me curar, como um presunto. O certo é que graças ao vento, sol e ar do mar que tenho apanhado, estou negro, vermelho e feio de meter dó. Quando chegar ninguém me há-de conhecer.»

Depois das considerações que temos vindo a expor e de uma ou outra circunstância menos conhecida dos amantes da personalidade dinisiana, apresentamos seguidamente uma obra — «Tratado Elementar de Medicina Legal» — que foi manuseada por ele para a pre-

paração do seu Acto, como deduzimos de ligeiras anotações a lápis da página 437 e da data que firmou junto da sua assinatura na primeira página do «Tratado» e que interpretamos como 8/1.º/61. Da dificuldade de interpretação de alguns passos escritos à pressa, talvez ao ouvir a exposição do professor da respectiva cadeira, não nos podemos admirar, pois a nossa própria experiência nos diz o que, com o estudante Gomes Coelho, teria acontecido. Quantas páginas nossas, rabis-cadas em aulas universitárias, se tornaram para nós próprio difíceis de compreender, quanto mais para estranhos! Julgamos, no entanto, estar no caminho da boa interpretação.

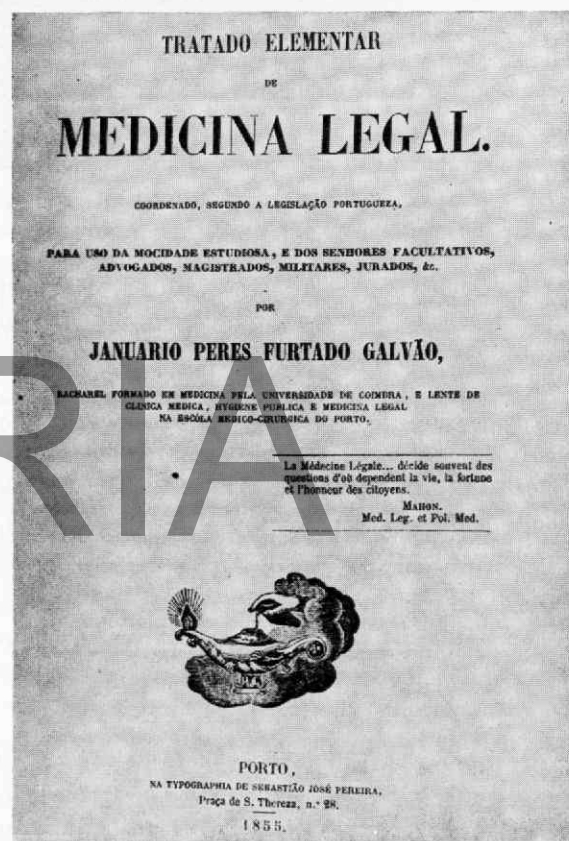


Foto n.º 6

Para além de tudo isso, confessamos a profunda emoção que nos abala ao folhearmos uma obra que sabemos ter sido objecto de leitura cuidada e de profundo estudo do nosso Autor, emoção que ficamos mais uma vez a dever à gentileza do Sr. Arnaldo Zagallo Gomes Coelho Duarte Silva.

*

Passamos, pois, a transcrever as ligeiras conside-rações que o manuseamento da obra citada nos pro-porcionou.

Galvão, Januário Peres Furtado — «Tratado Elemental de MEDICINA LEGAL — coordenado, segundo a legislação portuguesa, para uso da mocidade estudiosa, e dos senhores facultativos, advogados, magistrados, militares, jurados, etc.» Na typographia de Sebastião José Pereira, Praça de S. Thereza, n.º 28, Porto, 1855.

Da obra atrás citada vamos dar três fotografias:

a) Uma da primeira página com o **nome da obra**, com a **assinatura J. G. Gomes Coelho** e uma data comprovativa, talvez 8/1.º/61; o primeiro traço de separação entre o algarismo 8 e o ordinal 1.º fica ligado aos dois, o que é normal na escrita cursiva; um traço mais alto, completamente isolado, separa o numeral ordinal do ano: 61 (1861); e nós sabemos que era seu hábito datar muitas das suas cartas com os ordinais correspondentes aos números dos meses.

Como acontece normalmente com o tempo, a tinta da assinatura de Júlio Dinis e a data perdeu a cor inicial e apresenta-se acastanhada (foto n.º 5).

b) Uma outra fotografia com o título da obra, fins a que se destina, nome do autor e credenciais académicas, uma transcrição em francês de Mahon, um desenho da casa editora, a designação desta, localidade e ano da edição (foto n.º 6).

c) Uma terceira mostrando a lombada da obra em causa indicando dois autores — Galvão e Macedo Pinto e em baixo o número 1, o que indica que havia outros tomos; este é da autoria de Galvão, como se pode ver pela fotografia anterior (foto n.º 7).

A obra apresenta algumas anotações a lápis que nos afirmam ter sido compulsada por um aluno de medicina, neste caso o estudante Gomes Coelho.

Logo na folha de protecção à capa, encontramos, também a lápis, a seguinte definição: «Responsabilidade em geral é a possibilidade psichologica de julgar as nossas acções seg.^{do} as disposições das leis» (sic). E depois de parágrafo: «Respon. Médica = é a obrigação q. teem de responderem pelas acções que praticam em foro médico como perito» (sic).

Das falhas de português verificadas nestas frases, nada temos a dizer, pois correspondem ao rabiscar rápido a lápis, sem qualquer pretensão de pureza da língua; é um mero e ligeiro rascunho de utilidade prática e imediata.

Na página 94, no começo do **Capítulo Segundo**, surgem as frases, também escritas a lápis, **responsável como C** e **responsável como M**, vindo a seguir um conjunto de números citando artigos e parágrafos da lei em vigor a que na obra se faz referência. Nota-se a mesma despreocupação nos apontamentos.

Na página 291, a propósito do parágrafo «Ficam de parte as modificações, dependentes da decompo-

sição putrida dos órgãos, que são estudadas no Capítulo — Putrefacção na água —», anotámos que está riscada a lápis a expressão **no Capítulo** e ao lado, encontra-se o breve apontamento: /q.^{do} tratarmos.

Ao cimo da página 437, quase no início do **Capítulo Duodécimo — Exame Cadaverico** — há também breves frases de palavras abreviadas que pensamos ter podido interpretar. No topo, a largura da página está dividida com um traço de lápis ao alto; do lado direito, vê-se uma frase que não compreendemos bem a segunda palavra, mas que julgamos ser **ato** (acto); ora a expressão seria assim: **Para acto**. Do lado

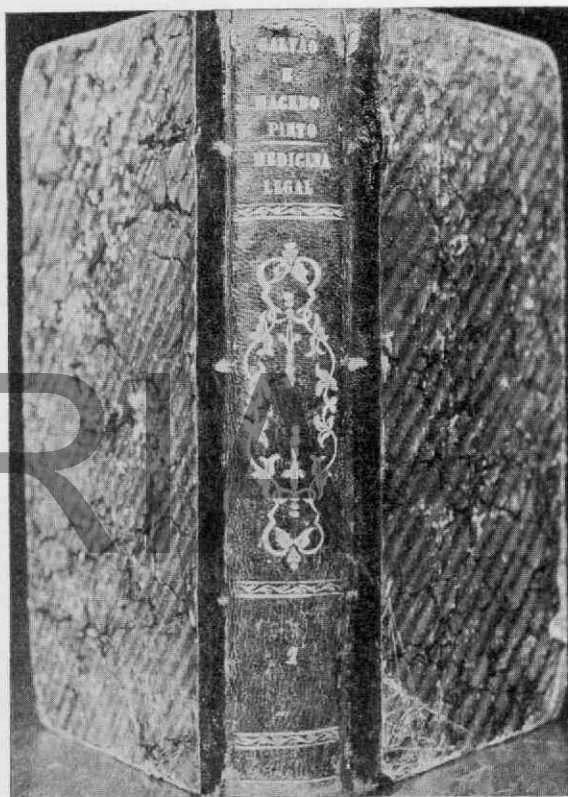


Foto n.º 7

esquerdo, encontra-se outra frase que lemos **Data de exame** — e por baixo **25 de Maio**. Na verdade, assim pode ser, porque Joaquim Guilherme Gomes Coelho formou-se em 1861 e só depois de se ter submetido a dois concursos de provas públicas é que ingressou, em 1865, na Escola Médico-Cirúrgica, como professor.

Ora o que aqui encontramos relaciona-se, quanto a nós, com a preparação para os seus exames finais do Curso Médico.

Sentimos um prazer indiscreto em acarretar mais estas ligeiríssimas achegas para a já grande fogueira dinisiana que continua a crescer a cada momento em

convívio acolhedor com Júlio Dinis; mas agradou-nos particularmente a presença de Aveiro nesta longínqua cidade de Nampula, através das suas cartas. Queríamos que todos, ao lerem estas notas, sentissem o mesmo júbilo que nos vai na alma, a mesma tranquilidade de espírito que vem do optimismo moral de uma obra que continua a ser viva e atraente.

Nampula, Páscoa de 1972.

NOTAS:

- (1) «Júlio Dinis e a sua obra», 1.º vol. 1924, p. 174.
- (2) «Júlio Dinis — o médico das almas simples», in «Aveiro e o seu Distrito», n.º 11, Junho de 1971, pp. 7-19.
- (3) Opus cit., p. 18.
- (4) Estranhámos que, no «Catálogo da Exposição bibliográfica de Júlio Dinis» — Inaugurada no dia 13 de Novembro de 1939, na Biblioteca Pública Municipal do Porto, véspera do centenário do grande romancista — Imprensa Portuguesa, Rua Formosa, Porto, 1939, só se indique, desta edição conjunta, a obra «Inéditos e Esparsos», na página 12.
- (5) «Inéditos e Esparsos», 1911, p. 291. O primeiro período citado na obra de Egas Moniz, vol. I, p. 152, apresenta o advérbio de tempo **já** antes do verbo e diz o **primo Antoninho**.

- (6) Corrija-se a minha afirmação, in «Aveiro e o seu Distrito», n.º 11, pág. 18.
- (7) Opus cit., pp. 182-195.
- (8) Opus cit., pp. 263-264.
- (9) Egas Moniz, Locus cit., não transcreve em parágrafo.
- (10) Entenda-se **Diana de Avelleda**, pseudónimo de Gomes Coelho.
- (11) «Inéditos e Esparsos», 1911, pp. 187-189.
- (12) «Inéditos e Esparsos», 1911, p. 327.
- (13) Opus cit., 1.º vol., p. 271.
- (14) «O romance rural», in «A geração nova», pp. 109-126.
- (15) José Maria d'Andrade Ferreira — «As Pupilas do Senhor Reitor — Crónica de aldeia por Júlio Dinis», in «Gazeta Literária do Porto», n.º 8.
- (16) «O Sr. Eça de Queirós — Estudo de psicologia», incluído em «Estudos dispersos», colecção, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves, Portugal Editora, Lisboa, 1963, pp. 50-51.
- (17) Opus cit., 1.ª edição, p. 26.
- (18) Opus cit., 1.ª edição, p. XLVI.
- (19) Maravilhosa obra de arte, feita de mármore embutido de várias cores, que se encontra no convento de Jesus e de que a cidade de Aveiro justamente se orgulha (a nota é nossa).
- (20) A casa onde nasceu José Estêvão fica situada na antiga Rua dos Mercadores, à direita, logo a seguir aos Arcos, mas pertencendo também à Rua José Estêvão. Na fachada, a Câmara Municipal mandou colocar, no dia 18 de Julho de 1889, uma lápida que ainda lá existe, com as seguintes palavras:
«Casa onde nasceu aos 26 de Dezembro de 1809 o grande tribuno parlamentar e benemerito cidadão portuguez José Estevam Coelho de Magalhães. Em honra de tão querida memória mandou a Câmara Municipal d'Aveiro fazer e colocar esta lapida por deliberação tomada em sua sessão de 10 de Fevereiro de 1887.» (A nota é nossa).

bibRIA

Cooperativismo — Pequena história — Sua evolução e dificuldades no mundo rural ligado à produção de leite

TRABALHO APRESENTADO NUM CURSO DE EMPRESÁRIOS AGRÍCOLAS

Pelo Eng. Agrônomo José Gamelas Júnior

Mais uma vez homens curiosos ou preocupados com os problemas económicos e sociais do mundo rural se reúnem para ouvir e debater temas da maior importância e acuidade, que visam a sua promoção profissional, indispensável à maior valorização e projecção na agricultura. E, no enquadramento do programa traçado, surge agora um sempre aliciente, porque contém em si um espírito vivo, que é fonte dinamizadora de pensamentos e de vontades: o Cooperativismo.

Há palavras que, por pouco melodiosas ou por circunstâncias que se desconhecem mas que inexplicavelmente inspiram dúvida, são marcadas logo à nascença e não conseguem livrar-se, pelo tempo fora, do ferrete que as macula e as tornam menos simpáticas, quando não mesmo repulsivas; e outras há, pelo contrário, que, também sem explicação, depressa encontram aceitação geral, talvez por infundirem simpatia, e são mesmo capazes de se constituírem em símbolo e arrastarem multidões, mesmo inconscientemente.

A esta, do Cooperativismo, supomos que ninguém lhe nega a magia de ter conquistado e continuar a conquistar o mundo, em todas as suas formas de desenvolvimento. Rios de tinta têm corrido a escrever-se sobre ele, desde os primeiros pensadores que se preocuparam com a sua doutrina — Robert Owen e Charles Fourier —, passando pelas experiências iniciais, como a dos Pioneiros do Rochdale, até às múltiplas e variadas fórmulas criadas num afã contínuo de adaptar o fenómeno cooperativo às exigências impostas pelas circunstâncias nos sectores da vida económica em que as cooperativas haveriam de nascer e proliferar e desenvolver-se.

«Fenómeno cooperativa», «Movimento cooperativo», «Doutrina Cooperativa», «Teoria económica de cooperação» ou ainda «Cooperação como Ciência Económica» — são expressões genéricas que se objectivam na base de um princípio de organização e de um espí-

rito próprio subjacente às suas diversas manifestações.

Como nasceu? Como foi aceite? Como se desenvolveu?

A resposta à primeira pergunta é fácil; encontra-mo-la na sua história, que é recente. Na verdade, a cooperação surge integrada no movimento de reacção contra os efeitos do liberalismo económico que se esboçou no século XVII e que teve a sua expansão e consolidação nos séculos XVIII e XIX. A liberdade consentida às forças económicas originou, ao contrário do que se supunha ou previa, um estado de desequilíbrio, que não permitiu benefícios em proporções uniformes aos participantes na produção e no crescimento.

O Cooperativismo nasce então como hipótese de solução para as deficiências do sistema.

Mas como foi aceite? Como se desenvolveu?

Teria sido por então negar a empresa e a economia capitalista liberal, e verificar-se que, com o recurso à associação, se permitia ao homem subsistir, escapando à miséria?

Teria sido por se apresentar como arma disponível aos indivíduos economicamente débeis, que procuravam elevar-se na sua condição e desejavam fugir à dependência e subordinação económica?

Teria sido por representar um princípio de organização económica iniciado a nível da produção e apoiando-se na iniciativa e colaboração activa dos próprios interessados, que se dispunham e dispõem a utilizar os meios em conjunto para satisfazer colectivamente as necessidades comuns?

Certamente que tudo concorreu para que o cooperativismo tivesse merecido a simpatia e fosse aceite pelas massas populacionais em ritmo espantosamente crescente, não sendo alheio a isso a chama da esperança que dele emana e que tão preciosa é a insatisfação humana, alimentada pelos frutos de exemplos, conhecidos aqui e além, e que beberam a sua doutrina.

A terapêutica generaliza-se. Com efeito, a partir dos fins do século XIX, a cooperação invade os domínios rurais, como meio de elevar uma lavoura desprotegida e pobre, ao mesmo tempo que também são pequenos comerciantes que a ela recorrem; a França é invadida, depois da primeira Grande Guerra, pelas cooperativas de habitação, como solução de tantos que não podiam suportar a subida das rendas ou construir casa própria; as cooperativas de consumo generalizaram-se velozmente entre os funcionários de magros proventos, chefes de família com pesados encargos, reformados e pensionistas do Estado; e os meios piscatórios também lhe abrem os braços. Neste particular aspecto, haverá que referir a existência curiosa em Portugal dos chamados **compromissos marítimos**, regulamentados por D. Manuel I, de conteúdo cooperativo ligado à produção, no domínio das armações de pesca, sobretudo no Algarve.

E, nos tempos modernos, se o desenvolvimento do cooperativismo se pode considerar como índice da evolução dos povos, na medida em que atinge a sua maior expressão nos mais adiantados, também nos países sub-desenvolvidos a sua praticabilidade é já vista como solução para o desenvolvimento das suas economias, de forma a poderem fugir à dependência atrofiadora exercida pela acção económica e política de países mais fortes.

É propriamente em Portugal, depois de um longo período de condicionalismos pouco estimuladores e de iniciativas dispersas e tímidas, podemos e devemos até reconhecer ser hoje inegável a sua expansão.

Contudo, poderá ele, entre nós, considerar-se garantidamente consolidado?

Creemos bem que sim, na medida em que a sua projecção é tal que constitui já uma força indestrutível e ocupa uma posição que se nos afigura irreversível.

Na verdade, se, por um lado, os tempos que vivemos são outros diferentes daqueles em que se selavam cooperativas de índole económica; se assistia impotente à oposição arbitrária movida abertamente contra elas, até mesmo por alguns sectores oficiais; e se se procurava inclusivamente eliminar a acção de uns tantos que teimosamente e com coragem por elas lutaram e se sacrificaram, sem medo de ameaças e de manobras concretizadas na transposição do tema para o campo político, a que não faltaria o estigma de comunista com que alguns foram apelidados; também, por seu turno, se pensa que a maior consciencialização que as camadas populacionais economicamente débeis vão tendo do que são e do que valem quando actuam ou se apresentam em grupo, alimentada ou revigorada pelo substracto da instrução, hoje em ritmo acelerado, permitirá ao homem português, através da via coope-

rativa, em franco desenvolvimento, maiores êxitos no confronto com o poder económico e estádios sociais mais equilibrados e de mais justa repartição.

Todavia, nem tudo correrá de feição ao movimento cooperativo português: algumas condicionantes hoje existem que podem limitar ou frenar o seu desenvolvimento, constituindo até causa de fracasso, num ou noutro caso. Vejamos algumas, com especial visualização, evidentemente, no sector rural:

1—Em primeiro lugar, entendemos que na base do cooperativismo está o cooperador, e com ele, o espírito, intenções, vontade e consciência com que adere à associação. O Cooperativismo, se é doutrina, é também uma vivência, porque obriga a uma conduta especial do indivíduo em grupo: é livre e abraça princípios democráticos, que pressupõe, todavia, a obrigatoriedade de limitar a sua liberdade por respeito indiscutível da liberdade dos outros, e, se é naturalmente cioso dos seus direitos individuais, não deve fugir nem discute os direitos da colectividade, de que dimanam deveres fundamentais para a defesa dos interesses comuns.

Até que ponto teremos nós atingido este estágio? Sem querermos considerar mesmo a fase de perfeição absoluta, que seria utópico em termos humanos, em que medida o nível médio do cooperador português se situa? Consentirá uma evolução franca do Cooperativismo, ou antes a limita ou mesmo estran- gula?

Supomos que não se ofenderão connosco se aqui afirmarmos que, em Portugal, na generalidade, temos Cooperativas—e já muitas—mas não temos coo- peradores, pelo menos em número que seja significativo e capaz de imprimir carácter ao movimento. Na maior parte dos casos o agricultor adere ao cooperativismo sem consciência da sua doutrina e da força que possibilita pela unidade de acção, apoiada no grupo. Em vez de procurar reforçar a unidade, como seu elemento operoso, trabalhando no seu interior para a projectar no exterior com mais valimento, é frequente vê-lo antes numa acção externa, como se fosse alheio ao grupo, minando e promovendo a desagregação do edifício, ao qual pertence. Parece paradoxo, mas é verdade incontestável.

Sendo assim, também se poderá perguntar: se não temos cooperadores, como é possível termos Coope- rativas?

A resposta está no critério de actuação usado. Se tivéssemos que esperar pela existência de cooperado- res, não sabemos se alguma vez teríamos Cooperati- vas, e, se as viessemos a ter, o atraso seria segura- mente tão grande que nos arriscaríamos a uma posi- ção altamente comprometedora, perante uma compe- tição acesa que já nem é europeia, mas mundial, onde

os alicerces rurais se fundamentam e têm como denominador comum, o cooperativismo, qualquer que seja o regime político dos países. Por tal razão, parece ter-se preferido a adopção do critério da constituição das cooperativas, mesmo sem cooperadores, por se pensar poder dar resultados mais rápidos e também porque seriam as próprias Cooperativas existentes a fazerem escola e a ajudarem no progresso do movimento.

De qualquer modo, não pode descurar-se a preparação do cooperador. Muito embora pensemos que há defeitos no indivíduo que, talvez por razões genéticas, não mudam, por mais aprimorada que tenha sido a sua educação e a sua formação cultural (sobejam exemplos desses), seria estultícia não considerarmos a educação como indispensável para levarmos o homem à condição de vivente consciente de uma sociedade cooperativa. Se ainda assim não conseguimos deixar de ter água no leite ou evitar a entrada só de uvas fracas ou podres nas Adegas Cooperativas, porque as boas ficaram em casa de cada um, seguramente que haverá muito menos água no leite e melhores vinhos naquelas.

2— Se permitem a nossa modesta opinião, o cooperativismo português, se de uma maneira geral não o considerarmos, para não ferir susceptibilidades, na fase incipiente, estará seguramente na de arranque, que, em alguns sectores, poderá ser tomado já como expressivo. De qualquer forma, porém, talvez pouco interesse tenha demorarmo-nos na apreciação do seu verdadeiro estágio, perante a certeza que temos de que atravessa um período de maior ou menor perturbação certamente produto de uma crise de crescimento que, à parte os aspectos negativistas que a informa, não deixa de ser útil pela purificação de ideias que proporciona e pela revisão de métodos de trabalho que obriga.

E uma das características predominantes de que ainda se não viu livre, é o amadorismo de que está impregnado. Sem querer ferir o espírito de carolice de uns tantos a quem se ficou a dever, pode dizer-se, a sua existência, e a quem não nos cansamos de render as nossas efusivas e justas homenagens de muito respeito e admiração, o que é certo é que o movimento cooperativo, depois de ultrapassar o estágio inicial em que se poderia justificar o regime de «meia bola e força», deveria consciencializar-se no sentido de se estruturar em moldes que permitissem garantia no embate competitivo que o aguardava e que já se sabia ser cada vez mais duro. Por amor da verdade, temos que afirmar que alguns sectores houve que assim fizeram, constituindo hoje empresas cooperativas válidas, com capacidade para exercerem a sua nobre e útil missão; mas também manda o mesmo amor pela

verdade dizer que muitos outros houve que se ficaram num passivismo comprometedor, sem vida prestimosa ou com uma actividade precária que, de índole cooperativa, só tem o nome.

Ora, não haverá quem friamente não reconheça que este condicionalismo é defeituoso, diremos mesmo que é pernicioso, porque trava seriamente o desenvolvimento do fenómeno cooperativo no país.

Ailás, é especialmente devido a este condicionalismo e à impreparação de cooperadores, atrás, focada, que se justifica, quanto a nós em larguíssima medida, toda a acção que o Estado exerceu e exerce junto das Cooperativas.

Referimo-nos especialmente ao caso rural, porque é nele que trabalhamos e, por isso, mais conhecemos. É certo que a sua acção não é muitas vezes bem compreendida por uns tantos que visualizam o problema à luz de uma capacidade individual, esquecendo o contexto geral. E, caso curioso, não raro se verifica o paradoxo de indivíduos que se apelidam de socialistas, pouco simpatizantes ou mesmo aguerridos contra a intervenção do Estado, quando todos sabem que, dentro do socialismo, tudo se desbobina segundo a sua orientação e intervenção directa; e também outros existem que conhecemos beberem na corrente capitalista ou neo-capitalista, que também desejam o afastamento do Estado do movimento cooperativo, talvez porque, sem o seu apoio, vêem nele presa mais fácil. No fundo, porém, julgamos perceber que toda a acção do Estado, como elemento coordenador da vida da Nação, quando apoia e incentiva o movimento cooperativo, justifica-se por ver nele uma arma poderosa de promoção e de equilíbrio económico e social, capaz de elevar o sector primário para níveis mais aproximados dos existentes nos outros sectores.

De qualquer maneira, todavia, julgamos poder afirmar que se não fosse a acção coordenadora, estimuladora e de apoio do Estado, o movimento cooperativo não tinha a projecção e mesmo a personalidade que hoje tem e não sabemos mesmo se teria valor que merecesse ser considerado como organização útil da lavoura no conjunto económico do país.

E não é que ele tenha sido paternalista, naquele conceito de auto-suficiência do patriarca, do chefe de família, que reivindica todos os riscos e responsabilidades, mantendo nas suas mãos as rédeas da Direcção. Nada disso existe ou já alguma vez existiu, se retirarmos, evidentemente, aqueles pouquíssimos casos em que a administração das cooperativas esteve ou está sob tutela, em regime de comissões administrativas.

Parece-nos antes que a designação de paternalista com que o vemos algumas vezes apelidado, deriva antes da tarefa frequente, tantas vezes ingrata, a que o movimento cooperativo o chama, de derimir ques-

tões entre os seus elementos. Como em todas as instituições humanas, onde o homem livre dificilmente encontra a fórmula de equilíbrio que advém da justa noção dos direitos e dos deveres, o cooperativismo contém em si o germen da desagregação, sempre pronto a contaminar o meio, se não fora a aplicação permanente de antídotos, a que o Estado é chamado como recurso.

Mas esta sua acção poderá ser considerada, verdadeiramente, de paternalista? Não será antes de moderadora ou não se assemelhará mais à de «bombeiro» que voluntariamente acorre a apagar incêndios que a incompreensão dos homens continuamente ateia?

Para além disso, porém, a sua missão tem sido a de apoiar, incentivar, mas também coordenar as acções do movimento (que nem sempre é fácil), já que ele próprio nunca o fez e é indispensável, e, para isso, promove cursos para instrução de dirigentes e preparação de cooperadores, concede estímulos traduzidos em legislação favorável e em concessão de subsídios e de financiamentos em condições vantajosas e assiste desinteressadamente quando é solicitado. E quando intervem mais profundamente na averiguação da rentabilidade dos investimentos, não poderá, em bom rigor, confundir-se essa actuação com outra ideia que não seja a de fiscalização, que se impõe naturalmente para salvaguarda dos dinheiros concedidos e do bem da comunidade e do movimento. E será especulativo qualificá-la desprimorosamente com adjectivos mal intencionados ou desajustados, **porque nunca se processa de forma a ferir a autonomia administrativa das cooperativas.**

3—Todavia, enquanto aquele condicionalismo defeituoso e pernicioso, que atrás se referiu, continuar a existir, tudo é possível acontecer: coisas boas e coisas más. As boas são naturalmente bem vindas; o pior são as más. São pretensões de cooperativas sem qualquer hipótese de vida económica, mas que servem para fazer barulho; é a falta de compreensão e consequente dissociação e conflitos entre as direcções e os membros das cooperativas; é o alheamento dos associados em relação ao funcionamento da empresa cooperativa, de que deriva, tantas vezes, a falta de representabilidade nas Assembleias Gerais; é a concentração da decisão pelo esquecimento da massa associativa, aumentando-se assim a distância entre o cooperador e o órgão de decisão, com as consequentes dificuldades em manter a harmonia entre as exigências do crescimento da empresa e o seu conteúdo humano; é a dificuldade, nas Uniões de Cooperativas, em ter pessoal qualificado, que a sua gestão impõe, por se regatear a concessão de vencimentos altos, que a sua competência exige; é mesmo a dificuldade em se

conseguirem funcionários qualificados que se disponham a aceitar a falta de compreensão e as contingências dos cooperadores mal esclarecidos e que, com e sem razão, tudo discutem, etc., etc.

Muitos mais exemplos podíamos citar, ditados pela experiência do dia-a-dia. Mas se julgarmos não serem suficientes, podemos ainda citar mais um caso, que, aliás, reputamos da maior importância entre os que travam ou prejudicam a evolução de fenómeno cooperativo: é o aparecimento, de quando em vez, de pessoas inexperientes, mas que declaram tudo saber e querem passar por génios e inconformistas, para fugir à rotina e servirem talvez de paradigmas. É preciso muito cuidado com eles. Regra geral, porque são narcisados e não sabem ouvir, quando actuam (e não lhes falta coragem para isso), sai «bronca» quase sempre. E o pior é que também, a maior parte das vezes, não reconhecem o erro, e logo se aprontam para cair e fazer cair noutra os que dizem defender. Advogam pela palavra uma doutrina, que é parente directa da democracia, mas na prática actuam com um individualismo feroz, com nítido desprezo pela opinião alheia dos seus comparsas.

4—À medida que o cooperativismo evolui, a partir da evolução das suas células, vai sendo cada vez mais exigente a qualificação dos dirigentes. E no nosso mundo rural, com uma capacidade de promoção tão relativa, tão falha de sedução que tem levado à fuga massiva das suas gentes, onde se incluem as mais válidas e que mais poderiam lutar pelo sector primário, é cada vez mais difícil conseguirem-se individualidades que sirvam funções directivas e queiram despir-se de individualismos para abraçar a difícil tarefa de trabalhar pelo bem comum, que bem pode não coincidir com o deles em especial.

5—Regra geral é notória a falta de acutilância da empresa cooperativa, na parte final da comercialização, em confronto com a empresa privada. Não é mal só nosso, porque é geral e atinge os países mais evoluídos, como na própria América do Norte.

É defeito sério deste, no movimento cooperativo, porque o afecta no cerne. Precisa de ser atacado de frente. Talvez por sua causa, surgiu recentemente legislação adequada que permite, dentro das condições que salvaguardam a posição das cooperativas, a formação de sociedades entre elas e as empresas privadas.

Cooperativismo agrícola português: apesar das deficiências que o informa, não há dúvida que é já uma força com que se conta na panorâmica económica e social do mundo rural, que vai ganhando personalidade, projecção e dimensão indomáveis, como se fora bola de neve a rolar pela encosta. Aliás, as suas próprias deficiências não serão sinal evidente de vida?

É, sem dúvida, vida que o homem lhe empresta tal como é, na sua permanente busca de resposta à sua insatisfação.

*

Após estas considerações genéricas, mas julgamos pertinentes, sobre cooperativismo, damos a seguir alguns elementos sobre o cooperativismo leiteiro, para dele tomarmos conhecimento da sua amplitude. E se, na sua análise, houver especial visualização para Entre Douro e Minho e Beira Litoral, perdoem-nos a falta, que não é sectarismo. Apenas deriva de ser ali que sempre trabalhamos.

I. Antes de mais, parece-nos útil dar uma ideia do valor relativo dos Distritos do continente, quanto à produção de leite. É o seguinte, expresso em percentagens:

1 — Aveiro	28,6 %
2 — Lisboa	19,9 %
3 — Coimbra	12,8 %
4 — Porto	11,0 %
5 — Braga	7,1 %
6 — Viana do Castelo	5,2 %
7 — Évora	4,8 %
8 — Portalegre	3,0 %
9 — Santarém	2,0 %
10 — Leiria	1,8 %
11 — Setúbal	1,7 %
12 — Beja	1,6 %

E no que respeita aos Distritos da Beira Litoral e de Entre Douro e Minho, verifica-se o seguinte comportamento, em percentagem:

Beira Litoral

Aveiro	69 %
Coimbra	31 %

Entre Douro e Minho

Porto	47 %
Braga	30 %
Viana do Castelo	23 %

Conjunto da Beira Litoral e Entre Douro e Minho

Aveiro	45 %
Coimbra	20 %
Porto	17 %
Braga	10 %
Viana do Castelo	8 %

II. Há, no continente, 4 Uniões de Cooperativas, que agrupam cerca de 35 cooperativas, com alvará instituído, das quais 8 ainda não entraram em funcionamento.

Reportando-nos ao Noroeste (Beira Litoral e Entre Douro e Minho) o cooperativismo leiteiro pode esquematicamente ser assim traduzido: 2 Uniões com 13 cooperativas activas agregadas, da forma que se segue, a que se junta a data do alvará:

	(Data do alvará)
a) União das Cooperativas dos Produtores de Leite de Entre Douro e Minho	30/ 6/949
— S. Romão do Neiva	10/ 9/948
— Ribeira do Neiva	7/12/931
— Esposende	19/ 7/952
— Braga	17/11/955
— Póvoa de Varzim	1/10/948
— Vila do Conde	27/10/948
— Paços de Ferreira, Lousada, Pa- redes	4/ 9/950
— Vila da Feira	18/11/948

	(Data do alvará)
b) União de Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Mondgo	15/ 6/962
— Vale do Vouga	10/ 2/949
— Sanfins	27/ 1/937
— Arouca	17/ 4/944
— Oliveira de Azemeis e Ovar ...	14/ 2/944
— Aveiro, Ílhavo e Vagos	21/ 1/949

Repare-se que todas estas cooperativas, com excepção das de Sanfins e Vale do Vouga, cujo funcionamento, embora irregular e descoordenado, datava já do ano de 1924, e ainda a de Ribeira do Neiva, foram, todas elas, fomentadas e apoiadas pelos Grêmios da Lavoura, dentro, aliás, do espírito da lei que os criou (Lei n.º 1957 e Decreto-Lei n.º 29 494).

Bons tempos esses em que os mais responsáveis da Lavoura viviam e agiam com inteiro espírito de unidade e fraternidade, dando-se as mãos na luta para a concretização de objectivos com vista a uma maior dignificação e valorização do sector primário. As dificuldades de proselitismo e do trabalho no campo do cooperativismo, nos anos de quarenta e até de cinquenta, eram tais e tantas, que nos atrevemos a afirmar que todo esse fomento só pôde ser feito, porque havia pleno entendimento nos homens da Lavoura, e não lhes faltava espírito de cruzada e tantas vezes de emulação. As jornadas cerealíferas e leiteiras, realiza-

das em 1963, foram bem testemunho e espelho desta ambiência.

Quão diferente é hoje o comportamento dos seus responsáveis, que o são ou são tidos com tal? Lamentavelmente é cada vez mais fundo e largo o fosso que desfez a unidade da Lavoura, fosso que nasceu, não por diversidade de doutrina, mas apenas por divergências entre os homens que dirigem o cooperativismo agrícola, que são poucos, e os que trilham a via cooperativa como meio de defesa económica. E todos julgam estar na posse da verdade e a trabalhar em proveito da Lavoura, quando é certo que esta é mártir e vítima desta luta intestina que prevalece não por ela, mas para defesa de falsos prestígios e outros interesses.

São assim os homens... é assim o mundo...

Apesar de tudo, aquelas duas Uniões e as suas cooperativas, que tiveram um início muito difícil e muito precário, mercê de circunstâncias várias próprias da época em que nasceram e começaram a viver, onde se inclui o confronto terrível com a indústria privada, que tudo fez para as aniquilar, começaram a projectar-se a partir de legislação adequada que as apoiou (Decretos-Lei n.ºs 39 178 e 47 710, respectivamente de 20-4-953 e de 18-5-967). E hoje, embora em fase ainda modesta no enquadramento da economia leiteira do país, são unidades, todavia, com preparação suficiente para darem o salto e assumirem posição efectivamente relevante no sector rural que dominam.

III. Para se fazer uma ideia do salto dado pelo cooperativismo leiteiro no noroeste do continente, bastará referir que o movimento de leite recebido e respectivo valor, observado em 1948 e 1971:

Anos	Entre Douro e Minho		Beira Litoral	
	Litros	Valor à produção	Litros	Valor à produção
1948	360 000	684 000\$00	1 211 500	2 278 500\$00
1971	25 650 000	71 820 000\$00	16 558 000	48 019 000\$00

Actualmente, a relevância das cooperativas, na recolha do leite, é definida da seguinte forma: em relação às áreas onde actuam, é de 98 % na Beira Litoral e de 76 % em Entre Douro e Minho; e em relação à área total de cada uma das Federações, aquela percentagem é de cerca de 20 % na primeira e aproximadamente 43 % na segunda.

IV. Outros elementos curiosos e dignos de interesse, de carácter geral, são os de natureza económica, que nos dão a conhecer a importância da Beira Litoral e de Entre Douro e Minho no sector da produção de leite, referente a 1971:

Beira Litoral

Litros de leite produzido	90 748 357
Valor	254 095 399\$00
Número de produtores	23 208
Litros p/ produtor	3 910
Escudos p/ produtor	10 948\$00
Número de vacas	34 198
Vacas p/ produtor	147
Litros p/ vaca	3 317
Investimentos	3 068 672 000\$00

Entre Douro e Minho

Litros de leite produzido	82 460 326
Valor	220 993 673\$00
Número de produtores	24 800
Litros por produtor	3 440
Escudos p/ produtor	8 911\$00
Número de vacas	36 270
Vacas p/ produtor	146
Litros p/ vaca	2 843
Investimentos	2 537 165 000\$00

Neste contexto, a produção da Beira Litoral (área da Federação) em relação ao continente, e, dentro deste, apenas as áreas onde a recolha está organizada, tem 35 % do leite e Entre Douro e Minho (área também da Federação) ocupa o lugar que lhe é conferido pela percentagem de 32 %, o que equivale, para as duas, a posição representada por 67 %.

Para finalizar as nossas considerações, desejáramos que delas principalmente ressaltasse esta ideia: o movimento cooperativo agrícola no país estará numa fase crítica de transição. Vem até nós e é-nos ofertado um edifício construído com muitas dificuldades, contendo em si, naturalmente, muitas deficiências, a par, também, de virtudes. Aceitamo-lo tal como ele é e tal como está, e lembremo-nos que ele não existiria se não fosse um punhado de indivíduos que sacrificaram a sua vida, alguns em plenitude, por um ideal que souberam concretizar. A melhor homenagem que lhes podemos prestar é o respeito e reconhecimento e indesmentível gratidão pela dívida pessoal que fizeram, desprezando família e haveres e ganhando inimidades, pelo bem da classe.

Desta aceitação e reconhecimento por uma obra que existe e é positiva, partamos para nova etapa evolutiva, como se fosse um desafio à geração actual. Saibamos merecer o que nos foi legado, fazendo mais e melhor. Assim, será certa a vitória.

Estes cursos, um dia iniciados com tanta visão, são armas que vos são concedidas para uma marcha de vanguarda. O movimento cooperativo e o mundo rural português muito esperam de vós.

Breve digressão pelos costumes aveirenses tradicionais

Por Eduardo Cerqueira

Jornalista e publicista

Vaga e lata matéria, neste ensejo me propus para disreterear, «**corrente calamo**», sem cabedal de erudição, pois ocasional excursionista em matérias do domínio da etnografia, e eu próprio a distanciar-me das consuetudinárias propensões dos meus conterrâneos — **cagarréus, ceboleiros e bicudos** — das gerações passadas ou da minha meninice já remota.

Prescrever-me-ei a um tema de estreme sentido aveirense: aos costumes de uma terra que, ainda, ingloriamente, tenta perseverar nalguns predicados e tendências próprias, mas, na cola das mais volúveis ou permeáveis, arrastada na avassaladora corrente planificante e uniformizadora, as vem adulterando, degradando e proscrevendo à dissolução, ao abandono ou às delidas lembranças.

Os costumes autóctones, de criação local, ou os aceites e afeiçoados ao estilo aveirense, pareceriam, porventura, tão funda e irremovivelmente integrados na vida social da cidadezinha desabafada e radiosa, desta terra de gente que remava ou remara, e se tisonara ao iodado sol dos esteiros, cales e praiões da laguna, muito mais do escorreito povo e de uma empreendedora classe burguesa, a que o Vouga e o mar abriam caminhos de tráfego mercante e onde a aristocracia, embora numerosa, nunca lançou as raízes intransplantáveis, afigurar-se-iam tão arreigados no povo vinculado, perpetuizado, como os caracteres geopaisagísticos mais identificadores e insinuantes.

E, todavia, esses como que genes telúricos de colectiva hereditariedade, vão sendo submergidos pelas caudalosas correntes, na miscigenação ou na invasão por múltiplos meios dos elementos dominantes da cosmopolitização, absorvente de todas as singularidades. Vão desaparecendo e deixando vazios.

Memorizam-se já, nesta hora, mais do que se exercem. Flores emurchecidas, ou despertadoras de enterrecidas recordações — entre folhas de albuns conservadas, mas esquecidas — avolumam as cargas que em

nossa capacidade de reminiscências vinculatórias e sensibilizadoras, constituem as lembranças e as saudades, o que passou e apenas se evoca.

Os costumes representam permanência, mais ou menos dilatada, um agarrar-se no tempo e furtar-se-lhe à fugacidade e, assim, um legado e património. O dia de hoje caracteriza-se pela instabilidade, por movimento renovador, e pela osmose do que a industrialização e a sugestão por via dos meios de comunicação — tão benfazejos na generalidade das consequências — e a propaganda, com suas insinuações predeterminadas, se interpõem às nossas faculdades de opção, e impõem nos gostos e nos hábitos cada dia mais universalmente uniformizadores.

E, no entanto, neste mundo — agora, certamente, em menor grau, mas ainda como há mais de um milénio, quando Aveiro nasceu —, na Terra existem terras e sítios. As terras são os sítios habitados, onde os homens se estabeleceram e lançaram raízes no solo. E deram frutos. São sítios onde os homens se fixaram e nasceram outros homens. Que, a terra deserta, nunca é uma terra, mas um sítio: geografia física e não geografia humana.

As raízes lançadas pelos homens transformam a fisionomia do solo meramente orológico, infiltram-lhe o que deles transpira — suor e alma — animam-no, caracterizam-no. Infundes-lhes o solo, por processos ecológicos, alguma sua peculiaridade influencia-os pelo clima, a alimentação que directamente lhes prodigaliza e o género de trabalho que lhe faculta.

A mesologia é mista. Resulta da terra e simultaneamente da permeabilidade da gente que a habita; da receptividade e do modo como responde às suas suscitações e, assim, do que lhe transmite. O seu reverso actuante provém do que se generaliza nos membros da comunidade que nalgum trecho do globo se radicaram, e, como agregado, unidos por laços de solidariedade,

medraram como unidade gregária, integrante mas diferenciada.

A mesologia processa-se como um fenómeno receptivo e um eco. Como uma satelização, que se alimenta da luz alheia e a reflecte, com suas faculdades próprias de espelhar e dar novos rumos e diversas intensidades aos raios luminosos incidentes.

Aveiro, a cidade que nasceu, como uma tremonha de sal marinho, da laguna em gestação, reverberadora de luz, apegadora dos operosos marnoteiros originários — como o cristal do cloreto de sódio é a concentração do que à água do mar eles extraem, com o travo picante e o ressaibo de uma fisiologia alentadora, se não um diferenciado animismo da própria linfa mineral.

Aveiro era um vago lugar no mundo, diferente mas ainda não humanizado, aqui há pouco mais de um período milenário, que convencionamos atribuir à sua nascedoura.

Tinha água — que, insistimos, é espelho — e sedimentava-se com os resíduos da terra arrastada, ou pela erosão das rochas serranas, que em suspensão outra água carreava. Era lodo e argila branda. E desse barro, dessa matéria maleável se moldou e se tornou habitáculo para os homens vindos das regiões da serra ou das velhas praias da costa, estabilizada e, como a montanha, firme.

Capturariam na água o peixe, usando de artes incipientes ainda não adaptadas às novas condições e, quiçá, a patinhar nela, caçariam as aves aquáticas migratórias, afluídas ao acidente lagunar em formação.

Com ela, a água marinha que o cordão litoral crescente abraçava, produziram o sal — a faina de todas a mais influente na fixação do homem, na sobrevivência do povoado e na própria paisagem rasa, onde, apenas, como tendas, nas eiras, de chão mais firme, acampam os cónicos montes, brancos como as velas e as asas, e cintilantes.

Dessa protohistória alvariense ficariam a lição e os vestígios vocabulares dos árabes — introdutores ou não da salicultura nesta costa marinha — que pela península investiram até paragens nortenhas.

E, então, com rudimentaríssimas moradias — por maioria de razão ainda mais sumárias do que as referenciadas por Marques Gomes,⁽¹⁾ em relação a meados do século XV, na área hoje abrangida pela zona ribeirinha da freguesia da Vera-Cruz, construídas de adobos de lama e cobertas de colmo — se estabeleceram uns quantos homens animosos, para grangeio de nova vida de maior proveito.

Então criaram a Alavarium medieva, paupérrima, formada de casebres, cujas cérceas — se é cabido o hodierno termo da nossa arquitectura urbanística — não excederiam os cumes dos montes de sal das safras

normais, e, na área, não excederiam as «mulas» dos mais vastos malhadais.

Foram esses os nossos ascendentes mais remotos, vindos de algures, de raça não determinada, gerescedores da grei aveirense a que podemos chamar indígena. Os filhos desses pioneiros da nossa característica actividade de amanho das salinas, vieram já parturejados alvarienses, e, primeiros de nascimento, pela primeira luz que os olhos lhes captaram, e pelo primeiro ar salgado que nos pulmões lhes penetrou, e lhes enrubesceu o sangue e lhe entrou no coração e os tornou tributários de algum sentimento de adesão à terra.

As casas cobriam-se de colmo, talvez da própria bajunça com que das chuvas dos Invernos se protegiam os cónicos montes de sal. Cobriam-se do colmo que nascia, espontâneo e abundante, nos terrenos alagadiços recém-formados. Só com o andar dos tempos, a incipiente capacidade artesanal — já que seria pretenciosa impropriedade empregar em relação a essas remotas épocas termo tão dos nossos usos como que é a tecnologia — aproveitaria o barro do ao redor da moradia rústica para produzir a malga do caldo e a telha. Só com esta colocaria a primeira nota avermelhada no ambiente onde dominavam os tons verdes, de larga gama, tenros ou secos, e tão só se evidenciava nos róseos arrebois ou nos escarlates dos poentes — esses mais remotos que a Pelagia Insula que se tem visto coincidir com o advento da formação lacustre que, centúrias de anos após, tomou o nome de Ria de Aveiro. E adoptou esse crisma da Ria, que é legenda dos nosso cartazes, espelho do nosso narcisismo bairrista e nosso «slogan» sintético para proclamação de divulgadoras aliciações, e satisfaz a nossa ufanía glóssica para a designação e fixação nas retentivas, nossas e alheias, dessa primacial fonte de beleza e riqueza.

E pouco importa se, por analogia não muito rigorosa com outros complexos aparelhos hidráulicos naturais, que não estamos obrigados, cidadãos comuns, aveirenses-homens da rua a acompanhar os geógrafos que velam pela austera e estrita propriedade terminológica da sua ciência.

O sentido estético da linguagem e a consagração do uso sobejariam para uma adopção perene e inalienável, e para uma cabal justificação semântica. E uma coisa são os cientistas com seus rigores e definições, e outra nós, que, se não fizemos, baptizámos, e deste costume e gosto, e espírito afectivo de família de dizer Ria de Aveiro, não abdicamos. Seria como que uma abjuração. Raul Proença o notava uma vez a um dos mais ilustres e prestantes aveirenses deste nosso século.

A evolução do mais que milenário povoado lagunar — Ria é substantivo feminino, de que ainda se não parturejou um adjectivo condigno — o seu processo longo de formação e configuração multi-pseudópica,

está cheio de soluções de continuidade, no que chegou ao nosso conhecimento documental ou à nossa inteligibilidade.

Sabemos, todavia, de ciência certa, largamente evidenciada e comprovada, ser o sal um produto essencialmente comerciável. Para temperos, para salgadas de carnes e peixes—exclusivos modos de conservação antes das aplicações generalizadas do frio—para curtumes, e para a ministração do sacramento do baptismo—ao menos anteriormente às dissaboridas que os tempos de hoje, simplificadores, redutores dos actos da vida à expressão mais desnudadamente simples, trouxeram à nossa comodidade.

Ora, como o sal de Aveiro—repare-se—através de todos os séculos da história nacional, se baptizaram, na generalidade, os habitantes de todo o norte do País, e de larga parcela das Beiras. Nesta nação de cristãos essa cooperação aveirense, em consagrá-los como tal, foi constante—e creio que nunca assinalada.

Mas o comércio é troca, corrente de vai e vem, como as nossas marés, que, em cada dia, levam a água poluída, ou destemperada com a dos rios, a água venosa ou desatonizada, e no-la devolvem depurada e revitalizadora.

As mercadorias são conduzidas por homens que andam de lá para cá, e regressam, como o aquilino Malhadinhas—«Aveiro vai, Aveiro vem!...»—símbolo de almocreves, hoje motorizados. Alguns estanceiam e permanecem.

Os homens, efectivamente, vieram da serra ou de outros locais de chão firme, como os materiais arrancados ao solo, que o rio carrega, deposita e sedimenta. E com eles germinou e medrou a terra—a terra com gente identificada, com uma personalidade colectiva própria, de gestação e apropriação assimilada.

A terra foi-se personalizando e criando história, dando nova e naturalizada feição aos usos confluentes de diversas proveniências, ajustando-as ao ambiente, e radiculando e reamoldando, e forjando tradições e modas, e estilos.

Salineiros, os alavarienses dos primórdios da povoação originadora de Aveiro, algum dia tornaram festiva a «botadela» das marinhas—a passagem decisiva da fase preparatória para o início da produção do sal.

Celebrariam nesses longínquos tempos, ou coevos da famosa Condessa Mumadona, ou, provavelmente, já precedentes, apenas a congratulação por haverem atingido o momento retribuidor de obter o proveito concreto de um cansioso trabalho prévio? Ou representaria esse acto simbólico e jubiloso, qualquer espécie de ritual propiciatório, com cantares e danças, farta refeição e abundantes libações alegradoras?

É tão contingente, tão dependente das volúveis condições meteorológicas, cada safra salineira, que

não será presunção excessivamente ousada admitir tal conjectura.

Para essa prática costumeira, subsistente mas em decadência, não se encontra similar em qualquer fase inicial do amanho agrícola da região. Verificamos manifestações de regozijo nas alturas das colheitas. Quando ainda se não colheu o produto do trabalho, só na salinagem.

Aí se encontrará, porventura, o mais remoto dos costumes locais. E esse, persiste, ainda que desbotado de colorido, com decrescida alegria—que o marnotear perdeu prestígio e aliciação, e já não dá salário que compense. Repare-se, salário, com o consabido significado de remuneração do trabalho, a partir do sal. Do sal e nem sequer do pão.

Nos primeiros lustros deste século vertiginoso, a «botadela» era ainda festa, dia de lida tensa, afanosa, célere, contra-relógio, de suar as estopinhas e deitar os bofes pela boca fora, de esforço extenuador; mas dia de triunfo, de alegria efusiva, de solidariedade e comunhão. Era o chegar à meta, na primeira grande etapa de uma corrida.

Um escritor aveirense—tipo, talvez, do que, com muitos motivos de injustiça, se convencionou acoimar irónicamente como «literato provinciano»—descreveu o «botar» da marinha, com pormenor vivaz, num dos seus contos de mais flagrante sabor local.

Um marquês tomara-se de amores por uma tricana, uma dessas beldades já lendárias da genuína casta aveirense, popular e patriciã, que, nos momentos de lida intensa da marinha amanhada pelo pai, se dobrava em «salineira». Sem esforço se identifica o titular de alta estirpe que o inspirou, e cuja morte súbita ficou como que a sugerir suspeitas de um drama passional.⁽²⁾

Chamava-se Ermezinda essa rapariga «de talhe esbelto, graciosa, de olhos húmidos e meigos», dotes naturais a que juntava «um donaire sedutor, uma especial fascinação que ressaltava do seu gosto fino, quase aristocrático».

Em largas pinceladas que o decorrer do romancezinho entrecortava com a narrativa de feição etnográfica, dava-nos o ficcionista—nesses bons tempos da «belle époque» em que havia tricanas deslumbradoras e se podiam chamar Ermezindas, romântica e enlevadamente—um quadro vivo, movimentado e alegre, dessa hora em que o trabalho se efectuava em sua própria glorificação.

Sigamos-lhe o relato. Havia abordado à marinha exuberantes ranchos de raparigas, gárrulas, graciosas e sádias, se calhar trigueiras, como aquelas que impressionaram Júlio Dinis—«trigueiras como em parte nenhuma»—porque nadas e criadas na Beira-Mar, em torno do S. Gonçalinho ou de S. Roque.

Comandava as operações do amanho da salina o Faneca. Repare-se, o Faneca. Ainda a gente se conhecia, em Aveiro, sem vislumbre de melindres, pelas alcunhas, hereditárias como apelidos familiares e tão inalienáveis como se na pia baptismal fossem consagradas. Vinham chegando os marnotos vizinhos para fraterna ajuda, que a faina exigia rapidez, e constantemente o máximo de robustos braços experientes.

Faneca, marnoto e general das operações, distribuiu as tarefas pelos cooperadores. E, então, o contista-regionalista, com rigores meticulosos de etnógrafo e propósitos de registo do léxico específico, fixa, em cuidada prosa, a faina agitada desse dia, como que do parto das primeiras tremonhas alvas e cintilantes: ⁽³⁾

«Os meios já secos, sólidamente batidos, apenas

volátil de um passo balético ou precisamente do saltitar de uma ave—por cima das **barachas**, o busto erecto, airoso, deliciosamente requebrado, fazendo tremer os seios redondos e pequenos».

Era o termo, o ponto culminante da tarefa; «A **marinha** refulgia, agora, areada e branca, toda riscada de **marachões** e **barachas** semelhando uma ampla folha de papel quadriculado». (José de Almada Negreiros, poeta, pintor, vidente com proféticos olhos egípcios, dizia, «os caixilhos das janelas do céu» e via melhor que o patricio, literato e músico, mas de vistas de mais limitado alcance.) E o nosso conterrâneo registrador da característica lida da salinagem, prosseguia: «Dos **lagrimais** escorria um fio ténue de **moura**, que alastrava vagarosa, insensivelmente, até, por fim,



A «botadela» de uma marinha.

aguardavam a **ândua**. Os homens começaram a derretê-la com os **ugalhos**, e a estendê-la, amaciando-a depois com os **vasculhos** numa camada fina, muito igual».

Não importa que surpreendamos enbevecidas trocas de olhares entre a esbelta, a fascinadora filha do marnoto, e o aristocrata—que o ficcionista, como dissemos, não inventou, senão parceladamente—, nem fazer reparo nos cíciados segredinhos do furtivo namoro, —não havia tempo a perder. Todos se atiravam ao trabalho com ardor. Surgiu um borbórinho afanoso. As raparigas correram a encher as canastras de areia do mar. As cantigas reboaram cristalinas, desafiando o estro dos rapazolas. Deslizavam como arvéloas—eram as mesmas que seguravam a chinela quase só com o dedo polegar dando à marcha desenvolva, a beleza

inundar os **meios**, fazendo-os brilhar como espelhos». A **botadela da marinha** estava assim efectuada, só restando, daí em diante, a acção do tempo para se operar uma completa cristalização.

«No dia seguinte as **razoilas** já teriam que arrastar, formando sobre os taboleiros pequenos montículos de sal novo, os **pintaínhos**, brilhantes como açúcar gandi.»

Depois, terminada a operosa faina, meio extenuados, atiraram-se todos à sopa apetitosa, ao conduto quente, oloroso, reparador, e fizeram girar de mão em mão as cabaças de bom palhete refrigerante. E dançou-se, soaram cantigas, maliciosos improvisos, até ao cair da tarde. Findara a «**botadela**», que remontaria, de certo, aos árabes, com evidente rasto na arte da salinagem e na terminologia.

E, se, verosimilmente, comecei pelo primeiro dos costumes, consinta-se que trace alguma ordem neste rol, forçosamente desconexo. Procurarei, quanto me for possível, manter a cronologia do calendário anual. E recuo, assim, de salto, um longo semestre. Retrocedo do tempo estival, calmoso, propício à labuta salicícola, para o cortante início do ano, porventura com as nuvens acasteladas no céu de maus presságios e açoitadas pela nortada frígida, ou com enluaradas noites de Janeiro, celebradas pelos vates, e frio húmido, penetrante até



Um grupo de salineiras.

aos ossos, emperrante dos gonzos articuladores dos membros, e, pois, a requerer agasalhos aconchegadores e, assim, os gabões, a peça de vestuário criada, digamos, ecológicamente.

Os gabões de Aveiro, uso perdido — apesar de uma, mais ou menos vã, ainda que louvável, tentativa de ressurgimento — relegaram-se à evocação da passada indumentária característica.

Tão ao sabor de Aveiro como as embarcações da Ria, havia irradiado como agasalho e vestimenta ou envoltório para disfarce ou ocultação providente de divagações furtivas, maus passos, ou aventuras que exigiam capas não translúcidas. Em certas circunstân-

cias de sigilo conveniente às boas reputações, cada um, com o gabão, se poderia furtar a olhares indiscretos e a línguas malévolas, badaladoras da novidadezinha comprometedora.

Eça de Queirós — esse imorredouro «pobre homem da Póvoa do Varzim» que, no fundo e até final, ficaria um «filho de Aveiro, quase peixe da Ria» — lembra-os nesta função acobertadora de passos a que não convém as testemunhas mais ou menos incontinentes e linguareiras. E, também, no seu espesso pano de surrobeco, ou mais graduada fazenda, as reminiscências da meninice, passada em Verdemilho ou na cidade, a dois passos da igreja paroquial de Nossa Senhora da Apresentação, na mais específica função agasalhadora.

Já algures o apontei nestes precisos termos, mencionando as referências do grande escritor a Aveiro: ...«o gabão, agasalho então em voga por todo o país, dentro do qual se encolhia o «famoso Craveiro» enquanto congeminava a «Morte de Satanaz» e que o próprio Carlos da Maia, elegante e rico, não desdenhava de encafuar nas suas visitas à «Toca», para mais fácil dissimulação».

Na quadra dos «Ramos», nas noites gaudiosas, aparece ainda hoje, em esporádicas exumações — que o costume exige-o, como à opa pela manhã.

Com efeito, no início do ano, como na derradeira semana do precedente, a cerimónia festiva do calendário tradicional subsiste ainda — e cremos que por longos anos ainda — na «Entrega dos Ramos».

Esta decaiu, desluziu, humildou-se na ostentação e nos ruídos comunicativos. Perdeu o vigor de centrípeta aglutinação dos espectadores partícipes de mera adesão comunitária ao júbilo e à emoção dos mordomos. Tornou-se uma festa que já não envolve a generalidade dos fregueses de cada paróquia, e se cinge aos que nela efectivamente actuam, mas perdura. Declinou quase exclusivamente nos «parceiros», em cortejo que passa, de dia ou à noite, sem despertar na gente moça o desejo de o acompanhar e crescer, desfile garrido ou gárrulo, mas já de escassíssimo eco nos sentimentos e nos hábitos.

Na sobranceira indiferente de evolvidos usos e predilecções, pelas usanças consideradas residuais, e, dia a dia, demudados e em cosmopolitização, alheadamente se presencia como uma banal estampa em movimento.

E, entretanto, mais de dois séculos e meio de alterações de costumes, e mais salientemente este em que vivemos — uniformizador, com progressivas e aceleradas tendências para o monótono figurino universal — ainda não extinguiram esta típica, porventura singular tradição aveirense.

Atribuiu-se uma data relativamente remota, dos princípios do século de setecentos, ao início desta ceri-

mónia de motivações de pura religiosidade, naturalmente influenciada por uma colectiva psicologia aveirense — mas mesclada de paganismo ou, pelo menos, de um flagrante laicismo, nos orgíacos folguedos e ágapes, aliás sem imoderações que escandalizem, e sem esquecer, quanto a estes, famas e proveitos de apetites pantagruélicos de abades que por eles deixaram maior aura que pelas virtudes apostólicas.

Socorrer-me-ei do escritor e pensador aveirense de evidência nacional, que foi Jaime de Magalhães Lima. Testemunha qualificada das entregas, em tempos de um esplendor e expressão que já não pude observar nem partilhar, na evocação que delas deixou, no seu estilo pessoalíssimo, há boas quatro décadas,⁽⁴⁾ considerava os Ramos como «um símbolo precioso de uma sujeição apeteçada», como «uma bênção, um consolo e um con-

irmãos que vinham no cortejo apressavam-se, um por um, a abraçar o neófito.

«Na igreja ou nas capelas o ritual da entrega era o mesmo». (E aqui interromperei, para observar que ainda é). «E sempre, enquanto a entrega se consumava, se ouviam as músicas e os foguetes, e muitas lágrimas de comoção se derramavam. Era a visita do Senhor!... A ela se associavam os estranhos amigos dos «irmãos», concorrendo para a realçar com grande número de foguetes. Se se tratava de pessoa de muitas relações e estimada, os foguetes, no momento da entrega, eram um chuva de atoador.»

Prossigamos com o mesmo depoimento, inextinguível de precisão e relevo literário:

«À noite, a exaltação orgíaca coroava o alvoreço religioso e cedia lugar à festa pagã, pantagruélica.



O desfile da «Entrega dos Ramos» — misto de religioso e pagão.

forto, luz do céu, afago que protegia de todos os males o lar onde entrara».

A descrição tem tanto de exacta como de sugestiva.

«Quem recebia o ramo à porta, descia à entrada da casa, no melhor trajo, a acolher o hóspede bendito. No patamar punham-se almofadas, quanto mais ricas melhor, e sobre elas ajoelhavam o irmão que recebia o ramo e o que o entregava.

«O que o entregava beijava-o antes de o deixar, e quem o recebia, beijava-o por sua vez, ao tomá-lo nas mãos, e imediatamente o passava à mulher mais graduada da família. [...] que ali estava já [...] para desse modo confessar a sua fé enternecida e prestar culto e reconhecimento às honras que partilhava. Depois, os dois parceiros erguiam-se e abraçavam-se, e os

Quem recebeu o ramo «à porta» recebeu também presentes formidáveis de amigos e dos clientes, arrátéis e arrátéis de doce, vinhos finos e toda a sorte de manjares e iguarias, e, chegada que fosse a noite, começavam os banquetes por singulares cartas de admissão. Quem lá ia, não era convidado pelo dono da casa; convidava-se, dando testemunho de o felicitar e de se alegrar com a sua alegria. Chegava à porta, lançava a sua dúzia de foguetes, e o beneficiário da graça do Santíssimo e do carinho dos amigos, sentindo os foguetes, vinha à porta abraçar e receber quem os lançava, e, feita esta vénia, que era de rigor, imediatamente sentava à mesa aquele que acabava de lhe significar a sua amizade.»

E para não alongar a citação, passemos a referência ao gabão, da praxe nessa visita, que era idêntica, sòmente mais modesta, entre os que recebiam o

ramo num templo da freguesia, e ao barrete garrido, à faixa com que se cingia e ainda hoje cinge aquela típica, e já praticamente só nesta circunstância usada, peça da indumentária local, para sublinhar apenas mais um passo:

«Receber o ramo era uma consagração, um título de dignidade, cobiçado dos humildes e apreciado pelos mais subidos—para os humildes a honra suprema da sua vida, à qual não raro sacrificavam o melhor dos seus haveres». Também nesse ponto se não afastou da realidade, mais estricte, o atrás transcrito Renato Franco, aveirense fêvido, no seu conto de inspiração local sobre «Os Ramos» (5).

Pouco tempo depois, festeja-se o S. Gonçalinho. Assim, no diminutivo, que não quer significar um santo infantil, um Menino Jesus que vestisse aos modos de bispo e ganhasse por virtudes e saber as dignidades correspondentes. S. Gonçalinho, por que se venera na capela, e não na igreja que posteriormente lhe tomou a invocação; na capelinha que é o oratório da grande família desse Bairro casticíssimo da Beira-Mar, e onde um sino repica como quem brinca, como uma ladina criança ri, cândida e feliz, em casquinadas cristalinas. O S. Gonçalinho, severo com as irreverências, delas castigador pronto como um raio, como provou ao irrespeitoso Maracas, marido de Maria Augusta Tenaz, e,



A Capela de S. Gonçalinho.



Capela de Nossa Senhora da Alegria.

todavia, como uma criança incontaminada nos sentimentos malfazejos, sensível para a aberta benevolência, mercê da oferta tão desvaliosa de uma guloseima, rústica e difícil de rilhar como são as «cavacas», — lançadas da platibanda da capela ao rapazio traquina e guloso. O «S. Gonçalinho» que deve ter nascido também na proa de uma bateira como o bondoso D. João Evangelista de Lima Vidal, e é «cagaréu», não sei se capaz de praguejar, mas que em todo o caso, se falasse, fonetizaria com o cantado e as deturpações da gente do bairro a que preside tutelarmente. O S. Gonçalinho, para o qual não é preciso ser católico na rigorosa acepção da palavra, para ceder — garanto-o de ciência certa — os castiçais para a festa. O S. Gonçalinho, no terno diminutivo de S. Gonçalo Velho, que precedeu, como recurso, na função paroquial, a igreja, com a mesma invocação, mas, então, para a gente do bairro, de S. Gonçalo, o Novo — sede setecentista da freguesia de Nossa Senhora das Candeias ou dos Candais.

E, logo a 20, prestava-se culto a S. Sebastião, até aos princípios de oitocentos com a obrigatória participação dos vereadores e do presidente da Municipalidade, ao tempo como é consabido, o juiz de fora. Uma relíquia do Glorioso Mártir, oferecida à cidade, não se sabia se por D. João III ou por D. Sebastião, era objecto

de veneração fervorosa, mórmente nas mortíferas pestilenças que assolaram o país, e ainda no século passado quando grassou a epidemia da «cólera-morbus».

Anos depois, em 1857, o cirurgião Manuel Martins de Almeida Coimbra, lembrava à Câmara essa obrigação («costume sempre usado e mandado observar nestes Reinos por pragmática do Senhor Rei D. Sebastião») (6), pois representava ela os habitantes, os quais naqueles dias de luto e aflição, pronuciaram o nome daquele invicto Mártir como seu protector para com Deus, a fim de este Divino Senhor fazer cessar aquele flagelo».

Também as freiras do convento da Madre de Deus, de Sá, eram muito devotas do mesmo santo, que hoje conserva a sua festa mas incaracterística, na capelinha de Nossa Senhora da Alegria — antiga sede da confraria medieval de pescadores e mareantes. Em 20 de Janeiro lhe dedicavam uma celebração, ao jeito dos outeiros, mas mais ingénua e comedida.

Passemos o Carnaval, com as suas folias e chistes, o pó de tijolo e a graxa, as livres mascaradas, o bombardeio de saquinhos cheios de areia, as saraivadas fustigantes de milho, os arremessos de favas e bolotas, e os arremedos de algum caso caricato — e dos bailes do Aveirense, foliões, com pendor para o desregramento, com senhoras e tricanas anonimizadas nos dominós e nos espessos gabões desindividualizadores e, assim, complementos eficientíssimos das máscaras. Intrigantes gabões que eram o passe para uma noite liberta das pautadas circunspecções exigidas pelos rígidos hábitos de então. Essa mesma função saudosa perderam.

Lembremos, já que corre o risco de desaparecer definitivamente a Procissão das Cinzas — solene, grave, de penitência. Recordemos o contraste das tricanas, que ainda na véspera, envoltas no gabão do pai ou dos irmãos, davam largas à irrequietude moça intrigando os interlocutores, e provocantes nas brincadeiras do teatro, e agora, surgiam, na prova maior da sua elegância patricia, impecáveis de compostura e respeito às convenções sociais, com o jeito tão seu e tão elegante de pôr o xaile, e sem um deslize, um esboçado gesto ou sorriso que denunciasse a noite anterior. O xaile abandonado, que era adorno, mas era como que o prolongamento dos braços maternos quando envolvia uma tenra criança, também se perdeu já.

A procissão das Cinzas, a mais espectacular, com os seus treze andores, franciscana mesmo nas opas de burel delido, mas que, em ordenação rigorosa e alinhamento, não receava quaisquer confrontos com as de maior ostentação, era a que mais devotos e público mirone atraía a Aveiro, desde que na de «Corpus Christi» deixavam de figurar as imagens, aliás pouco

inspiradoras de verdadeiro espírito religioso, de S. Jorge e do Gigantesco S. Cristóvão. O número de terceiros já não basta para conduzir os andores, que constituíam o motivo anual para peregrinação de largos milhares de pessoas. Nem lhes supre já a escassez, o auxílio dos soldados aquartelados em dependências no antigo convento franciscano de Santo António, onde ela se organizava.

Nesta terra que, repetimos, proveio do sal, a crise do amanho das marinhas, e o estilo de vida dos novos



Tricana do segundo decénio do século XX.

tempos, com legítimas aspirações de maior exigência, fizeram desertar dessas fainas típicas da gente da nossa Beira-Mar a juventude ali nada e criada. Prefere novos rumos, menos penosos e de maior e mais certo proveito.

Praticamente deixaram de existir «moços» de marinhas naturais de Aveiro, Esse facto, que na história social aveirense constitui uma das mais profundas modificações, equivale, num próximo futuro, ao desaparecimento dos marnotos aveirenses, que representavam um dos estratos da comunidade local com maior genuinidade e expressão. E constituirá, a par dos aspectos

económicos, uma causa de abandono das tradicionais e genetrizes salinas, a curto trecho, ou a prazo que nos esforcemos, contra a corrente, por dilatar com teimosas panaceias de transparente precaridade.

E, assim, como já dissemos algures, não fenecerão apenas os usos e tradições, cortejos religiosos e costumesiras festividades, não desaparecerão somente mar-notos e tricanas—onde vão as «lendárias tricanas», como as qualificava Homem Cristo, esbeltas raparigas do povo em vias de promoção, que deslumbravam?

Transformar-se-á, também, desindividualizar-se-á a paisagem e perderemos o próprio assento de baptismo de Aveiro ou os seus ancestrais traços mais identificadores da genitura.

Nem velas na laguna, que os «moliceiros» avizinhavam-se da agonia, e os «mercantéis» são substituídos pela camionagem, nem montes de sal, que desde o nascimento de Aveiro constituem um específico elemento panorâmico desta sedimentada formação geográfica litoral.

A procissão das Cinzas, ter-se-á desfeito em cinza, revertido a cinza como tudo o que nasce. Mas já, noutra ensejo fizemos essa reflexão: «As crianças de Aveiro, mesmo as mais tardonhas em articular as palavras,

pelo facto de não poderem passar, em qualquer das artérias citadinas, por debaixo do andor de Santa Clara, e do de S. Luís, rei de França, não deixarão de falar o seu tempo, com a língua desentramelada e escorregia pronúncia. Mas continuarão, mesmo que depois rilhem as duras «cavacas» de S. Gonçalinho, e, em Dia de Todos-os-Santos, comam as «papas de carolo», e os padrinhos as mimoseiem com os folares pascais, continuarão a proferir, pela vida além, o nome de Aveiro, com a mesma vinculada e férvida unção?»

E, não haverá mais, se acaso a Procissão da Venerável Ordem Terceira cessar de vez, um dia certo, no calendário aveirense, para mercar e saborear os primeiros figos passos, de ceira? Ou ficará transferido para dez dias depois, para as Procissões dos Passos—as dos mantos e opas roxos, como as feridas e as dores aculeantes, e os prenúncios da morte—cadenciados como dobres, ao som cavo, já funéreo, dos tambores que ritmam a marcha e as pulsações do crente compartilhador do sofrimento de Jesus.

Essas, com as violetas e açucenas, coroas de espinhos e sudários, com filas de penitentes descalços a atestar que são cortejos mais para aprazer na dor sofrida do que para presenciar, essas persistem, renitentemente duas. Só que começam a baralhar-lhes as datas, e, por fas ou por nefas, a alterar o calendário aveirense, acordado por consenso com os oragos das nossas capelas, não infringido em séculos, o uso consuetudinário—religiosamente respeitado—de tão rigorosa observância, que chegava a fazer coincidir a festa de Nossa Senhora das Febres, com o alagar das marinhas, para termo da safra.

Como acontecia no tempo em que Esgueira—vila gémea de muitas centúrias, que medrou até menor estatura e não atingiu a robustez da siamesa irmã aveirense—ainda não fora englobada na área citadina, as duas procissões contituíam um dos pares que caracterizavam o Aveiro na sua fisionomia, física e humana, de até às proximidades da meia centúria deste vigésimo século de modificações aceleradas.

Havia duas bandas rivais, com «amantéticos» afevorados, que nem concebiam cotejos possíveis de beleza e fôlego interpretativo das óperas e zarzuelas mais famosas, e das rapsódias e marchas, mais alegres ou empolgadoras. Havia, entre um punhado deles, dois émulos clubes de ferrenhas parcialidades, e duas corporações de beneméritos bombeiros—agora de mãos dadas, fraternalissimamente, mas que chispavam faíscas no despique do luzir dos capacetes e do denodo e espírito de abnegação.

E havia, manifestamente, Alboi e Rossio—de onde a rapaziada, amiga, mas separada pela raia do Canal da Ria, trocava pedradas e motejos—para cá e para



Pormenor da Procissão das Cinzas.



Procissão do Senhor dos Passos, da Vera Cruz.

lá das pontes. E duas pontes a separar e a ligar: a da Praça, na enfiadura da Costeira e dos Balcões, a que com as nossas irresistíveis propensões de mudar, crismamos depois de rua de Coimbra e de Arcos, ou Arcada; e a das Almas—as Alminhas, pegadas ao café desértico e estático da Senhora Perpétua, que assim se chamava e ilusoriamente parecia—onde os estudantes cábulas e crédulos muitas vezes rogaram angustiosamente a graça inspiradora, nas vésperas de qualquer prova difícil de passar como o Rubicão, em troca de um magro níquel.

São dois os Senhores dos Passos, desde aquele dia famigerado em que os cagaréus, desde o Rossio ao Carmo e a Sá, conjurados em rigoroso sigilo—pescadores e burgueses, analfabetos e a mais alta figura de letrado e pensador—foram a S. Domingos raptar a velha imagem usurpada, restituindo-a ao seu vero altar, no templo carmelitano. E desde que, por via desse acto—oh! quase sacrílego—de reapropriação, os «ceboleiros», ludibriados e vexados, se puseram nas suas tamanquinhas, e, briosos, responderam à provocação dotando a cidade com a mais expressiva imagem religiosa que possuímos, concebida por Teixeira Lopes e, por suas mãos de artista, com insaciáveis buscas de perfeição, finalizada.

A curto trecho, separada no último quartel do século passado, pela minuciosa regulamentação do Dr. Elias Pereira, da que vendia de tudo como na botica, realizava-se a feira de S. José—precisamente a 19 de Março. Já nem sequer se lhe topa o rastro. E, no entanto, no primitivo arranzel da feira medieval, criada em 1430 por iniciativa do donatário, que então era o Infante

D. Pedro, «o mais claro príncipe das Espanhas», os artefactos de madeira e tabuado, os carros de bois e cangas, ocupavam a maior parte do rol dos itens da meticulosa tabela de taxas. Pois extinguiu-se.

E, a propósito de cangas, cangas ou jugos, nomes que soam a sujeição, a humilhação, talvez a prepotência quando referidos aos homens, mas que, quando aplicados aos bois, embora denotem o predomínio da inteligência sobre a força bruta, são necessárias e até belas, observemos como o mundo muda e se monotoniza. As cangas tomam maior ou menor exuberância de ornatos, diversa vivacidade de colorido, ou resumem-se ao estritamente funcional, consoante as regiões. Apresentam-se com um aspecto no Minho e diferente no Douro; sobriíssimas lá para os alcantis de Arouca, com barrocos filigramados nas da zona marinha do distrito; umas ao norte, outras ao Sul do Vouga. E já estamos todos a pensar em uníssono, com certeza: em toda a parte há bois a jungir, e em cada terra o jugo tem seu cunho distinto. Pois pululam por aí não sei quantas linhas de montagem de automóveis, e os carros saem iguaizinhos sem tirar nem pôr, na traça, no tom da tinta, no timbre com que businam e nos azoizam os ouvidos, e, depois, no cheiro à gasolina, com a inalterável composição química, ou ao gasóleo fumento, que é próximo parente. Faz saudades já dos menos poluidores adubos orgânicos sapidificadores dos produtos do agro, dos mostos capitosos, dos molços ou dos escassos. É um sintoma de igualização achatante dos nossos tempos. E, notemos que se toma como um sinal do nosso atraso, em comparação com as mais avançadas sociedades de produção e consumo, a exis-

tência de alfaiates que ainda nos fazem os fatos por medida. É mais caro, e mais incômodo, e sinal retrógrado na acelerada evolução a que estamos assistindo, mas ainda, por feliz contrapartida, nos dá a sensação de sermos indivíduos e não apenas utilitariamente consumidores.

Depois da «feira de S. José», que Deus haja, porque o espírito humano se tornou cada vez mais inventivo e empreendedor, e a tornou dispensável, vinha a «feira de Março». Iniciara-se em Maio, mas não persistira nessa época. Aí se enganara o lúcido e benemérito Infante das Sete Partidas. A feira só tinha viabilidade com a chegada da Primavera e as proximidades da quadra Pascal. E era sempre diferente, e era idêntica. O «Zé das mentiras», com o seu cornetim não seria o mesmo que o circo com o altifalante; havia mais bar-

E teríamos chegado à Semana Santa. Mais geral e devotadamente concelebrada pelos leigos. Com outras maneiras, abolidas ou novamente abandonadas, mas com um sentimento mais vivo e de mais significativa exteriorização.

No Domingo de Ramos, conta Homem Cristo (?), aqui há pouco mais de um século, e por aí à volta, vinham mulheres do campo vender alecrim. Com ele, outros arbustos, lilases e outras flores, iam crianças e adultos benzer o ramo, compósito e oloroso, e conduzi-lo em procissão para o templo paroquial. Como hoje, mas com mais acentuado cunho, maior generalização nos hábitos ainda não contaminados e postergados. E já não importa lembrar que, desde a Idade Média, até que eles ruíram ou foram imolados à obra ressuscitadora da fixação da Barra Nova, «os meninos do



Um aspecto da «Feira de Março» antes de 1911.

quilhos e menos farturas; diferente disposição e maior variedade de artigos; feirantes com poiso vitalício; o Zé Manhanhas que vendia berços sem cedilha; o oculista, a boa mulher das mimosas flores de papel que por aí enfeitavam os oratórios; o «Silva 5», que na minha imaginação devia ter semelhanças de família, já não sei por que traços, com o João da Cruz, do «Amor de Perdição», e por aí espalhou talheres de Guimarães sem conta. E os ourives, os cobertores de papa, autenticamente serranos, como atestavam os queijos que nas mesmas barracas se mercadejavam.

Mas era a mesma, ainda sem a invasão actualizadora dos plásticos, para as crianças, e a rapaziada moça, que aqui há dois carros de anos ainda não acamaradava com as conversadas, mas ia lá vê-las, ao largo, embevecidamente.

coro (depois de juncarem o caminho com aquele ou outro género de verduras) subiam para os muros de defesa e pediam que se abrissem as portas, que tinham sido fechadas».

As muralhas desapareceram. Eram uma cintura, mas uma coroa honorífica, quase um diadema. Já se lhe não fechariam as portas, por ventura, desde há muito, se não em ocasiões desse género. Franqueava-se dia e noite a entrada dos marítimos que demandavam o porto. E o próprio «sino da ronda» cessou, ao menos em certos períodos, de tanger, para cominar a obrigação de recolher a casa a horas de conveniente morigeração.

Em quarta-feira de Trevas era, e é, mas mais discreta nestes dias de hoje que nos de antigamente, a «Visita do Senhor aos Enfermos». E eu ainda aqui me

abono, com um trecho memorialístico do mesmo insigne aveirense, de conhecido agnosticismo⁽⁸⁾: «A unção com que o doente, macerado, emagrecido, osso e pele, quase toda espírito, tanto o corpo desaparecera lambido pelo sofrimento, abria a boca para receber a hóstia consagrada. Depois, a calma que lhe vinha! O desprendimento de tudo! A satisfação íntima! Nem mais dores, nem mais miséria! /.../ Não o assustaria o caixão, se estivesse ali aberto! Não lhe causariam horror os vermes se os visse, prontos já a devorarem-no no fundo da sepultura!»



Procissão do «Senhor Ecce Homo».

No dia imediato, a Santa Casa da Misericórdia organizava a procissão do Senhor Ecce Homo. Fora à noite, ao som cavo e lúgubre, cadenciado, de matracas. Conheci-a já a meio da tarde, silente, em austero recolhimento. Solenes, com a exigida circunspeção, de rigoroso luto, no fato e nas próprias opas negras, os irmãos e todos os mesários, acompanhavam o andor magnífico do «Senhor da Cana Verde», desde a sua Igreja própria até à do Carmo. Daí regressavam, após um breve descanso. E na cauda do préstito, de extrema compunção, o Leandro erguia, ufano, o painel com a Nossa Senhora da Misericórdia a receber as preces de angustiados fiéis.

Era apoucado o Leandro, irascível aos dichotes da pequenada traquina e irreverente. Nessa ocasião, todavia, tão compenetrado da dignidade que lhe conferiam, poderiam dirigir-lhe o mais grave dos apodos, insistir no que epara ele representava o mais intolerável dos ultrajes, chamando-lhe «cavalo branco» — se mesmo alguém nessa hora a tal se atrevesse, — que ele seguiria inimperturbável, invulnerável à injúria.

O dramaturgo e poeta aveirense Joaquim da Costa Cascais evoca esse dia solene num poema rememorativo da sua meninice, datado de 1855⁽⁹⁾.

«As igrejas visitando
Anda gente, hoje, sem fim
Quem viu quinta-feira santa,
Que a não visse andar assim?

E já noite, infindo povo
Vê-lo junto, sem motim
Descoberto, de joelhos...
Faz pasmar! Mas não a mim;

Que no seu andor, lá vejo,
Com seu manto carmesim,
Veneranda imagem, feita
De um só tronco de alecrim.

É do Senhor — Ecce-homo
— E eu por vê-la também vim —
Procissão — e a mais solene,
Té mouros dirão que sim.»

Na sexta-feira, com as cerimónias litúrgicas próprias da data, seguintes às dos dias anteriores, a «Procissão do Enterro», salvo na circunstância de não se efectuar à noite, como agora, não variava sensivelmente da que hoje presenciamos. No sábado, a Aleluia celebrava-se na igreja, e por aí onde quer que fosse, por toda a cidade.

«Eu — escreveu Homem Cristo, na evocação que me venho abonando — lá estava, de campanha na mão, à espera dela. (Da Aleluia, entenda-se). Desde alta manhã! Sonhava com ela! /.../. E tocava, tocava, espantando gatos e pássaros, pondo cães a ladrar, galinhas a cacarejar!...».

Mas volvamos ao General Costa Cascais, militar, professor, homem de teatro e vate, e vejamos como ele nos descreve as Trevas, de há centúria e meia, num dos templos locais:⁽¹⁰⁾

«Parque seu melhor adorno
Agora o templo não tem?
Nem Senhor crucificado,
Nem santos vejo também!

Porque, o sol dessas imagens
Alegria-lo hoje não vem?
Tristes, roxos véus, só vejo
Pendentes, aqui, além.

Incensos, festivos cantos,
Som de água hoje os detém;
É que dor maior não houve
O mundo para maior bem.

Hora fatal se aproxima,
Pranteia Jerusalém,
Vai nas trevas submergir-se
Pura estrela de Belém.

E prossegue, relatando as suas reminiscências do primeiro quartel do século passado, talvez o mais digno de ser assinalado na história de Aveiro, ainda então muito presa e prezadora de tradições e, então como nunca, rasgadamente aberta aos ideais progressivos da Liberdade:

«Já tocam matracas,
Já moços aprontam
Rapazes que cantam,
À noite, na igreja,

As trevas bater
A mais não poder.»

E da mesma poesia, que fixa os costumes dessa já remota época, voltando à ordem cronológica, vejamos a recordação da Aleluia:

«Já se ouviu — **Glória in excelsis**,
Aleluia já soou;
E nem sinto nem garrida,
Nem uns só deles tocou!

Pois se as trevas já findaram,
Se luz nova já raiou,
Nem um toque de alegria
Em Aveiro ressoou!

Inda não; que ao sinal dado
Da **Matriz**, ⁽¹⁾ tudo ficou;
E num tempo, agora, tudo,
Tudo em cheio repicou.

.....
.....
E um Judas pendente,
Na corda dansava;
Ao som da algazarra,
Que a plebe soltava.

E o povo, e mais povo,
Se o caso era novo!
Que a **Judas**, Aveiro
Não era vezeiro.

.....
.....
— Cairam-lhe as calças!
«É Judas sem alças».
— Espera — traz saia!
«Mas Judas é macho!»

Este é de outra laia;
«Será macha-fêmea!»
— E nisto, um gaiato
Doutor no peão,
Em pela, e bilharda
Lhe chega um tição.
E o fogo se ateia,
E o Judas rabeia.
E bichas sibilam
E forte rebomba
O estoiro da bomba,
— E o Judas então,
Caído é no chão.» ⁽¹²⁾

Já, de novo, se não queima o Judas. O último, que me lembre, remonta já há uns quatro decénios. No auge da campanha a favor do ressurgimento do porto de Aveiro, um leigo atrevido, nunca estulta pretensão, gizou um pseudo-projecto que se julgou nefasto aos interesses regionais, pelo pretexto que oferecia aos que, com objectivos inconfessados, poderiam aproveitar o ensejo, para contrariar as aspirações aveirenses. Foi esse o último **Judas**, embora fosse o autor de uma sátira que visava Homem Cristo, campeão estrénulo desse anseio — e que intitulara «Isariote».

O Judas já não se queima, e estoira e estilhaça, para simbólica execração e gáudio. Mas, à parte o nosso desprendimento por ninharias, ou o que como tal tomamos, e julgamos desmerecedoras, o Domingo de Páscoa quase não sofreu alteração.

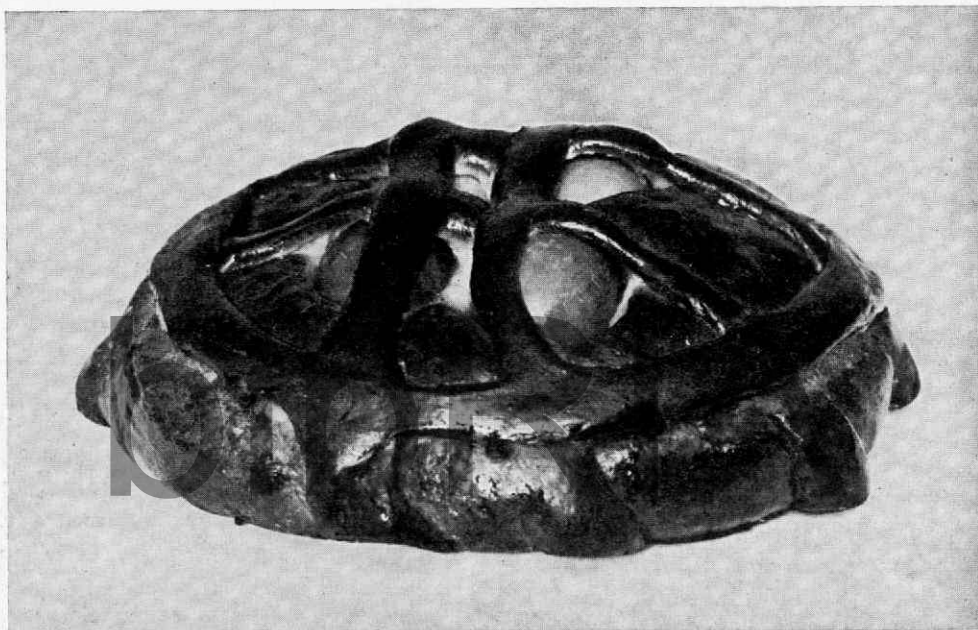
As procissões da Ressurreição já não coincidem, como era frequente, na passagem por uma e outra margem do Canal. Agora sai apenas uma, na freguesia da Vera-Cruz. Mas é ainda alegre, gloriosa, como o sol primaveril que, normalmente, aviva, no zénite do meio dia dominical, o vermelho brilhante das opas dos apumados e aprimorados mordomos do Santíssimo Sacramento, e reluz o metal nas fivelas dos sapatos de entrada alta e no oiro velho do pálio e paramentas, e ilumina os sorrisos ingénuos e felizes dos «anjinhos», cândidos como as brancas asas.

E é dia dos folares, folares aveirenses, de massa doce sem demasia — do mesmo gosto desenhado do também muito aveirense «bolo de vinte-e-quatro horas», com que se acompanha o chá. Com variável número de ovos, consoante as posses e as generosidades dos padrinhos, têm-nos incrustados na massa fofa, a ela apresilhados com algumas tiras, um tudo nada mais tostados, do mesmo pão dulcificado.

O folar com esta feição arreigou-se tanto nos usos de Aveiro, ou mais ainda, do que as «papas de carolo» do Dia de Todos-os-Santos, ou as «cavacas» de S. Gonçalinho. Páscoa aveirense integral pressupõe folares com ovos. Sem eles torna-se incompleta, dissaborida e desnaturada.

avançou uma afirmação sem a mais científica das certezas. E não se cinge a essa referência. Noutro passo da biografia exaustiva do autor da «Morgadinha dos Canaviais» acrescenta que D. Doroteia trouxera — de um convento de Aveiro uma qualidade apreciável; a de saber preparar uma infinita — repare-se, infinita — variedade de doce, que lhe grangeara merecidíssima reputação.

Os folares — cujos ovos, garantidamente, ainda não são de plástico, mas já não poderá asseverar-se que não provenham de galinhas de aviário — não possuem os méritos gastronómicos e a nomeada dos ovos moles famosos, esses que em certas mesas de requintadas exigências, como li algures, «eram servidos de joelhos,



Um folar de ovos aveirenses.

Inopinados desmancha-prazeres, reincidentem em aparecer, todavia, em concorrência aberta com a costumeira especialidade da nossa época pascal, uns aparatosos «ninhos». Por sua própria definição acoitam alguns ovos, maquilhados, polícromos, como as amêndoas que lhes completam a ornamentação. Intrrometem-se em terra alheia estes potenciais bandos de aves de arribação, e faz raiva que pretendam usurpar o que lhes não pertence. Que as nossas «raivas», ao fim, serão por vezes duritas de roer, mas são doces, e também uma das nossas especialidades mais apreciáveis. Aliás, poucas são e, de certo, cumpre-nos defendê-las de intrusos, aplicando-lhe as pautas aduaneiras do nosso sentimentalismo bairrista. Muitas já se perderam. Aqueles biscoitos, idos de Aveiro, por exemplo, que Júlio Dinis comia em Ovar, com o chá, em casa do recebedor Tomé Simões, pai das «Pupilas». Conta-o Egas Moniz, que não

com reverências ritualistas». O Dâmaso de «Os Maias», pateta e fátuo, mas nesse particular a falar sentenciosamente, dizia-os «um doce muito célebre mesmo lá fora [...], uma delícia!» E o Carlos da Maia, o mesmo que se encafuava no gabão de Aveiro, para, sem dar nas vistas, visitar a Maria Eduarda, anuía: — «Ah! Certamente. Certamente.»

Nem despertam o interesse das caldeiradas que Fialho de Almeida, entendido «gourmet», hiperbolizava: — «Quem não comeu já ... as caldeiradas patricias, inverosimilmente celestes dos Gamelas de Aveiro e a caldeirada da raia dos pescadores de S. Jacinto?...»

Nem provocam a gula, como as nossas enguias de escabeche; ou os celebrados leitões do famoso Farruca, que o Barão de Cadore registou entre os nossos varões memoráveis para os pósteros, num dos seus romances, e teve sucessores e émulo; o carneiro da caçoila de

barro preto, ou os robalos assados pelo Zé Maio, com uma receita inspirada no simbólico caldo de pedra.

Mas os folares de Aveiro, são os folares de Aveiro, são patrimoniais heranças, e é altura de o lembrar com todo o vigor proselitico. Enquanto a indústria dos «ninhos de Páscoa», com pés de lã não faz o ninho atrás da orelha dos aveirenses ingênuos, incautos ou infirmes nas suas radicações sentimentais.

E cumprir, depois da festa da Senhora da Alumiêira — complementar, com os farneis bem fornidos, das celebrações pascais — aludir ao Primeiro de Maio, e à madrugada que se fazia para ir colher, no redor da cidade, as flores de sabugueiro, «as maias», e depois com elas enfeitar a escola para ganhar jus a um feriado oficioso. E, não deveria faltar a menção, a uns vagos comícios, nesse dia consagrado para os operários idealistas, de que o incipiente proletariado se alheava, e em que os oradores despejavam os discursos apostolizadores a algum punhado de estudantes cépticos e reinadios, na circunstância considerados «proletários do cérebro».

Outra data com imposições cívicas, poucos dias após das pomposas celebrações em honra da Padroeira da Cidade — que não mudaram apreciavelmente — era a 16 de Maio, dedicada à memória dos aveirenses mortos

pela Liberdade e imolados aos seus generosos ideais, subsistira, mesmo depois de no próprio regime monárquico, ter cessado a comemoração da outorga da Carta Constitucional. Foi feriado municipal, dia de romagem ao cemitério e de deposição de flores votivas no «Monumento das Cabeças» dos justicados por participação activa na Revolução de 1828 contra o absolutismo.



O Monumento das Cabeças — à memória dos justicados da Revolução de 16 de Maio de 1828.



Um aspecto da Procissão do Corpo de Deus nos fins da Monarquia.

O dia da festa do «Corpo de Deus», figurava entre os dias maiores de Aveiro. Não que ela fosse apenas nossa, mas era também desta cidadezinha, da qual, como dizia um nosso bispo tão aveirense que como dissemos se imaginou nascido na proa de uma bateira: «quem viu uma procissão em Aveiro, não viu decência maior em parte nenhuma».

Já nos inícios do segundo quartel do século XVIII fora amputada das costumadas danças e figuras como eram «a serpe e drago, cavalinhos, fuscas, jucalheiras mouriscas e ciganos» e «mais cousas indecentes e jocosas» que distraíam a devoção. Todavia atraía milhares de romeiros, com o S. Jorge a cavalo, escoltado por soldados em montadas ostentadamente ajaezadas, e o S. Cristóvão, o Santo Grande, a pé, conduzido por um homem possante, oculto no manto folgado. E pouco

valeu que o futuro e virtuosíssimo Arcebispo Bilhano achasse pouco edificante a incorporação da gigantesca imagem pedestre, pois sempre, até à queda do antigo regime, acompanhou no préstito, famoso em todo o alfoz aveirense, o santo tutelar dos nossos exércitos.

E de Ceca e Meca, desde Vagos a Ovar, e todo o termo aveirense, que não só, como agora a gente de Aveiro — e essa em decrescente número — acorriam devotos ou meros amadores fieis das usanças, a trazer ao «Santo Grande» e nele a tocá-las, boroas clássicas ou adoçadas, regueifas, toucinho e outras dádivas. Uma metade ficava para a igreja, para os pobres; a outra, levava-se, que constituía um efficacíssimo remédio para o fastio. Creio que ainda possui essa estimável virtude. Digo-o de ciência certa. Todos os anos, sem excepção, me regalo com uma fatia de broa do S. Cristóvão, com uma dosezinha de açúcar, que me está proscrito, e uma pitadinha de erva doce. E ainda não perdi o apetite!...

Chegava, depois, o período dos Santos Populares.

Um cortejo entre a forma como se festejam os dias, ou antes, as noites dos chamados Santos Populares e o modo como se celebravam aí à volta de meio século atrás, daria margem para detidas reflexões.

Também aí os usos mudaram, porque se transformaram as pessoas e as suas predilecções. Perdeu-se a espontaneidade, e, nestes tempos dos sacralizados desportos e da voga — e proveito incontestável — da educação cívica, das maiores capacidades torácicas e das tendência para o ar livre, desintoxicante e desopressor das tensas ralações da vida, anemiu a alegria.

Os moços, mesmo os contraditores, de dentes cerrados, com as aparências de desconvencionalismo, em larga parcela mostram-se circunspectos como os homens maduros de então, e parece que tem pejo dos folgedos em que cada um se integra numa massa de gente sem bitolas, que se expande e diverte, fraternal e comunicativamente.

Pois aqui há um carro de anos, a véspera e a data de Santo António, em Aveiro, quasi se restringia a um mero ensaio, a um afinar de instrumentos, que, na verdade, a par de um septeto, ou voisa que o valha, mais ou menos filarmónica, marcava o ritmo e a arrancada dos pés dançarinos.

O S. João, esse, sim, trazia uma noite de plenitude para a folia. A tradição remontava aos tempos seiscentistas, se não anteriores, em que a depois demolida capela do Rossio o tinha por patrono, e, no amplo logradouro, o festejavam, com espectaculares torneios hípicas e taurinos, os fidalgos e a arraia-miúda.

Faustosas as festas que descreve, em 1687, o memorialista aveirense Cristóvão de Pinho Queimado. Em «luzidas carvalhadas», os nobres de Aveiro e da vizinha Esgueira apareciam com «os mais ricos telizes, pri-

mosamente bordados com bordaduras de ouro e prata, e sedas de várias cores, e veludos ricos de terciopelo, com suas armas brazonadas e divizadas, trajando os seus mais ricos vestidos de gala, e plumas, e depois de praticarem com a maior destreza e a mais brilhante mestria diferentes jogos de cavalaria correm a sima, pela vida e acabada esta função seguem à estacada dos touros». E rematava a descrição, depois de acentuar que raro era o ano em que não se registasse algum desgosto, ocasionado por descomedido atrevimento e ousadia em acometer os touros, por mencionar o fim da festa: «e também naquele dia se fazem mui vistosos fogos de artifício de dia, e também de noite com figuras como bonifrates de mui engenhosas invenções⁽¹³⁾.

Neste mesmo aspecto sobreexcediam de longe os fogos das nossas comemorações sanjoaninas, que se limitavam às fogueiras e às «bichas de rabião», em que era perito local o já mencionado Zé Manhanhas, uma caricatura de homem de quem a criançada irresistivelmente iroçava.

Pululavam, disseminados por cada bairro tradicional, se não por cada rua, as capelinhas e cascatas. A noitada da Praça do Peixe, com as fogueiras em torno, à roda das quais se dançava, e que se saltavam, ágil e divertidamente, tomava uma animação desbordante.

Os «pelotes», do último quartel do século passado já assim procediam, a par dos marnotos e das tricanas.

Depois, chamavam-se «papos secos», mas, da mesma forma, com os tismados trabalhadores das salinas, ou os pescadores — que ainda os havia na cidade, ou os «ganha-pães» — como José Estêvão chamava, aos que ganhavam o sustento do dia-a-dia, com o «suor do seu rosto» — de todo o género de labutas, e, assim, os mais abastados em comum com os de pequenos recursos, bailavam e reinavam. Acotovelavam-se, sem distinção de classes ou posições sociais, e, às vezes, disputavam para par a mesma rapariga de mais sedutora formosura.

Havia os petiscos próprios, um afoito à-vontade sem pisar a risca das conveniências, o saltar não só das fogueiras mas de todas as barreiras sociais, um convívio aberto, sem constrangimentos.

Na Barra para a gente da serra, que afluía desde o Arestal e das Talhadas e do próprio Caramulo, do velho termo aveirense de largo aro, a festa abrangia o «banho santo» na Barra, de taumatúrgicas virtudes, mas com os insidiosos perigos que sempre são de temer a quem, desprecaído, afronta o mar.

O S. Pedro, comemorava-se, especialmente, à volta da viela que o tinha como patrono, e, num cunhal, ainda hoje existente, lhe entronizava a imagem de um barroquismo sem excessos e de boa lavra — e, assim, sem lhe diminuir em atavios a magestade pontifícia.

Depois, desde os meados da segunda década deste século, perseverou ainda no largo que se formou a

partir desse beco, que da rua dos Mercadores enfiava na do Alfena e tomava o nome laico da revolucionária data gloriosa do 14 de Julho, em homenagem aos franceses, que na Primeira Guerra Mundial instalaram a aviação marítima em S. Jacinto.

Tinha ali o S. Pedro fogueira, música e bailarico, alegria, esfusiente como as «bichas de rabião», alvoroçadoras, e copiosos fregueses para as tabernas e botequins das redondezas.

Aliás, o S. Pedro, tomado o gosto aos folguedos, prolongava-se por longos dias. E celebrava-se desde o



A imagem de S. Pedro que se festejava na viela de que era patrono.

Espírito Santo até ao Bairro de Sá, se calhava até às bandas do Senhor dos Aflitos—que, nesses dias de descontração, as tristezas deitavam-se para trás das costas, e as angústias esvaíam-se.

Pois tudo passou. Criada como que uma alegria de modelo único, com sabor a sopas de envelope, obediente a planos prévios, as festas dos Santos Populares em Aveiro, não passam de uma recordação.

Permitam-me, porém, que não me alongue mais. Que omita sei lá bem o quê. Os funerais nocturnos, com lampeões e sem música, soturnos, à «capucha» como

os denominavam. As festas da Senhora dos Febres—no masculino, repito, como dizia a gente da Beira-Mar e da Praia. Dispensó-me de dizer que, e porque, transgido as prescrições da minha dieta, com as «papas de carolo» do Dia de Todos-os-Santos. Omito o que eram os Arcos do tempo dos Senhores Barbosas, do Francisco Elias Gamelas, merceiro acreditado que durante o ano guardava a imagem de Nossa Senhora das Areias, no dia da festa conduzida em procissão fluvial para a capela de S. Jacinto; e da loja do Senhor Ricardo e do Cisne da Arcada onde pontificava o Dr. Joaquim de Melo Freitas, culto e cintilante conversador e aveirense da mais pura gema. No Ginásio Polivalente do Rossio cursavam-se os preparatórios universitários, do curso de aveirismo. De humanidades e de cultura física. Os Altos Estudos frequentavam-se nos Arcos e talvez na Praça do Município.

Esqueço o «picadeiro» do jardim, parada das elegâncias locais, durante os concertos da Banda Regimental, e os serões das boticas, de que fui testemunha silenciosa e por vezes sonolenta.

Cinjo-me ao primeiro semestre do ano. Nem sequer, como em certas composições musicais, emprego o «da-capo», para findar com as entregas de Ramos do Natal.

Observarei, apenas, que Aveiro, uma a uma vai perdendo as tradições e costumes, os mais enraizados, significativos e caracterizadores, os que tinham mais vincado traço na sua fisionomia de singular agregado populacional, simultaneamente apegado aos usos pretéritos e de espírito amplamente rasgado ao porvir do homem e às suas reivindicações e direitos, e aos da terra, de horizontes sem obstáculos, onde ele habita.

As gerações presentes, como já as passadas, herdaram-nas, como outras obrigações mais incómodas do que dispiciendas, dos ascendentes. E, como filhos perdulários, esbanjadores do abastado património, herdaram, mas pouco ou nada conservarão para legar aos vindouros. E nada, ou quase nada, constituirá a sua contribuição para lançar e fixar na terra de nascimento, na terra-mãe, alguma nova usança digna de perdurar.

Não me julguem contra o progresso, e os seus benefícios. Nem os combato nem os dispensó. Desejo-os sincera e profundamente mais disseminados, mais equitativamente distribuídos. Mas o que a técnica propicia será fatalmente, irremediavelmente incaracterizador? Não pretendo remar contra a maré, e contestar, numa época em que se contesta o que subsiste de anacrônica-tolhedor de anseios legítimos, talvez informu-lados mas a que não faltam justificações. O problema, todavia, a quem como eu é um homem da sua terra, visceralmente, vai-me penetrando como uma lenta ver-ruma. Se as terras perderem os seus costumes e pecu-liaridades, e desprezarem as sua tradições próprias,

e abandonarem às correntes uniformizadoras a sua fisionomia específica, e substituírem o que é tipicamente seu pelo generalizadamente universal; se as terras nem tiverem seus dias próprios de confraternidade, e deixarmos de reconhecer-lhe o som dos sinos, e de cultivar a memória das suas figuras tutelares, e de lhe celebrar os fastos, e todas se igualizarem, porque hão-de ser designados por um nome e não por uma etiqueta mecanografada ou um número? Que quererá dizer Aveiro, ou Viana do Castelo, por exemplo, se algum dia Viana ou Aveiro forem iguais a todas as terras do globo? E que significará isto de aveirismo que é devoção a uma terra singular e a um modo particular de ser cidadão de uma pátria e do mundo? E porque nos haveríamos então de considerar aveirenses se nada de distinto houvesse na nossa maneira de estar no mundo dos homens?

Eu sinto como Homem Cristo: — «sinto que no meio dos seus encantos, o maior dos encantos, ainda assim, é para mim ser esta a minha terra. Dobra os encantos. Como não havia, como não há-de ser assim, se sem encanto nenhum da natureza, esse seria só por si, um grande encanto!»

E somos aos encantos da natureza, os sortilégios de uma terra que é a minha, e mesmo desapegando-se, de sucessivas vinculações, permanece diferente, prossegue, não digo melhor nem pior, mas como ela só.

NOTAS

- (¹) Marques Gomes Subsídios para a História de Aveiro, pg. 13.
- (²) Homem Cristo — Notas da minha vida e do meu tempo, Vol. III pg. 229.
- (³) Renato Franco — Beira Mar (Contos), Aveiro, 1914, pg. 61 e segs.
- (⁴) O Correio da Manhã, de 11-1-1928.
- (⁵) Obra cit., pg. 29.
- (⁶) Eduardo Cerqueira — «Apontamentos sobre antigas Procições de Aveiro» 1937, pg. 28.
- (⁷) Banditismo Político, pg. 954.
- (⁸) Banditismo Político, pg. 955 e segs.
- (⁹) Joaquim da Costa Cascais, Poesias, vol. II, pg. 216, 1898.
- (¹⁰) Ob. cit., pg. 210.
- (¹¹) A demolida igreja de S. Miguel, que se ergueu, até 1835, onde é hoje a Praça da República.
- (¹²) Ob. cit., pgs. 220 a 223.
- (¹³) Arquivo do Distrito de Aveiro, Vol. III, 1937, pg. 99.

bibRIA

ESTEVE EM AVEIRO A SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA

Nos dias 24, 25 e 26 do mês de Março último, Aveiro recebeu a visita da Senhora D. Maria Teresa Lobo, que se fazia acompanhar por diversos funcionários superiores do Ministério da Saúde e Assistência, a fim de tratar da resolução de problemas afectos aos Serviços de Assistência neste Distrito.

A Senhora D. Maria Teresa Lobo, visitou, no dia

do novo Internato, bem como acerca do funcionamento de tão meritória obra de assistência

Aquela distinta Senhora, prometeu conceder um subsídio anual que possibilite o funcionamento dos Serviços do novo Internato, nos moldes inéditos, pré-estabelecidos, em ordem a resolver-se definitiva e eficazmente, o crucial problema de educação de rapazes no nosso Distrito, tendo ainda prestado preciosos ensinamentos relacionados com a montagem de todos os Serviços.



Visita ao novo Internato

25 do referido mês, as velhas instalações do Internato Distrital de Aveiro, tendo-se deslocado, no mesmo dia, às novas instalações, já em vias de acabamento, que demoradamente percorreu, acompanhada pelo Chefe do Distrito, Presidente, Vice-Presidente e Vogais da Junta Distrital.

O Subsecretário de Estado da Assistência presidiu ainda a um encontro com os responsáveis da Junta Distrital, tendo o respectivo Presidente prestado pormenorizadas informações relativas à situação financeira da respectiva autarquia, por força da construção

O Senhor Presidente da Junta Distrital agradeceu em termos repassados do maior reconhecimento o auxilio e proficua colaboração dispensados.

NOVA JUNTA DISTRITAL

A sessão de transmissão de poderes realizou-se no Salão Nobre da Junta Distrital de Aveiro, sob a presidência do primeiro Magistrado Administrativo do Distrito, Dr. Francisco do Vale Guimarães, que dava a direita ao novo Presidente da Junta Distrital, Engenheiro José

Gamelas Júnior, Comandante Militar, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Deputado Manuel Homem Ferreira, Presidente da Junta Autónoma e Governador Civil substituto; à esquerda o Presidente da Junta Distrital cessante, Dr. Fernando de Oliveira, e Engenheiro Engrácia Carrilho, Presidente da Comissão de Planeamento da Zona Centro, Deputados Lopo Cancela de Abreu e Manuel Soares, Comandante do Regimento de Infantaria n.º 10, Presidente do Grémio do Comércio e o novo Vice-Presidente da Junta Distrital, Engenheiro Manuel Gonzalez Queirós. Em lugar de destaque, o Vigário Geral da Diocese, em representação do Prelado.

Reverendíssimo Vigário Geral da Diocese, em representação do Sr. Bispo de Aveiro
 Senhor Governador Civil
 Senhores Deputados
 Minhas Senhoras e meus Senhores

Vão para V. Ex.^a Reverendíssima as minhas primeiras palavras. De saudação amiga são elas ao amigo ilustre que muito respeito e admiro pelas suas virtudes, cultura e inteligência; e por seu intermédio, de saudação filial ao Bispo de Aveiro que aqui dignamente representa, que tanto venero e estimo.



A Subsecretária de Estado da Assistência visitando as velhas instalações do Internato.

Presente muita gente, tanto da cidade como de todo o distrito, que enchia completamente o salão da Junta Distrital.

No uso da palavra, o Presidente cessante, em brilhante improviso, aludiu ao facto de cada vez mais rarearem as pessoas que se devotam à causa pública e congratulou-se com a eleição do novo Presidente da Junta Distrital de Aveiro, para o quadriénio agora iniciado e endereçou aos restantes componentes do Corpo Administrativo Distrital as mais cordiais saudações e, a finalizar, prometeu a todos incondicional apoio.

O novo Presidente da Junta Distrital, pronunciou brilhante discurso que, na íntegra, a seguir se publica.

Como católico, atrevo-me a pedir que lhe transmita as minhas homenagens pela forma de evidente equilíbrio como, neste mundo conturbado, conduz a Barca de Pedro nesta nossa Diocese; é chama viva que alimenta os espíritos, guiando-os para o amor na vertical, sem o qual o amor humano e fraterno se arrisca ao efémero ou à vacuidade.

Minhas Senhoras e meus Senhores

São geralmente de expectativa e também de compromisso estas ocasiões: todos anseiam ouvir do empossado palavras arrojadas e diferentes, viradas ao futuro, que definam novos voos, perspectivas que fujam à rotina ou situações de maior esperança, já que o pas-

sado vai perdendo vida e pertence à história e o presente nunca chega para responder à permanente insatisfação humana.

Mas — pobre de mim!... — se a apreciação que daí ressalta se faz em termos de comparação, logo me apercebo do desfavor em que me encontro, porque é inevitável que aparece, para medida de confronto, a situação mais próxima, a que está mais viva na memória.

Não estarei, na verdade, em posição fácil, porque sei do valimento da sua obra. A minha fugidia passagem pela Junta que cessou as suas funções, deu-me possibilidade de dar testemunho e põe-me à vontade para fazer esta afirmação. Por isso e antes do mais, desejo prestar aqui a minha homenagem ao Dr. Fernando de Oliveira e aos restantes seus companheiros que serviram esta Junta Distrital, sob a sua presidência, pela dedicação, espírito de sacrifício e inteligência com que orientaram os seus destinos. Dentro de coordenadas de tolerância e ao mesmo tempo de persistência e fidelidade a uma linha de acção, foi possível um condicionalismo humano, onde é patente uma atmosfera de dignidade, que coloca este órgão administrativo em posição de alto prestígio distrital. E não menos importante, ainda, é contar no seu historial a realização de uma obra grandiosa que representa um marco inapagável a assinalar o seu mandato. Para satisfação de todos nós, já se avista, quase pronta, a construção da primeira fase do novo edifício para o internato.

Por estarmos em desvantagem, porém, não é motivo

para nos sentirmos complexados ou para nos quedarmos na contemplação passiva ou negativa da tarefa feita. Nem os meus antigos companheiros certamente me perdoariam se tal acontecesse, pela ameaça que daí adviria de destruição inglória da sua obra e, mais do que isso, porque constituiria rude golpe na vida e projecção desta casa; nem as Juntas anteriores deixariam de me estigmatizar pelo derrubar de uma empresa que, na fase do seu arranque, tantos espinhos teve e feridas que penso estejam já cicatrizadas.

Pois, como instituição humana que é, formada por **homens vivos**, ciosos da sua verticalidade, em que no cimo domina a cabeça, servida por um corpo e uns sentidos naturalmente fadados a um movimento em frente, não há outra alternativa que não seja aplanar caminhos para novas etapas evolutivas.

Aplanar caminhos... Duas palavras de sentido genérico que podem cair no abstracto se, entretanto, não for dada resposta à pergunta:

Mas como?

Em muitos aspectos, a Junta Distrital pode ser considerada como uma empresa a administrar. Então, aplanar caminhos poderá ter o significado da necessidade de traçar coordenadas ou linhas mestras que servirão de sustentáculo e inspirarão todas as acções de gestão. Nesta ordem de ideias, resumidamente, importará:

- a) visualizar para prever e antecipar medidas a tomar em face da interpretação de elementos disponíveis, possibilitando a determinação dos



Reunião da Junta Distrital.



Sessão Solene na Junta Distrital

sectores mais importantes que carecem de decisões;

- b) fixar objectivos e princípios ou critérios sobre que assentam planos e controle dos empreendimentos;
- c) atingir os resultados pela colaboração interessada de todos, na base de uma descentralização de funções, mas responsabilizada;
- d) procurar melhorar os resultados à custa de estímulos, de decisões oportunas e adopção de medidas correctivas; e, finalmente,
- e) provocar o progresso e valorização dos colaboradores, à custa de um trabalho de equipa.

Este esquema orientador, ordenado com tanta singeleza, que mundo de problemas, porém, não encerra? Na sua base está o homem, com os seus defeitos e virtudes, com a sua inteligência e força anímica, tendências, cultura, problemas pessoais que o possam dominar, o meio em que vive e serve, etc. É ele que o há-de pôr em prática, sob pena de ser letra morta ou símbolo irónico do fracasso que a evidência da pretensão mais denuncia. Com ele nada pode ser geométrico; consente uma directriz, aceita uma razão que o encaminhe, mas labora em erro quem lhe julgue uma anuência rectilínea. É que o homem não é máquina que trabalhe por simples pressão de um botão ou um tipo uniforme esculpido por mão hábil de artista; antes é multi-facetado e muitas vezes contraditório, e

nessa variedade de aspectos reside a sua maravilha.

O fundamental será encontrar a zona de equilíbrio técnico e humano, o denominador comum a partir do qual se hão-de conseguir os fins, como meta que imperiosamente importa atingir, sem desmerecer ou deixar de considerar os meios indispensáveis para o efeito.

Não é tarefa fácil, com certeza. Mas com uma definição clara de objectivos, persistência e determinação na acção, abertura de relações em trabalho de grupo para a colheita de soluções adequadas, de forma a que todos dêem o maior rendimento e sintam que merece a pena o esforço dispendido por uma causa concreta, sei já que é possível avançar e ter êxito.

Aplanar caminhos... pois não nos fenecerá o ânimo por a jornada ser longa.

Importa, naturalmente, que aqui tenha uma palavra aos meus colegas, que comigo foram também empossados. Estou convencido que havemos de fazer um feixe de vimes; apenas agora lhes peço fé na nossa missão e confiança na objectivação dos propósitos que nos hão-de animar. E não posso deixar de me dirigir também a todos os colaboradores, desde os mais humildes aos mais qualificados, que constituem as peças desta máquina em movimento: conto convosco, como vós podeis contar comigo.

Depois da estratégia, segue-se a tática.

Conhecerás a árvore pelos seus frutos. A Junta Distrital é um órgão administrativo que tem uma personalidade, que se projecta para o exterior, como a de qualquer indivíduo. Mas só se projecta para fora o

que existe dentro. E esta projecção tem que ter o cunho de autenticidade.

É este aspecto — trabalhar o seu interior para uma projecção autêntica — que constituirá a nossa principal tarefa. E trabalhar é, aliás, o único ponto de que me sirvo para aqui fazer uma promessa, porque sei que vou cumprir.

E assim, dentro do seu âmbito sectorial, em linhas simples mas objectivamente, julgamos não oferecer dúvidas que interessará:

1) No fomento

É este um sector extraordinariamente importante, que atingiu já projecção nacional, mercê da sua qua-

Que o mesmo espírito de equipa, que presidiu às reuniões efectuadas para o efeito, continue com o mesmo interesse, porque será dentro desta fórmula de actuação, à mesa redonda, que se irá progredir com vista à obtenção de uma maior eficiência e maior produtividade.

É com as Câmaras Municipais que este sector mais contacta. Por isso, quero aproveitar a oportunidade para as saudar nas pessoas dos seus presidentes, e, especialmente àquelas com quem mantemos relações de serviço mais apertadas, peço que contem com a nossa boa vontade e espírito de bem servir, ao mesmo tempo que apelo para a sua boa compreensão, a fim de nos desculparem possíveis faltas, certamente inevitá-



O Sr. Presidente da Junta Distrital, dando nota, através de elucidativos gráficos, da actividade desenvolvida no campo da assistência.

lificada composição e obra realizada, principalmente no serviço de assistência às Câmaras Municipais de mais débeis recursos.

Todavia, dadas as perspectivas que se antevêem de maior amplitude de serviços, que o próprio Governo, através do Ministério do Interior, recomenda e incentiva com redobrado empenho por todo o País, haverá necessariamente de transformar desde já muitos aspectos da sua actividade, com a adopção de esquemas de trabalho em moldes empresariais. Aliás, este objectivo já começou a ser concretizado com a aprovação recente de um regulamento de serviços, elaborado com a participação de todos os técnicos responsáveis. Importa agora insuflar-lhe vida, para que, como guia válido, dê mais vida ao sector.

veis por insuficiência de recursos humanos ou por derivarem de uma fase de perturbação que as transformações normalmente motivam.

2) Na assistência

Eis aqui uma secção que irá sofrer transformações radicais. São cento e cinquenta razões, tantas quantos os rapazes que ali, em média, vivem, vindos da miséria e dos tugúrios, muitas vezes da fome permanente e de meios moralmente degradados, que justificam a adopção de medidas de vulto e profundas, ao mesmo tempo corajosas e prudentes.

Espera-se modificar toda a sua estrutura e os métodos pedagógicos, logo que o Internato mude para



O Presidente cessante, Dr. Fernando de Oliveira, no uso da palavra.

o novo edifício. Para isso, pensa-se objectivar esta pretensão com recurso ao modelo da «Obra da Rua», a que o Padre Américo dedicou a sua frutuossíssima vida como Apóstolo do Evangelho vivido, fazendo da lama luz. Cremos que será esta a melhor forma de educação e de fornecer aos rapazes a estrutura mental e moral indispensável para que amanhã se sintam na sociedade iguais a qualquer outro ser, sem marca ou complexos que lhes afectem a inteligência e a alma. Sabemos das dificuldades que este programa encerra, mas tudo quanto seja avanço, mesmo pequeno, nesta direcção, é ganho para os rapazes e para a sociedade.

Independentemente desta acção e do carinho que as Casas de Criança existentes hão-de continuar a merecer, é lógico que se pensará também na construção da segunda fase do edifício do Internato, ficando assim acabada esta magnífica e utilíssima obra, que se espera não contraste com aquela outra humana que ali se vai encetar.

3) Na cultura

Parece-me que este pelouro deve também merecer novo impulso no sentido de ser aumentado o seu âmbito de acção. É certo que me faltam ainda elementos que considero indispensáveis para o objectivar conscientemente. Mas julgo que só limitações de natureza financeira poderão impedir que nos debrucemos mais sobre os vultos de relevo que viveram no Distrito, desenterrando-os da poeira dos tempos para os dar a conhecer

às gerações que passam, tal como hoje já se está a fazer com um deles: D. João Evangelista de Lima Vidal. E continuará a ser preocupação desta Junta a valorização da sua Revista, a exploração do folclore do Distrito e da sua arte regional e a promoção do inventário das relíquias arqueológicas e históricas, dos monumentos artísticos e das belezas naturais existentes.

É este um esboço que aqui, decerto incompletamente, fica traçado. É o mais fácil. Para lhe dar concretização conveniente, porém, não dispensa a Junta a colaboração de todos quantos queiram e tenham possibilidades de dar ajuda, na medida em que o assunto requer especialização e sensibilidade própria, que não é apanágio de todos, mas apenas de poucos. O apelo aqui fica feito.

E suponho que neste sector, mais talvez que nos outros, a imprensa, a cujos representantes dos órgãos regionais e diários, manifesto o meu apreço, simpatia e admiração pela sua labuta nem sempre isenta de espinhos, terá lugar de merecido relevo, pela colaboração e préstimo que pode conceder a esta Junta Distrital e ainda pela crítica independente e construtiva, que desejaremos abertamente, até como fonte de purificação de ideias e de processos de actuação. E não será naturalmente a imprensa o meio mais indicado para a projecção autêntica da personalidade deste órgão administrativo?

Antes de terminar, desejaria ainda ter uma palavra, agora de carácter pessoal.

O lugar que hoje aqui ocupo, não o solicitei, nem tão pouco, por qualquer gesto ou palavra discreta ou indiscreta, manifestei o desejo de vir a ser distinguido pela função, que os Procuradores do Conselho do Distrito haveriam de me confiar, numa decisão que me desvanece e a que só poderei responder através de uma actuação que procurarei não desmereça a sua escolha.

À primeira notícia que sobre este assunto recebi, a minha reacção imediata foi de recusa; todo o meu ser vibrou no sentido da negativa, não só por razões particulares especiais que, contudo, já se antevia virem a perder virulência, mas também porque não via, de momento, forma de conciliar uma vida profissional absorvente com as exigências da nova função.

Este estado de espírito perdeu ainda durante alguns dias; e cheguei mesmo à fase de decisão, para apresentar no momento oportuno. Mas, depois de meditação mais serena, comecei, na verdade, a admitir egoísmo na minha atitude. Que coragem revelava eu, se fugisse às responsabilidades? Ficaria a minha consciência em paz, refugiando-me num passivismo cómodo, mas contrário à minha personalidade e ao meu carácter? Não poderia a recusa ser interpretada como uma ingratidão para com aqueles que não duvidaram de mim e em mim confiaram como homem? Que espécie de católico mostraria ser, negando-me ao sacrifício e a dar um pouco de mim aos outros?

Rectifiquei então a minha primitiva resolução. E uma pessoa que mais influuiu nesta decisão final, foi e é o exemplo do Governador Civil de Aveiro, que deixou a sua profissão, sacrificou as suas comodidades e a

vida familiar, para viver em pleno e com dedicação extrema os problemas e a vida da sua terra. Permitam que aqui um pequenino aveirense dirija pessoalmente a outro, que é grande — o Dr. Vale Guimarães — uma palavra muito sentida de apreço, reveladora da muita estima que lhe dedico, e também ao Governador Civil outra de respeito, admiração e agradecimento pela notável obra que já realizou em prol de Aveiro e do seu Distrito.

E é através de V. Ex.^a, Sr. Governador Civil, que também rendo as minhas homenagens ao Almirante Américo Tomás, como símbolo vivo da República e da Pátria, e ao Professor Marcelo Caetano, de quem passo a ser uma peça, embora muito minúscula, da máquina que impulsionou e ferve e evolui na ordem e na paz.

Como nota final, atrevo-me a abusar da paciência de V. Ex.^{as}, mas não resisto à tentação de focar ainda um facto curioso relacionado com a minha decisão.

Há dias, tinha entre mãos um livro de D. João Evangelista de Lima Vidal, por sinal editado por esta Junta. Costumo ler com frequência o nosso Bispo, porque encontro sempre nele, na sua prosa, que tantas vezes é música e poesia, ópticas novas na observação das coisas e dos problemas da vida.

Não admira, por isso, que também dele me lembrasse no transe por que passava. Num fim de tarde sereno não muito distante, dei uma volta junto aos canais da nossa ria, ali para as bandas da Barra. Gosto de ali ir, para fugir ao bulício da vida e para retemperar as forças. D. João, quando ausente de



A mesa de honra a que presidiu o Governador Civil do Distrito, Dr. Vale Guimarães.

Aveiro, também se habituara a ir ali, como primeiro sítio das suas rápidas visitas à sua pequena pátria. Só os aveirenses sentem e compreendem este encanto e sedução.

Olhando a quietude das águas e o vasto horizonte límpido já inimitavelmente colorido pelo início da luz crepuscular, como que em sonho, cheguei a perguntar:

— Meu querido Bispo, se te pedisse, (o tratamento por tu suponho que seja regra no além) se te pedisse conselho para este meu caso, que me dirias?

Abri então o livro que me acompanhava e salta-me aos olhos aquela passagem em que ele se diz puxado e sai de «espectador silencioso» para se arro-

tu ser aveirense? Um dia não gostaram lá muito que eu fechasse um discurso, dizendo: «Mas tem que ser!» Mas olha que agora não há outro fecho, não há outra resposta.

Pois aqui estou, meu Bispo, e que Deus me ajude

A finalizar, o Governador Civil do Distrito felicitou o novo Presidente da Junta Distrital pelo belo discurso proferido e regozijou-se com o facto de o Conselho do Distrito ter eleito, por unanimidade, tão ilustre Aveirense para a chefia da Junta Distrital.

O Governador Civil, depois de aludir às atribuições cometidas à autarquia distrital, salientou o vali-



O novo Presidente da Junta Distrital, Eng.º Agrónomo José Gamelas Júnior, no uso da palavra.

jar como elemento operoso e decisivo na restauração da Diocese de Aveiro.

Julguei ver ali a resposta inspirada. Plasmado do seu espírito, imaginei-o então «com os beijos a saber a salgado, a pingar gotas da ria por todo o corpo, por toda a alma», a segredar-me:

— Mas que queres que te responda? Repara na vida que tive, quando palmilhei essas nossas tão lindas terras, e o amor que Aveiro para mim representava, ao ponto de estar, desde o princípio, na primeira linha na restauração da sua Diocese, contra outra Diocese. Mas olha à tua volta, por todo Distrito: que vês? Acima de tudo o homem, o homem que desespera e confia, que luta e reza, que ama e sofre! Todos são aveirenses: que trabalham e vivem!... Não queres

mento dos Serviços Técnicos de Fomento e formulou votos para que tais serviços cada vez com maior intensidade prestem activa colaboração às Câmaras Municipais do Distrito.

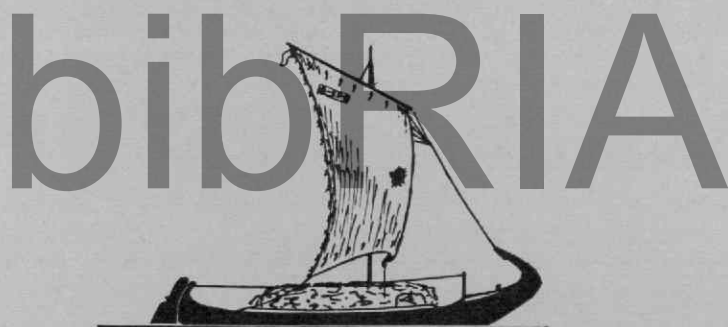
No capítulo da assistência, referiu-se à inauguração para breve do novo Internato Distrital de Aveiro e no campo da cultura salientou a obra imensa a levar a efeito.

De seguida, o Senhor Governador Civil evocou o nome do saudoso Dr. Aulácio Rodrigues de Almeida, antigo Presidente e salientou o prestígio que trouxe para a Junta Distrital a acção do Presidente cessante, Dr. Fernando de Oliveira, cuja reeleição só não se concretizou porque ele foi chamado ao cume da actividade política no distrito. Depois de agradecer a obra

levada a cabo pela Junta Distrital cessante, referiu-se às qualidades de inteligência do Engenheiro José Game-las Júnior, que —disse—, é dotado de vasta cultura, carácter firme e grande espirito de serviço, além de ser profissional distintíssimo. Regozijava-se pois, inteiramente, com a escolha. E iguais elogiosas palavras foram dirigidas ao novo Vice-Presidente, Engenheiro Manuel Gonzalez Queirós e dos Vogais Dr. Henrique Souto, Dr. José Seica e Castro e Dr. António Eduardo de Pinho e Freitas, cujos nomes e personalidades —disse— já excederam os limites dos respectivos con-

celhos a que pertencem. A Junta estava confiada a homens de valor distrital, animados do melhor propósito de bem servir um distrito grande e próspero como o nosso, contribuindo ainda para sua maior prosperidade e grandeza.

No mesmo dia, o novo Presidente da Junta Distrital ofereceu, num dos Hoteis da cidade, um jantar íntimo a que assistiram o Chefe do Distrito, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro e outras entidades e os Chefes de serviços da Junta Distrital. Aos brindes foram uma vez mais enaltecidas as qualidades tanto do novo como do Presidente cessante.



4641

bibRIA

NA CAPA:

- 1 — Monumento a D. Frei Caetano Brandão,
erigido em Loureiro, sua terra natal.
- 2 — Igreja e Cruzeiro Romano, em Roga
(Vale de Cambra).

Sumário

	Página
★ Página Heráldica	3
★ Eça de Queirós em Oliveira de Azeméis	5
Pelo Prof. António Magalhães	
★ Caetano Brandão — Das terras de Azeméis à Roma Portuguesa	7
Pelo Padre Manuel Pires Bastos	
★ Oliveira de Azeméis — ontem e hoje	9
Por A. M.	
★ La-Salette — ex-libris de Oliveira de Azeméis	11
Por J. G. F.	
★ Antologia Aveirense — Ferreira de Castro — (das suas recordações de menino e moço).	13
Por João da Silva Correia	
★ Pinho Leal no Solar do Côvo	18
★ Colóquio «Aveiro rumo ao futuro»	19
★ Homens do Porto — Barcelos e a Vila da Feira	33
Por Roberto Vaz de Oliveira	
★ Novas achegas para a personalidade literária de Júlio Dinis e para a sua obra	53
Pelo Dr. António Tavares Simões Capão	
★ Cooperativismo — Pequena história — Sua evolução e dificuldades no mundo rural ligado à produção de leite	63
Pelo Eng.º Agrónomo José Gamelas Júnior	
★ Breve digressão pelos costumes aveirenses tradicionais	69
Por Eduardo Cerqueira	
★ Vária	87